



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 117/12

Dispõe sobre a disponibilização de informação, através da internet, aos proprietários de veículos apreendidos e removidos para os pátios em todo o Estado do Paraná.

Art. 1º Todos os veículos automotores removidos e apreendidos no Estado do Paraná terão seu local de armazenamento informado ao Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no prazo de vinte e quatro horas a contar de sua remoção ou apreensão.

Parágrafo único. Caberá ao responsável pelo pátio de depósito de veículos, no prazo de duas horas, prestar as seguintes informações ao DETRAN:

I – data, horário e endereço do local da remoção ou apreensão do veículo, bem como informações sobre o local de seu depósito.

Art. 2º As informações prestadas pelo pátio deverão ser publicadas imediatamente no site do DETRAN, até a liberação do veículo.

Art. 3º O proprietário que tiver seu veículo removido ou apreendido pela fiscalização na véspera do final de semana ou do feriado deverá ser cobrado apenas pela estadia dos dias úteis.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 407/12

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Archimedes de Macedo.

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Archimedes de Macedo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do relator.

RELATOR

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 517/12

Declara de Utilidade Pública a FUNTEF-PR - Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a FUNTEF-PR, Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR

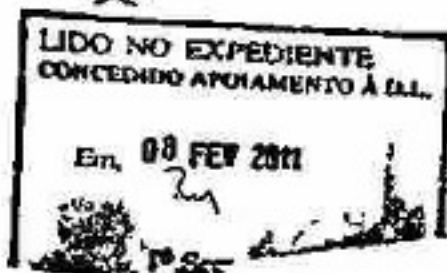


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

1

14812:02



PROJETO DE LEI Nº

019/11

EMENTA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA ESTADUAL DA SAÚDE AUDITIVA", a ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

Art. 1.º - Fica instituído no Estado do Paraná o "DIA ESTADUAL" DA SAÚDE AUDITIVA, a ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[Assinatura]
NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa instituir o dia da saúde auditiva a fim de conscientizar a população sobre os riscos que o som alto e vários outros barulhos ocasionam, podendo levar a perda auditiva.

A perda auditiva é uma das deficiências mais comuns, segundo dados da Sociedade Brasileira de Otologia, de cada mil crianças nascidas no país, três a cinco já nascem com deficiência auditiva. Segundo a Organização Mundial da Saúde, mais de 15 milhões de brasileiros têm problemas auditivos.

Atualmente, com os elevados níveis de poluição sonora, a cultura da prevenção e a redução de exposição do ouvido a riscos desnecessários são essenciais para manter a audição saudável.

Por isso, solicita-se o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do presente projeto de lei.

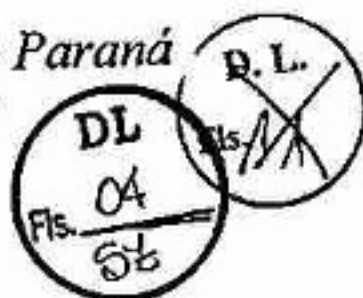
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 1892
EM 09.02.2011
<i>[Assinatura]</i>
FUNCIONÁRIO

15:04 08/02/2011 PROCESSO DE REGISTRO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 019/11



Projeto da Lei nº 019/11
Autor: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA ESTADUAL DA SAÚDE AUDITIVA", a ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

EMENTA: INSTITUI O "DIA ESTADUAL DA SAÚDE AUDITIVA". ARTS. 65 E 167 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, objetiva instituir o dia da saúde auditiva, que será comemorado anualmente na data de 10 de novembro, a fim de conscientizar a população sobre os riscos que o som alto acarreta, podendo levar a perda auditiva.

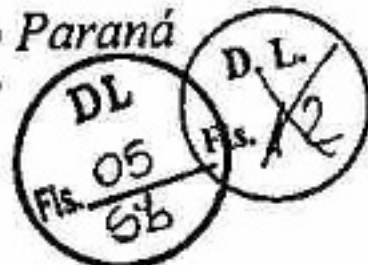
FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

2º - A Comissão de Constituição e Justiça compete:

- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

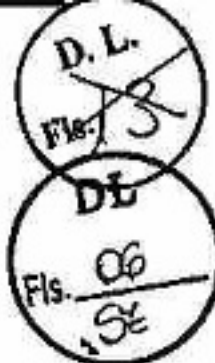
De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (Grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do

Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Por conseguinte, cumpre abordar a previsão constitucional federal, artigo 24, XII, que dispõe sobre a competência da União, Estados e Municípios para legislarem concorrentemente no que diz respeito à defesa da saúde, sendo, ainda, incumbência do Estado em garantir o acesso à saúde, mediante políticas sociais que visem a redução do risco de doença e de outros agravos.

Art 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
...
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifo nosso).

Neste sentido, é o que está posto no artigo 167 da Constituição Estadual, cuja redação dita que a saúde deve ser estabelecida pelo poder público através de sua promoção, proteção e recuperação. A ênfase constitucional, nesse aspecto, está pautada em iniciativas e políticas de prevenção que combatam a proliferação de patologias.

No entanto, vislumbra-se da presente proposição o avanço nos aspectos da prevenção, todavia, tão somente para atribuir um dia específico de conscientização sobre os riscos que o som alto pode acarretar sobre a saúde auditiva, não adentrando nas premissas de formulação da política estadual de saúde.

Diante disso, considerando que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

Diante do exposto, após verificados os requisitos constitucionais formais, afere-se que as proposições respeitam, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas infraconstitucionais.

Referente à técnica legislativa, dispõe o artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/2001) (grifo nosso)

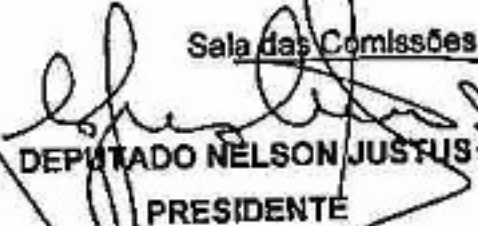
Posto isto, considerando que o projeto em tela não menciona quais as disposições que devam ser revogadas, sugere-se a Emenda Supressiva em anexo, com fundamento no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná:

Art. 137 (...) § 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, na forma da Emenda em anexo.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

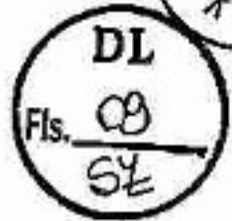

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

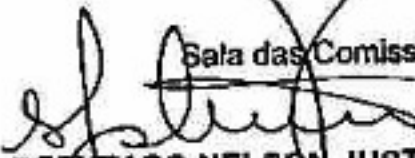
EMENDA SUPRESSIVA - PROJETO DE LEI N.º 019/11




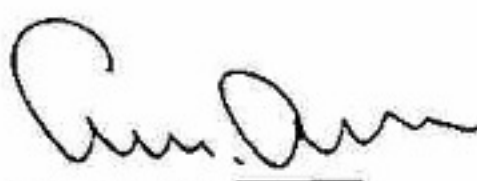
Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto da Lei nº 19/2011

Autor: Deputado Ney Leprevost

Ementa: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA ESTADUAL DA SAÚDE AUDITIVA", a ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

I - PEÁMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost tem como finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o DIA ESTADUAL DA SAÚDE AUDITIVA, a fim de conscientizar a população sobre os riscos que o som alto e vários outros barulhos ocasionam, podendo levar a perda auditiva, conforme expresso na justificativa do referido projeto de lei.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para exarar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Após análise ao projeto de lei nº 19, de 2011, e, naquilo que nos cabe emitir nosso parecer, quanto ao mérito da matéria, em relação aos seus aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, não encontramos nada que pudesse obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

III - CONCLUSÃO E PARECER

Pelos motivos ora apresentados, no que é de competência desta comissão analisar, entendo que o Projeto de Lei nº 19, de 2011, deve continuar sua deliberação legislativa.



Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 19, de 2011.

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2012.

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adelino Ribeiro Silva
Relator

2012



DEP. Luiz Eduardo Cheia
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
Y.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 24 AGO 2011

1º Secretário

Projeto de
Lei nº 680/2011

Súmula: Determina aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

Art.1º Os hipermercados e supermercados deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local da comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§1º O espaço destacado para a venda, a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos para a venda dos produtos cultivados com agrotóxico.

§ 2º Considera-se, para efeito desta Lei, produto orgânico *in natura* aquele que foi produzido segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 18, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministro da Saúde, de 28 de maio de 2009, que cria o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos



Orgânicos, seja identificado e certificado por empresa certificadora de orgânicos de acordo com as leis vigentes.

Art.2º O local de venda deverá ser identificado pela expressão **Produto Orgânico - sem agrotóxico**, em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art.3º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 609/91, no inciso II do art. 23.

Art.4º O descumprimento desta Lei, implicará em infração e multa, a ser lavrada pelo PROCON/PR, variando entre 10 (dez) a 100 (cem) Unidades Fiscais do Paraná - UFP, na primeira ocorrência, que será em dobro no caso de reincidência e assim sucessivamente.

Art.5º Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.

Sala das Sessões, em


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo garantir que os hipermercados e supermercados, ofereçam ao consumidor a oportunidade em reconhecer os produtos orgânicos, no momento em que este adquire seus alimentos.

Importante inculcar na nossa cultura a **alimentação saudável, como forma de viver melhor e prevenir doenças**. Assim o consumo de alimentos saudáveis precisa ser visto como um direito de todo o cidadão sendo um dever das autoridades públicas estimularem a prática de uma boa alimentação (alimentos orgânicos,) especialmente com crianças, como forma de prevenir gastos com saúde pública.

Muito importante que os setores da economia também se voltem para a produção de orgânicos, pois além da alimentação saudável, da preservação da saúde, **o equilíbrio do meio ambiente e o fomento da agricultura familiar, são aspectos relevantes para o Paraná.**

Com efeito, a consciência para o consumo de produtos orgânicos é, sem dúvida, um bom começo para se buscar o equilíbrio que a natureza tanto requer de nós todos neste



momento, pois a agroecologia é a disciplina que orchestra a referida produção, envolvendo-se assim demais ciências, como a agronomia, a sociologia, a economia, dentre outras.

É certo que a produção orgânica ainda é custosa para o produtor e, por isso, também torna-se custosa para o consumidor. Daí a necessidade de incentivar o consumo, pondo à população os benefícios que o orgânico reflete.

Lembre-se também que o alimento orgânico, além de ser um alimento sem agrotóxico, é produzido dentro de um sistema que maneja todos os recursos naturais, como a água, a terra e os predadores, sem que nenhum adentre no ciclo do outro, proporcionando assim a harmonia necessária.

Ao me debruçar sobre o projeto de lei em apreciação, trouxe para a discussão a Associação dos Supermercados do Paraná - APRAS, que apoiou integralmente a proposta, após discussão em sua Diretoria, por entender que o consumidor é o maior interessado numa alimentação saudável.

Vale ressaltar que o Código de Defesa do Consumidor já trouxe em seus dispositivos que, dentre os direitos básicos do cidadão, está o direito à informação e acesso a alimentos que garantam saúde. Vejamos os dispositivos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

Am



I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Com efeito, o PROCON/PR já foi eleito para a devida fiscalização desta norma pela Lei de Defesa do Consumidor, senão vejamos a redação do CDC:

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

Ch



Em âmbito estadual, o Decreto 609/91 elencou as competências do PROCON/PR e dentre elas, aquela que determina a fiscalização ao disposto neste Projeto de Lei. Veja-se:

Art.23 À Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor compete:

II - a fiscalização e o controle da produção, industrialização, distribuição e publicidade de bens e serviços e do mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor, na forma da legislação vigente.

Acerca da constitucionalidade do Projeto de Lei, temos a considerar:

Legislar sobre saúde e direito do consumidor é permitido ao legislador estadual. Tal afirmativa é colhida do Texto da Carta Constitucional da República do Brasil:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII- responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estéticos, histórico, turísticos e paisagístico;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(h



Pois bem, o Projeto de Lei, é constitucional e legal, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Não há que se dizer que sobre a medida paira qualquer inconstitucionalidade, pois a obrigações a que se referem os art. 3º e 4º do Projeto de Lei, já estão contemplados em normas federais e estaduais, que foram editadas e por Iniciativa dos respectivos Poderes Executivos Federal e Estadual.

Senhores Deputados, um povo bem alimentado é fundamental para o desenvolvimento de um país, mas um povo alimentado e consciente daquilo de que se alimenta é fundamental para o mundo.

Por todo o exposto, peço o apoio dos Nobres Deputados desta Assembleia Legislativa no Projeto de Lei que ora apresento, não somente nesta Casa, mas para a sociedade paranaense.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 680/11

Projeto de Lei nº 680/11

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Determina aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

EMENTA: OBRIGA AOS MERCADOS VENDA DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM DETERMINADO LOCAL DENTRO DO ESTABELECIMENTO. POSSIBILIDADE. DIREITO À INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR. LEI FEDERAL 8.078/90 CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida obriga a Instituição pelos mercados do Estado do Paraná de espaço destacado para venda de produtos orgânicos "in natura", a ser instalado "no mesmo local ou seção em que são expostos para a venda dos produtos cultivados com agrotóxico".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33—A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I — emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Com relação ao presente projeto, ele visa instituir a obrigatoriedade de que os hipermercados e supermercados comercializem produtos orgânicos em um determinado local dentro do estabelecimento.

Primeiramente, quanto à legitimidade do autor.

A iniciativa de leis ordinárias, consoante o disposto na Constituição do Estado do Paraná, é conferida a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa¹, como se verifica no presente caso. Considere-se, ainda, que a matéria, ora abarcada, não integra a esfera de competência privativa da União, Distrito Federal ou Municípios, sendo, de forma residual, reservada aos Estados². Assim, a *prima facie*, não se vislumbram empecilhos que impeçam o trâmite processual legislativo.

Destaque-se que a intenção legislativa do nobre Deputado não se refere, propriamente, à qualidade ou características dos produtos destinados a um determinado grupo de pessoas; ou, de

¹ Art. 65 da CE. A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa (...).

² Art. 25, CF/88. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. §1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mesmo modo, não condiz com a forma pela qual tais devem ser acondicionados.

Visa, tão-somente, que os estabelecimentos reservem um local específico para a disposição de alimentos orgânicos.

Portanto, não visa regular sobre norma referente à saúde dos indivíduos, nem quanto ao controle de qualidade e/ou acondicionamento de produtos alimentícios. Desta forma, o presente projeto de lei não integra as atribuições inerentes às Secretarias de Estado, que seriam as responsáveis por exercer as atividades mencionadas; não invadindo, pois, o rol de competência privativa atribuído ao Chefe do Poder Executivo Estadual, fato que resultaria na Inconstitucionalidade.

Ademais, a medida pretendida não implicará em gastos exorbitantes aos supermercados, uma vez que somente deverão remanejar alguns de seus produtos para um setor específico, a fim de facilitar, aos consumidores, a realização de suas compras. Ou seja, os estabelecimentos não precisarão destinar grandes valores à construção de novo setor, somente terão de, por meio de uma política de organização e reestrutura, destinar local em destaque para os produtos.

O artigo 6º da LEI 8.078 DE 1990, que instituiu o **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR** no Brasil, cita sobre os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, senão vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 19
[assinatura]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de dezembro de 2011.

[Assinatura]
DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente

[Assinatura]
DEPUTADO NEREU MOURA

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Deputado André Bueno



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 680/11

AUTOR: DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

RELATOR: TONINHO WANDSCHEER

SÚMULA: DETERMINA AOS HIPERMERCADOS E AOS SUPERMERCADOS, A DISPOREM DE LOCAL DESTACADO PARA A VENDA DE PRODUTOS ORGÂNICOS.




JUSTIFICATIVA

Dar visibilidade e opção ao consumidor poder optar por um alimento mais saudável, como qualidade de vida e prevenção de doenças.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opta-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR




Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 680/2011

Autor: Deputado Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Determina aos hipermercados e aos supermercados a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos

Justificativa: Facilitar o acesso aos produtos orgânicos.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio.

Esta Comissão realizou a discussão do presente Projeto de Lei com a Associação Paranaense de Supermercados - APRAS, conforme ata em anexo, da qual resultou a aprovação de seu conteúdo.

Houve sugestão do Ministério Público de que houvesse menção genérica aos estabelecimentos comerciais, de forma geral.

Além disso, houve sugestão de que, em caso de infração ao disposto, houvesse a remissão ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, no que se refere às penalidades aplicáveis.

Finalmente, houve apresentação de sugestão do Deputado Pedro Lupion, de que se suprimisse a expressão "sem agrotóxico", do texto da lei.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, apresentando a seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local de comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§1º. O espaço destacado para a venda, a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos para a venda dos demais produtos.

Art. 2º. O local de venda deverá ser identificado pela expressão **Produto Orgânico**, em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art. 4º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, em 26 de 06 de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Pedro Lupion
Relator

Parecer ao Projeto de Lei no. 680/2011

EMENDA SUBSTITUTIVA


Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local de comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.


§1º. O espaço destacado para a venda, a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos para a venda dos demais produtos.

Art. 2º. O local de venda deverá ser identificado pela expressão **Produto Orgânico**, em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art. 4º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, em 26 de 06 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Pedro Lupion
Relator



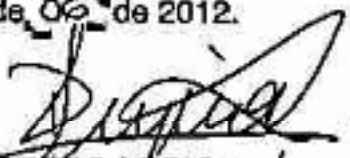
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI N. 680/2011

Com fulcro no artigo 51, §3º, artigo 141, II e na forma do artigo 137, §1º, todos do Regimento Interno desta Casa, e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a redação do artigo 2º que passa a ter a seguinte redação:

*"Art. 2º. O local de venda deverá ser identificado pela expressão **Produto Orgânico**, em letras de fácil visualização pelo consumidor".*

Sala das Comissões, 26 de 06 de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual

RELATOR


Leonardo Paranhos
Deputado Estadual **PRESIDENTE**



JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 51, §3º c/c 141, II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível ao Deputado membro desta Comissão apresentar emendas com o objetivo de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de lei.

No caso em análise, a presente emenda objetiva a supressão da expressão "sem agrotóxico" do artigo 2º deste projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Chelda.

A supressão se justifica na medida que já consta no texto normativo a expressão "produto orgânico", a qual por si só já se compreende que o produto fora cultivado sem uso de agrotóxicos.

Não obstante a desnecessidade da expressão, se verifica que tal como lançada no projeto de lei a mesma provoca uma espécie de marginalização do produto cultivado com agrotóxico, sugerindo ao consumidor que tais produtos seriam impróprios para o consumo, o que não corresponde à verdade.

Portanto, solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para que esta emenda seja aprovada.



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N. 680/2011


Com fulcro no artigo 51, §3º, artigo 141, II e na forma do artigo 137, §2º, todos do Regimento Interno desta Casa, e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a redação do §1º do artigo 1º que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

§1º. O espaço destacado para a venda, a que se refere o caput desta artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos para venda os demais produtos".

Sala das Comissões, 26 de Maio de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual / RELATOR


Leonaldo Paranhos
Deputado Estadual / PRESIDENTE



JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 51, §3º c/c 141, II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível ao Deputado membro desta Comissão apresentar emendas com o objetivo de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de lei.

A presente emenda se trata de uma emenda modificativa corretiva, a qual *"não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação"* conforme o disposto o art. 137, §7º, III do Regimento Interno.

No caso em análise, a presente emenda objetiva a modificação do texto original do §1º do art. 1º uma vez que a manutenção da redação original pode causar no consumidor uma falsa percepção que o produto cultivado com o auxílio de agrotóxico são qualidade inferior aos ditos "orgânicos".

Não obstante, se verifica que tal como lançada no projeto de lei a mesma provoca uma espécie de marginalização do produto cultivado com agrotóxico, sugerindo ao consumidor que tais produtos seriam impróprios para o consumo, o que não corresponde à verdade.

Portanto, solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para que esta emenda seja aprovada.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 38

PARECER ÀS EMENDAS SUBSTITUTIVA E SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 680/11

Projeto de Lei nº 680/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor.

Súmula: Determina aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI Nº 680/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Chelda, tinha como objetivo determinar aos hipermercados e aos supermercados, a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 391

Ocorre que, recebeu Emendas Substitutiva e Supressiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Pedro Lupion. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas, (grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as emendas foram propostas pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

B.L.
Fl. 41

Porém, com o objetivo de proporcionar melhor técnica legislativa as emendas ora propostas, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleito a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas,
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das Emendas propostas pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da SUBEMENDA em anexo.


Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.

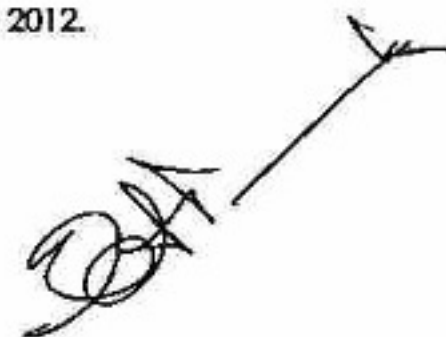

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


APROVADO

Unanime 07/08/12
B



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 42

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AS EMENDAS DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO PROJETO DE LEI Nº 680/2011

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, Inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda Substitutiva Geral, a qual visa alterar as Emendas da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n. 680/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local de comercialização, o espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§ 1º. O espaço destacado para a venda, a que se refere o caput deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos para a venda dos demais produtos.

Art. 2º. O local de venda deverá ser identificado pela expressão Produto Orgânico, em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art. 3º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor em 180 (cento e oitenta) dias contados da sua publicação.


Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA

RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO


07/08/12



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 680/11

O Projeto de Lei nº 680/11, em análise, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, determina aos hipermercados e aos supermercados a disporem de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

A Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Indústria e Comércio e a Comissão de Direito do Consumidor ao examinarem a Proposição emitiram parecer favorável, com a última propondo três emendas, que após analisadas pela CCJ, esta deliberou pela apresentação de uma Subemenda Substitutiva Geral, contemplando as sugestões ofertadas.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-1, do Regimento Interno, entende que a proposição merece apoio, de vez que tal medida auxillará consumidores que buscam alimentos *in natura* os encontrarem com maior facilidade, uma vez que permanecerão em local de destaque nos estabelecimentos comerciais.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, na forma da Subemenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

15/10/12

Deputado TONRHO WANDSCHEER
Relator

Deputado DR. BATISTA
Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 893/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 15 NOV. 2011

1º Secretário

EMENTA: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ESCOLA DE FUTEBOL IBIPORÃ, COM SEDE E FORO NA CIDADE DE IBIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ESCOLA DE FUTEBOL IBIPORÃ, com sede e foro na Cidade de Ibiporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2011.


Evandro Junior
Deputado Estadual

14143 16/11/2011 009924 2º ASSINADO 16/11/2011 009924



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Justificativa

O presente projeto consiste de um conjunto de ações organizadas e sistematizadas, e tem por finalidades:

- a) Promover a inclusão social através de práticas esportivas, neste caso do futebol, preferencialmente, para crianças com idade de 10 a 17 anos, procedentes de comunidades de vulnerabilidade social;
- b) Implementar a prática do desporto de participação ao ensino e ao estudo, para os beneficiários regularmente matriculados em instituições de ensino oficialmente reconhecidas;
- c) Integração plena de seus praticantes através da ética, do profissionalismo, cuja finalidade tem o objetivo de alcançar o desenvolvimento pleno do indivíduo, da sua interatividade social, na promoção da saúde e na sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
- d) Oferecer aos beneficiários, assistência médica, hospitalar, odontológica, nutricional e transporte;
- e) Apoio às famílias mais incidentes na vulnerabilidade social;
- f) Promoção de eventos desportivos regionais, com finalidade de contribuir com a integração dos praticantes, a inteiração da vida social, a divulgação e a prática saudável do futebol.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 893/2011

Projeto de Lei nº. 893/2011

Autor: Deputado Estadual Evandro Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Escola de Futebol Ibiaporã, com sede e foro no Município de Ibiaporã, Estado do Paraná.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Evandro Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Escola de Futebol Ibiaporã, com sede e foro no Município de Ibiaporã, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



a) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, educação e esporte, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exercam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 69
SEP

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DULCIO GENARI
RELATOR

APROVADO
votando 28/08/12

DEP. André Bueno e Paranhos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Andre Bueno

D. L.
Fls. 09

PROJETO DE LEI Nº 936/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 NOV. 2011

1º Secretário

Súmula: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

Art. 1º - Todos os supermercados e estabelecimentos afins, ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local de destaque, a data de validade dos produtos que fizerem parte de promoções especiais e ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§1º - Esta exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de no mínimo 05 (cinco) dias.

§2º - Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Andre Bueno

D. L.

Fls. 03

§ 3º - O cartaz deverá demonstrar quantos dias faltam para o vencimento do produto.

Art. 2º - O destaque dos cartazes com as datas de vencimento deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

Parágrafo Único - Caso a divulgação da promoção seja feita oralmente, através de etiquetas marcadas, ou por qualquer outro meio, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.

Art. 3º - O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

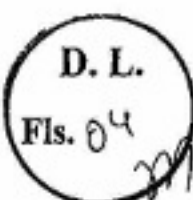
I - advertência por escrito da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, dentro de um período inferior a 1 (um) ano a contar da primeira ocorrência, estará sujeito às penalidades previstas nos itens II, III, IV e V abaixo:

II - multa equivalente a 1.000 (mil) vezes o valor unitário do produto objeto da promoção, na primeira reincidência;

III - multa equivalente a 10.000 (dez mil) vezes o valor unitário do produto objeto da promoção, na segunda reincidência;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno




IV – multa equivalente a 15.000 (quinze mil) vezes o valor unitário do produto objeto da promoção e proibição de comercialização do produto e afins por um período não inferior a 1 (um) ano, na terceira reincidência;

V – multa equivalente a 20.000 (vinte mil) vezes o valor unitário do produto objeto da promoção e fechamento do estabelecimento por um período não inferior a 6 (seis) meses, na quarta reincidência.

Art. 4º - Caso o Poder Executivo julgue necessário poderá regulamentar esta lei através de Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2011.


Andre Bueno
Deputado Estadual


Leonardo Paranhos
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Andre Bueno



JUSTIFICATIVA

É muito comum os supermercados e estabelecimentos afins colocarem em promoção produtos perecíveis, principalmente alimentícios, com a validade quase vencida. Deste modo, fica mais fácil vender a mercadoria livrando-se de produtos que em breve não poderão mais ser vendidos. Muitos consumidores não prestam atenção à data de vencimento e acabam sendo prejudicados.

Diante dessa situação, apresento esta proposição no sentido tornar obrigatório aos supermercados e estabelecimentos afins colocarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas.

Nos cartazes, as datas de vencimento deverão ficar do mesmo tamanho e com o mesmo destaque dos preços promocionais.

Se a promoção for divulgada de outra forma, por microfone ou em etiquetas, o prazo de validade também deverá ser anunciado da mesma forma.

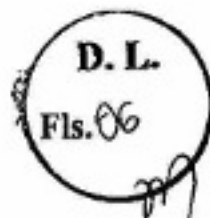
Assim, a presente iniciativa vem sanar esta falha na legislação do Código de Defesa do Consumidor, que não prevê qualquer restrição para tal prática, promovendo assim a fixação de cartazes informativos o consumidor, para que o mesmo não



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Andre Bueno



seja lesado com a compra de um produto que está prestes a vencer.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2011.



Andre Bueno
Deputado Estadual

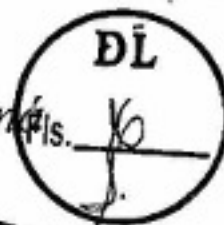


Leonardo Paranhos
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 936/11



Projeto de Lei nº 936/11

Autores: Deputado André Bueno e Deputado Paranhos

Súmula: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE DE
SUPERMERCADOS E DEMAIS
ESTABELECIMENTOS DIVULGAREM DATA
DE VENCIMENTO DOS PRODUTOS EM
PROMOÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR À
INFORMAÇÃO ADEQUADA. ART. 6º, III, CDC.
LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE.
PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputados André Bueno e do Deputado Paranhos, visa obrigar os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

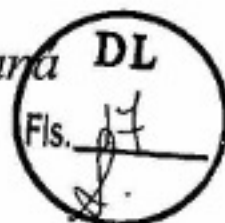
Concedido vista.

Em 17/04/12

Pedro Lysian
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Klum
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, conforme adiante transcrito:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a Constituição da República prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

DL

Fls. 18

No mesmo sentido, determina a Constituição Estadual, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Conforme justificativa dos autores é muito comum os supermercados e estabelecimentos afins colocarem em promoção produtos perecíveis, principalmente alimentícios, com a validade quase vencida.

Da análise do projeto em tela, nota-se que o objetivo é evitar que os consumidores adquiram, sem querer, produtos com sua validade quase vencida devido às promoções freqüentes de tais produtos. Assim, trata-se de matéria de direito do consumidor à informação sobre produtos.

O artigo 6º, da Lei 8.078 de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor no Brasil, cita os direitos básicos do consumidor, dentre outros, a informação adequada e clara sobre os produtos, conforme inciso III:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Da mesma forma, prevê a lei de proteção ao consumidor sobre a oferta dos produtos e condições de validade, em especial, a data de validade dos produtos anunciados, de acordo com o artigo 31, seguinte:

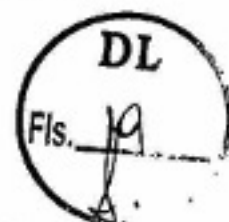
Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Denota-se que, muito embora exista a expressa norma legal sobre a oferta de produtos com a informação sobre prazo de validade, o objetivo do projeto em tela é disciplinar a ampla divulgação do já direito estabelecido, assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

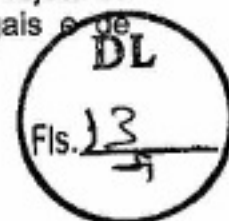


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.



Sala das Comissões, 06 de março de 2012


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Parecer aos PL 936/11 e PL 044/12 com Emenda

Substitutiva ao Projeto de Lei n. 936/11

SÚMULA: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por este estabelecimento.

EMENTA: COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM PROMOÇÃO - OBRIGAÇÃO DO COMERCIANTE EM INFORMAR A DATA DE VALIDADE EM LOCAL DE DESTAQUE - PREVISÃO DE PENALIDADE - APROVAÇÃO PELA CCJ - PARECER CONTRÁRIO DO MP EM RELAÇÃO A PENALIDADE E OUTROS - EMENDA SUBSTITUTIVA.

Página 1 de 6

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado André Bueno e do Deputado Paranhos, em trâmite perante esta Casa de Lei sob o n. 936/2011, objetivando a obrigatoriedade de supermercados e demais estabelecimentos similares, quando da realização de promoções "relâmpagos" ou afins, destacar em lugar visível a data de validade dos produtos ofertados os quais vierem a vencer pelo menos com cinco (05) dias de antecedência.

O Projeto de Lei em análise recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça - CCJ - desta Casa de Leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

Ainda, o Ministério Público Estadual (MPE), por intermédio de sua promotoria especializada "Centro de [sic] Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor", apresentou parecer em relação ao presente PL.

Em seu parecer o MPE sugestiona a supressão do §3º do artigo 1º uma vez que não seria necessária constar do cartaz a informação de quantos dias ainda restam para o vencimento, e tão somente constando a data de vencimento do produto. Em relação ao mesmo artigo sugestiona que seja abrangidos todos os estabelecimentos que comercializam alimentos.

Ainda, sugestiona a readequação das penalidades previstas no PL bem como definir o órgão de fiscalização.

É o relatório.

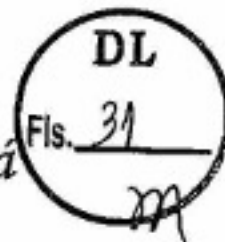
FUNDAMENTAÇÃO

Uma vez que a matéria foi aprovada pela CCJ, o presente PL foi encaminhado a esta Comissão conforme determina o artigo 33P¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O PL em questão é de sumo interesse ao Consumidor, de fato como bem menciona os autores, é corriqueira a prática por parte dos estabelecimentos que comercializam alimentos, na tentativa de evitar maiores prejuízos, em ofertar seus produtos por valores inferiores quando próximos da data de vencimento.

Com efeito mencionar que o PL está em perfeita harmonia ao Código de Defesa do Consumidor, mais

¹ ART. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

precisamente ao artigo 6º, inciso III², o qual prevê como Direito básico e/ou fundamental do Consumidor em ter acesso a informação adequada em relação à características do produto por ele adquirido.

Porém, em análise ao parecer do MPE entendo que as ponderações ali contidas são de grande importância, não apenas pelo seu conteúdo, mas também pelo fato de que aquela Promotoria especializada está mais familiarizada com os problemas enfrentados pelo consumidor brasileiro.

Coaduno com o parecer do MPE, sendo as justificativas contidas naquele parecer suficientes a embasar a apresentação de emenda ao preste PL.

Nos termos do artigo 137³ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é possível apresentar emenda modificativa no sentido de aperfeiçoar e/ou aprimorar qualquer projeto de Lei.

² Art. 6º São direitos básicos do consumidor:[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...]

³ Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I - emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II - emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III - emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

No mesmo sentido, cumpre mencionar o artigo 141, inciso II⁴ do Regimento interno o qual entende ser a atual fase em que se encontra o PL o momento oportuno para apresentar emendas.

Desta forma, passo a apresentar Emenda Substitutiva ao presente Projeto de Lei, nos seguintes termos:

SÚMULA: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por este estabelecimento.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local de destaque, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§1º. Esta exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§2º. [...]

§3º. Suprimido

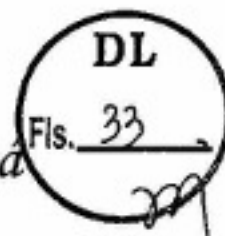
Art. 2º [...]

Art. 3º. A fiscalização ficará ao encargo do PROCON/PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

§1º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

⁴ Art. 141 As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

II - nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, § 3o deste Regimento.



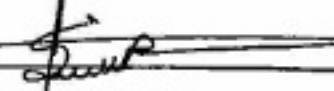
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

CONCLUSÃO

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado na forma da emenda ora apresentada.^{5,6}

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2012.

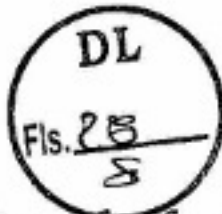

PEDRO LUPION
Deputado Estadual - Relator.


ADELINO RIBEIRO
Deputado Estadual - Presidente

Página 5 de 6

⁵ Inclusa Emenda Substitutiva.

⁶ Nos termos do Artigo 139 do Regimento Interno, o qual menciona que "As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N. 936/11

SÚMULA: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por este estabelecimento.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local de destaque, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§1º. Esta exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§2º. [...]


§3º. Suprimido

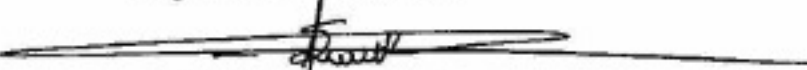
Art. 2º [...]

Art. 3º. A fiscalização ficará ao encargo do PROCON/PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

§1º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, 06 de Agosto de 2012.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual


ADELINO RIBEIRO
Deputado Estadual - Presidente



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 936/11

DL
Fls. 37
54

DL
31
Fls. 37
54

Projeto de Lei nº 936/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor.

Súmula: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI Nº 936/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado André Bueno e Paranhos, tinha como objetivo obrigar os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Pedro Lupion. Por esta



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 38
54

DL
Fls. 38
54

razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Porém, com o objetivo de proporcionar melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 39
58

DL
Fls. 34
8

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

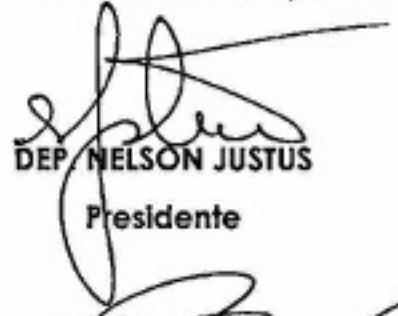
Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:


Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

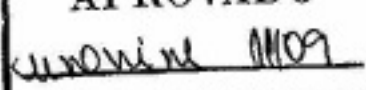
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da **SUBEMENDA** em anexo.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

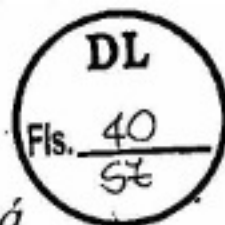

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR
Relator

APROVADO




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



**SUBEMENDA A EMENDA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO
PROJETO DE LEI Nº 936/2011**

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n. 936/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

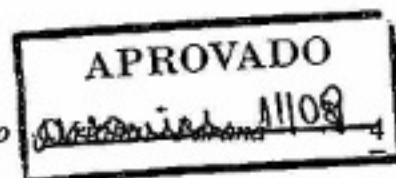
Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local de destaque, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§1º - Esta exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer **dentro do prazo de 10 (dez) dias.**

§2 - Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.

Art. 2º. O destaque dos cartazes com as datas de vencimento deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

Parágrafo Único - Caso a divulgação da promoção seja feita oralmente, através de etiquetas marcadas, ou por qualquer outro meio, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Klury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
26
Fls. 41
5t

DL
Fls. 41
5t

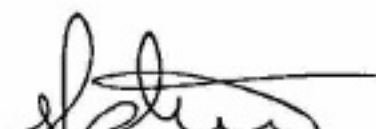
Art. 3º - A fiscalização ficará ao encargo do PROCON/PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

Parágrafo Único - As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º - Caso o Poder Executivo julgue necessário poderá regulamentar esta Lei através de Decreto.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

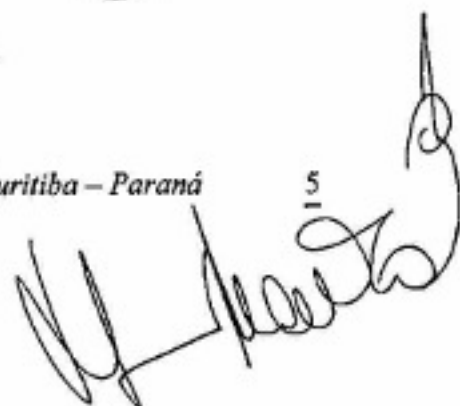

DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR
Relator





Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

DL
Fls. 44
58

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 936/2012
(ANEXADO PL Nº 044/2012)

Fls. 39
58

Súmula: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos

Autor: Deputado André Bueno e Paranhos
Relator: Deputado Dullio Genari.

JUSTIFICATIVA: É de responsabilidade das empresas a publicização, através de sinalização indicativa, bem como demonstrar quantos dias faltam para o vencimento do produto, sendo obrigatória a divulgação para produtos a vencer no prazo mínimo de 5 (cinco) dias. A Justificativa deste instrumento normativo é uma forma de evitar falhas operacionais que venham colocar à disposição produtos fora do prazo de validade, bem como a atuação de acordo com os princípios do Código de Defesa do Consumidor. O projeto de lei em questão diz buscar também evitar que os consumidores adquiram produtos com curto prazo de validade, evitando assim maiores transtornos, e garantindo exercício do direito de compra de maneira mais segura aos cidadãos.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça.

PARECERES FAVORÁVEIS COM EMENDA SUBSTITUTIVA: Ministério Público e Comissão de Defesa do Consumidor.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

DL
Fis. 45
54

DL
Fis. 40
8

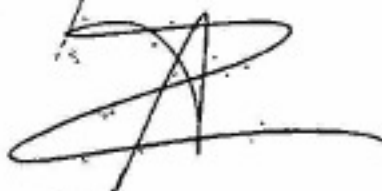
É o Parecer.

Sala das Comissões; 16 de outubro de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO DÊLIO GENARI
RELATOR









Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

Nº
Fls. 46
56

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 936/2011

DL
Fls. 41
58

Súmula: Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por estes estabelecimentos

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local de destaque, a data da validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§1º Esta exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º (.....)


§ 3º (.....) Suprimido

Art. 2º (.....)

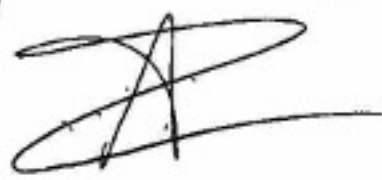
Art. 3.º A fiscalização ficará ao encargo do PROCON/PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

§ 1º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO DJALMA GENARI.
RELATOR







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 936/2011

Projeto de Lei nº 936/11

**Autor da emenda: Comissão de Indústria e
Comércio.**

Preâmbulo

O presente projeto de Lei em análise, de autoria dos deputados André Bueno e Leonaldo Paranhos, tinha como objetivo obrigar os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais lançadas por aqueles estabelecimentos, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado César Silvestre Filho. Vale lembrar que o Projeto de Lei nº 044/12, de autoria da Cantora Mara Lima está em anexo a este por se tratar de assunto do mesmo objetivo.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Indústria e Comércio. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

A priori cumpre destacar que as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia Legislativa, depois de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

eleita a Mesa, organizará as comissões 44
permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva
área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e
subemendas.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa
de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as
proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser
emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas
por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos
relatores, por qualquer membro da Comissão
ou ainda por qualquer Deputado, conforme o
disposto no artigo 51, § 3º deste Regimento.**

Portanto, verifica-se que foi respeitado o
inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda substitutiva
foi proposta pelo relator na Comissão de Indústria e Comércio.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º,
prevê a possibilidade em que se oferecer emendas ao projeto de lei
apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição
apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo
quando abrange o seu conjunto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela aprovação da presente emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Indústria e Comércio, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 2012.

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO

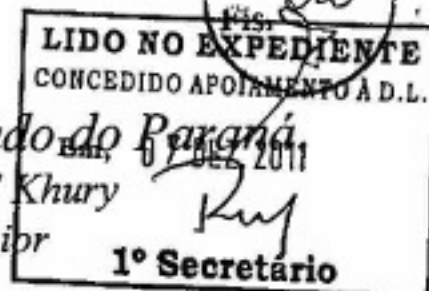
Em nome de 13.11.12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Dep. EVANDRO JR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



PROJETO DE LEI N.º 960 /2011



Súmula: DISPÕE SOBRE O NÚMERO MÍNIMO DE CAIXAS QUE OS ESTABELECIMENTOS (BARES, RESTAURANTES, CASAS NOTURNAS E SIMILARES) DEVEM POSSUIR E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Todos os Bares, Restaurantes, Casas Noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a manter, no setor de caixas, funcionários em número compatível com o fluxo de consumidores, de modo a permitir que cada um destes seja atendido em tempo razoável.

Parágrafo único - Nos termos do caput deste artigo, considera-se tempo razoável para o atendimento ao consumidor o período de no máximo 15 (quinze) minutos de espera no setor de caixas.

Art. 2º - Os Bares, Restaurantes, Casa Noturnas e similares, para concluírem o atendimento em tempo razoável, deverão possuir um número mínimo de funcionários no setor de caixas, na seguinte proporção:

- I - Estabelecimentos com capacidade máxima para atender entre 50 (cinquenta) e 100 (cem) consumidores deverão possuir no mínimo 02 (dois) caixas;
- II - Estabelecimentos com capacidade para atender entre 100 (cem) e 200 (duzentos) consumidores deverão possuir no mínimo 04 (quatro) caixas;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

III - Estabelecimentos com capacidade para atender entre 200 (duzentos) e 300 (trezentos) consumidores deverão possuir no mínimo 06 (seis) caixas;

IV - Estabelecimentos com capacidade para atender entre 300 (trezentos) e 400 (quatrocentos) consumidores deverão possuir no mínimo 08 (oito) caixas.

Parágrafo Único - Estabelecimentos com capacidade para atender mais de 400 (quatrocentos) consumidores deverão respeitar a proporção estabelecida nos incisos supramencionados.

Art. 3º - A presente Lei não se aplica aos Bares, Restaurantes, Casas Noturnas e similares que:


I - atendam todos os seus consumidores exclusivamente sentados, agrupados em mesas e;

II - a cobrança seja realizada diretamente ao cliente em sua respectiva mesa.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 07 de dezembro de 2011.


EVANDRO JUNIOR
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

JUSTIFICATIVA

Inicialmente deve-se demonstrar a competência legislativa do nobre parlamentar com relação ao objeto do Projeto de Lei.

A Constituição da República Federativa do Brasil assim determina em seu art. 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifos nossos)

Inclusive a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13, vem no mesmo sentido determinar que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

Diante dos dispositivos constitucionais acima mencionados resta-se evidenciada a competência do nobre parlamentar para a propositura deste Projeto de Lei que visa defender os direitos dos consumidores deste Estado.

Adentrando mais especificamente ao tema, cabe destacar que todos os órgãos da sociedade vêm dando tamanha importância para o Direito do Consumidor.

Tão importante este tema que a Constituição da República Federativa do Brasil assim já dispõe:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

V - defesa do consumidor; (grifos nossos)

Aliás, é de conhecimento notório que o Consumidor é o pólo mais fraco da relação de consumo e, portanto, deve ser devidamente amparado por uma legislação específica, como é o caso do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990).

Inclusive, importante mencionar o art. 4º do Código de Defesa do Consumidor:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

- a) por iniciativa direta;
- b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;
- c) pela presença do Estado no mercado de consumo;
- d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; (grifos nossos)

Assim sendo, nota-se que já existe uma Política Nacional de Relações de consumo que objetiva: *atender as necessidades dos consumidores;*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

respeitar a sua dignidade, saúde e segurança; proteger seus interesses econômicos; a melhoria da qualidade de vida; etc.

Deste modo, fácil perceber que o referido Projeto de Lei está em plena consonância com a Lei Federal que institui o Código de Defesa do Consumidor; uma vez que este Projeto de Lei objetiva defender os interesses dos consumidores que freqüentam Bares, Restaurantes, Casas Noturnas e similares.

Cumpra registrar que os consumidores que freqüentam Bares, Restaurantes, Casas Noturnas e similares normalmente permanecem em longas filas e por horas e horas para conseguir realizar o pagamento de sua consumação, para, assim, ter o direito de sair destes estabelecimentos.

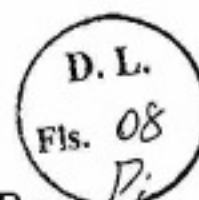
Deve-se ressaltar que é inadmissível um consumidor que se dirige a estes estabelecimentos com o intuito de se divertir passe por um estresse, um infortúnio deste tamanho no momento do pagamento de sua consumação

Portanto, nada mais justo e razoável que estes estabelecimentos venham a tratar os seus consumidores de um modo mais digno, adequando o número de caixas ao tamanho de seus estabelecimentos.

Ademais, deve-se ressaltar que o tempo de espera em fila de bancos já foi devidamente regulamentado por Lei Estadual, conforme pode ser observado:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



Lei 13.400 - 21 de Dezembro de 2001

Súmula: Dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica determinado que as instituições bancárias, financeiras e de crédito, bem como os supermercados, deverão colocar a disposição dos seus usuários, pessoal suficiente e necessário, no setor de caixa, para que o atendimento seja efetivado em tempo razoável.

§ 1º. Entende-se atendimento em tempo razoável, como mencionado no "caput", o prazo máximo de 20 (vinte) minutos em dias normais e de 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados.

§ 2º. Os prestadores de serviços indicados no "caput" deste artigo deverão informar aos consumidores, em cartaz fixado na sua entrada, a escala de trabalho no setor de caixas colocados à disposição.

Art. 2º. O atendimento preferencial e exclusivo dos caixas destinados aos maiores de 60 (sessenta) anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física e pessoas com crianças no colo, será realizado através de senha numérica e oferta de, no mínimo, 15 (quinze) assentos com encosto.
(Redação dada pela Lei 14956 de 19/12/2005)

Parágrafo único. O atendimento a todos os usuários bancários deverá ser realizado mediante o sistema de uso de senha numérica, a qual deverá indicar, obrigatoriamente, a data do atendimento, bem como



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior

D. L.
Fls. 09
D.

o horário de chegada do cliente na agência.
(Incluído pela Lei 14956 de 19/12/2005)

Art. 3º. Na prestação de serviços oriundos da celebração de convênios, não poderá haver discriminação entre clientes e não clientes, nem serem estabelecidos, nas dependência, local e horário de atendimento diversos daqueles previstos para as demais atividades.

Art. 4º. O não cumprimento dos dispositivos desta lei sujeitará o infrator a pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, aplicada mediante processo administrativo, revertendo para o fundo pertinente à pessoa jurídica de direito público que impuser a sanção, bem como a inclusão no cadastro de reclamações fundamentadas.

(Redação dada pela Lei 14956 de 19/12/2005)

I - a multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR), ou índice equivalente que venha substituí-lo.

(Redação dada pela Lei 14956 de 19/12/2005)

II - a inclusão no cadastro de reclamações fundamentadas e o processo administrativo de que trata o caput deverão seguir as normas previstas no Decreto nº 2181/97 e na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

(Redação dada pela Lei 14956 de 19/12/2005)

Art. 5º. As denúncias dos usuários dos serviços abrangidos por esta lei deverão ser encaminhadas ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Evandro Junior



PROCON/PR, que é o órgão encarregado da fiscalização e da punição dos infratores.

Parágrafo único. O Poder Executivo disponibilizará meios eficazes para o recebimento das denúncias e sua averiguação e controle.

Art. 6º. As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, terão o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta lei, para adaptarem-se as suas disposições.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Logo, não há porque não regulamentar a questão referente ao numero mínimo de caixas em estabelecimentos a fim de trazer melhorias para toda a população.

Finalizando, destaca-se a importância deste projeto; uma vez que é do conhecimento de todos esta situação vivenciada pelos consumidores do Estado do Paraná e de todo o Brasil.

Assim sendo, espera-se contar com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 07 de dezembro de 2011.

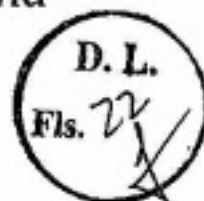
EVANDRO JUNIOR
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 960/11

Projeto de Lei nº 960/11
Autor: Dep. Evandro Junior

Súmula: Dispõe sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir e adota outras providências.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. NUMERO MÍNIMO DE CAIXAS EM BARES E RESTAURANTES. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 29, 33, 124 E 137 RI ALEP. ARTS. 24 E 170 CF. ARTS. 13 E 65 DA CE. ARTS. 4º E 55 CDC. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Evandro Junior dispõe sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir e adota outras providências.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.
Em 27 / 03 / 12
Tadue, Ademir
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

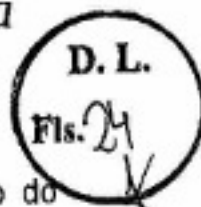
Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A Constituição da República Federativa do Brasil assim determina em seu art. 24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifos nossos)

Nesta mesma esteira, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



artístico, estético, histórico, turístico e
paisagístico; (grifos nossos)

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no presente Projeto de Lei pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Destarte, a Constituição da República Federativa do Brasil assim dispõe:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

V - defesa do consumidor; (grifos nossos)

Ainda, aduz o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 4º:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 26

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;
(grifos nossos)

Com efeito, o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 55 aduz que a União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, distribuição e consumo de produtos:

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No entanto, com o objetivo de proporcionar uma sanção mais rigorosa aos estabelecimentos que descumprirem o disposto no presente projeto de lei, propõe-se a seguinte emenda aditiva, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste mesmo sentido, dispõe o art. 137, §3º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.


ls. 28

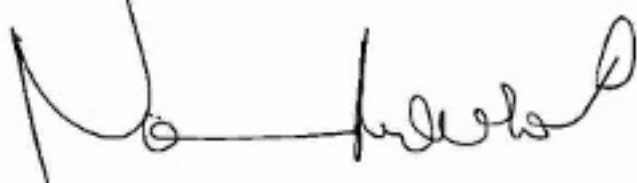
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA ADITIVA** em anexo.

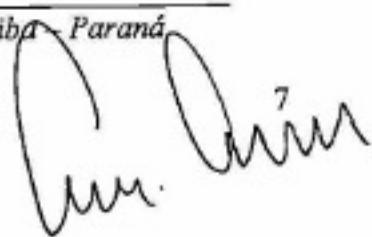
Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



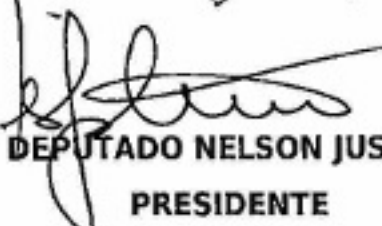
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 960/2011

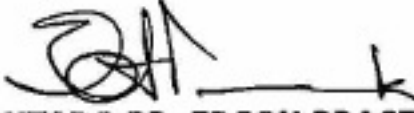
De acordo com o que determinam os artigos 137, §3º e 141, inciso II do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica acrescido art. 4º ao Projeto de Lei nº 960/11, bem como remunera o atual art. 4º para art. 5º e o art. 5º para art. 6º.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará ao infrator às seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - multa no valor de 75 (setenta e cinco) UPF/PR - Unidade Padrão Fiscal do Paraná;
- III - Suspensão do Alvará de Funcionamento;
- IV - Cancelamento do Alvará de Funcionamento.

Sala das Sessões, 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR

Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 960/2011

Autor: Deputado Evandro Junior

Sumula: Dispõe sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir.

Justificativa: A demora no atendimento dos consumidores.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda aditiva).

Esta Comissão realizou a discussão do presente Projeto de Lei com a ABRASEL – Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e com a ABRABAR – Associação de Bares e Casas Noturnas do Paraná, conforme ata em anexo, da qual resultou a aprovação de seu conteúdo, com pedido de que houvesse a exclusão dos restaurantes, tendo em vista a possibilidade da inviabilização das suas atividades e de que o prazo de espera fosse aumentado para 20 (vinte minutos).

Além disso, houve sugestão de que, em caso de infração ao disposto, houvesse a remissão ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, no que se refere às penalidades aplicáveis.

Finalmente, conclui-se pela supressão do Art. 2º., tendo em vista que o tempo mínimo de espera já abarcaria o objetivo do Projeto de Lei.

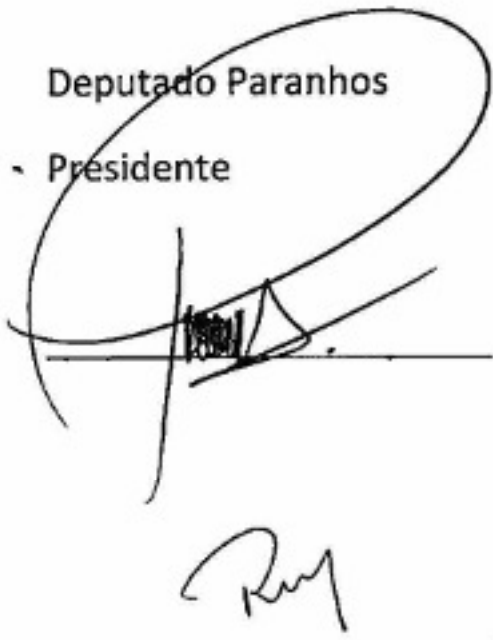
Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei, apresentando a seguinte Emenda Substitutiva:

Art. 1º. Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo 20 (vinte minutos).

Art. 4º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

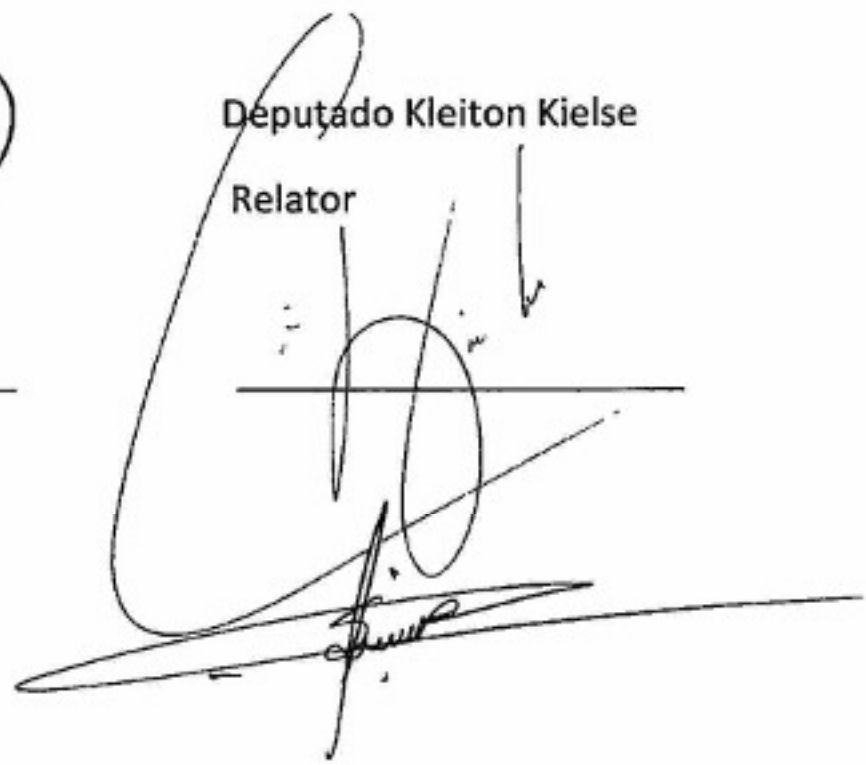
Sala das Comissões, em 03 de 07 de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

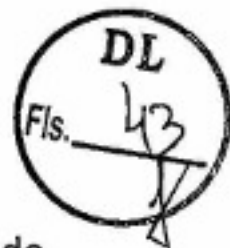


A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. Below the signature is the word "Ruy" written in a cursive script.

Deputado Kleiton Kielse
Relator



A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is very fluid and extends across the line.



Emenda Substitutiva ao PL 960/2011:

Art. 1º. Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo 20 (vinte minutos).

Art. 4º. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Comissões, em 03 de 07 de 2012.

Deputado Paranhos

Presidente

Deputado Cleiton Kielse

Relator



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 960/11

Projeto de Lei nº 960/11

Autor da emenda: Comissão de Defesa do Consumidor.

Súmula: Dispõe sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir e adota outras providências.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O PROJETO DE LEI Nº 960/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Evandro Junior, tinha como objetivo dispor sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir e adota outras providências, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pastor Edson Praczyk.

Ocorre que, recebeu Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Por esta razão é



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas: (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a emenda foi proposta pelo relator na Comissão de Defesa do Consumidor.

Ainda, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Porém, com o objetivo de proporcionar melhor técnica legislativa a emenda ora em tela, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 49

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Substitutiva proposta pela Comissão de Defesa do Consumidor, na forma da SUBEMENDA em anexo.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL A EMENDA DA COMISSÃO DE
DEFESA DO CONSUMIDOR AO PROJETO DE LEI Nº 960/2011**

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda Substitutiva Geral, a qual visa alterar a Emenda Substitutiva da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei n. 960/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Súmula: DISPÕE SOBRE O TEMPO
RAZOÁVEL DE ATENDIMENTO AOS
CONSUMIDORES DOS
ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA
E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º - Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo 20 (vinte) minutos.

Art. 2º - A presente Lei não se aplica aos Bares, Casas Noturnas e similares que:
I - atendam todos os seus consumidores exclusivamente sentados, agrupados em mesas e;
II - a cobrança seja realizada diretamente ao cliente em sua respectiva mesa.

Art. 3º. O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas nos artigos 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 4º - Caberá ao PROCON/PR a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 2012.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

6

APROVADO

unanim 07/08/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 960/2011

Súmula: Dispõe sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir, e adota outras providências.

Autor: Deputado Evandro Júnior
Relator: Deputado Toninho Wandscheer

JUSTIFICATIVA: Em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor, visa preservar o direito do cliente, perante a prestadora de serviços.

PARECERES FAVORÁVEIS COM EMENDAS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Defesa do Consumidor.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma de **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

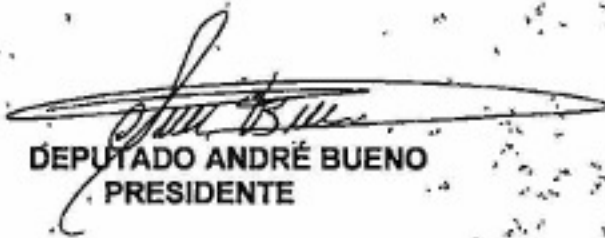
DL

Fls. 55


56

É o Parecer.

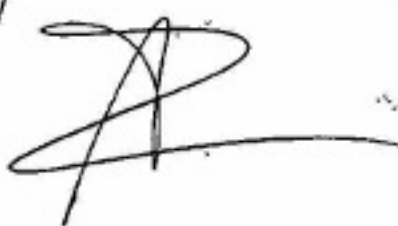

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE

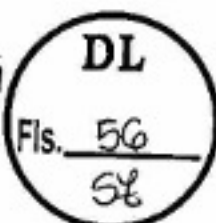


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL A EMENDA DA
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO PROJETO DE
LEI Nº 960/2011

Súmula: Dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que especifica e adota outras providências.

Art. 1º - Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo 20 (vinte minutos).

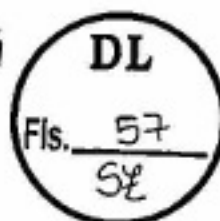
Art. 2º - A presente Lei não se aplica aos bares, casas noturnas e similares que:
I - atendam todos os seus consumidores exclusivamente sentados, agrupados em mesas e;
II - a cobrança seja realizada diretamente ao cliente em sua respectiva mesa.

Art. 3º - O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas nos artigos 56 e seguintes da Lei Federal nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º - Caberá ao Procon/Pr a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.



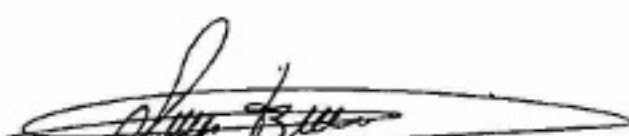
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR



PARECER À SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 960/2011

Projeto de Lei nº 960/2011.

Autor da emenda: Deputado Evandro Junior



Súmula: Dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que especifica e adota outras providências.

EMENTA: SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO A EMENDA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. ARTS. 29 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Evandro Júnior, tinha como objetivo dispor sobre o número mínimo de caixas que os estabelecimentos (bares, restaurantes, casas noturnas e similares) devem possuir, sendo que recebeu parecer favorável na forma da emenda aditiva da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pastor Edson Praczyk.

Ocorre que, recebeu uma Subemenda Substitutiva Geral da Comissão de Indústria e Comércio da emenda realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor. Por esta razão é que a referida Subemenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos).

7/8

DL
Fis. 20

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- ao iniciar a discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.
(grifo nosso).

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente subemenda substitutiva geral foi proposta pelo relator na Comissão de Indústria e Comércio.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva geral aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.


Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

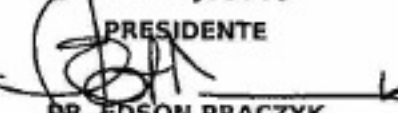
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Subemenda Substitutiva Geral proposta pela Comissão de Indústria e Comércio a emenda da Comissão de Defesa do Consumidor, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



APROVADO
unânime 13.11.12



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 DEZ. 2011

maub
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 969 /2011.

Declara de Utilidade Pública a Associação Ita Wegman,
com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ita Wegman, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2011.

Valdir Rossoni
Valdir Rossoni

DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A Associação Ita Wegman foi fundada em 7 de fevereiro de 2008 e atende crianças e adolescentes com necessidades especiais.

A Associação promove atividades voltadas para o atendimento e a integração social de pessoas com necessidades especiais; qualifica pessoas para o exercício de atividades voltadas às pessoas com necessidades especiais; contribui com a sociedade na solução de problemas atinentes às pessoas com necessidades especiais e contribui para o pleno desenvolvimento humano e social.

O serviço prestado pela Associação está voltado não só à criança e ao adolescente com necessidades especiais, mas também a seus familiares, professores, voluntários e à comunidade.

Sala das Sessões, 08 de dezembro de 2011.

Deputado Valdir Rossoni



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 969/2011

Projeto de Lei nº. 969/2011

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a "ASSOCIAÇÃO ITA WEGMAN", com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO ITA WEGMAN**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a educação e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Els.

PROJETO DE LEI Nº 005/12

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.**

ETA, 06 FEB. 2012

1st Secretary

EMENTA: Insistir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

Art. 1.º - Fica instituído no Estado do Paraná o "DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNIO", a ser comemorado anualmente na data de 24 de abril.

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar reconhecimento ao Genocídio Armênio.

Durante o Genocídio Armênio, mais de um milhão e meio de civis armênios foram massacrados, decapitados, torturados, violados e desterrados das suas terras ancestrais pelo exército turco otomano.

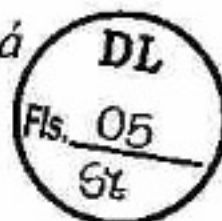
O Genocídio Armênio foi reconhecido oficialmente pelas Nações Unidas, Parlamento do Mercosul, Parlamento Europeu, Conselho de Europa, Conselho Mundial de Igrejas, Associação Internacional de Estudos sobre Genocídios, Tribunal Permanente dos Povos. Também foi reconhecido por numerosos Estados, como Armênia, Argentina, Chile, Uruguai, Venezuela, Alemanha, França, Canadá, Itália, Grécia, Chipre, Eslováquia, Polônia, Líbano, Rússia, Lituânia, Bélgica, Suíça, Holanda, Luxemburgo, Suécia ou o Vaticano.

O reconhecimento do Genocídio Armênio por parte da Assembléia Legislativa do Paraná aliviaria o sofrimento de milhões de armênios espalhados por todo o mundo e permitiria a Turquia ter mais consciência do seu passado.

Ante o exposto, pedimos o apolo dos nobres pares para a aprovação do presente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 005/2012

Projeto de Lei nº. 005/2012

Autora: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO ESTADUAL O DIA DO RECONHECIMENTO DO GENOCÍDIO ARMÊNICO. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 216, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

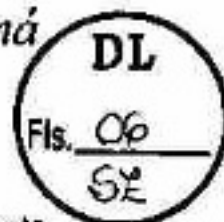
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, objetiva inserir no Calendário Estadual o "Dia do Reconhecimento do Genocídio Armênio", a ser comemorado, anualmente, na data de 24 de Abril.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

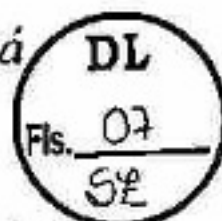
Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (grifo nosso)

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos a manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de Iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

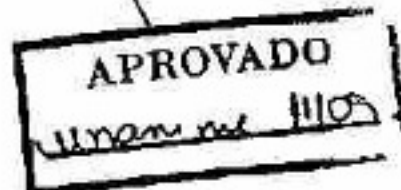
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de Agosto de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



PROJETO DE LEI Nº 007.12012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO

Em 06.05.12
Ruy
1º Secretário

EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS QUE UTILIZAM O E-COMERCE, COM HOSPEDAGENS EM SITES NA INTERNET E QUE TENHAM MATRIZ OU FILIAIS NO ESTADO DO PARANÁ, INSERIREM EM SEUS SITES OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, TELEFONES E DADOS CADASTRAIS COMPLETOS.

Autor: DEPUTADO HERMAS JUNIOR

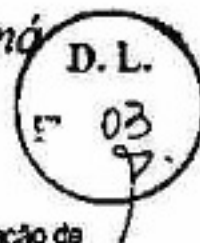
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ RESOLVE:

Art. 1º - Toda empresa que tenha matriz ou filial no âmbito do Estado do Paraná e que mantenha hospedagem em sites, visando o e-commerce ou propaganda de autodivulgação, deverá manter de forma legível e de fácil acesso, endereço, telefone, CNPJ, Inscrição Estadual, assim como seus endereços eletrônicos.

Parágrafo Único - Deverá constar em seus sites de hospedagens um link específico para as informações de que tratam esse artigo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

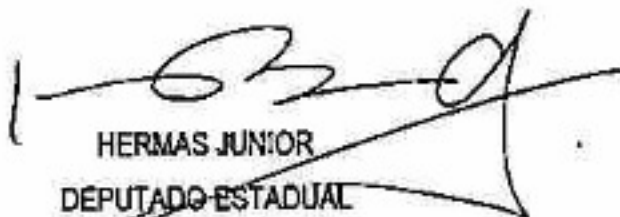


Art. 2º - O descumprimento dessa Lei acarretará infração administrativa passível de aplicação de multa, garantido o contraditório e a ampla defesa e em caso de reincidência, penalidade em dobro.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 dias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, emde fevereiro de 2012


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

Dentre os Direitos garantidos ao Consumidor, está o direito à Informação, que abrange tanto a Informação do produto ou da prestação de serviços, como também sobre a empresa, local em que se encontra estabelecida, dados formais sobre sua constituição.

O direito a Informação no Código de Defesa do Consumidor teve reconhecimento internacional como direito de natureza fundamental, mediante a Resolução nº 39/248 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de maio de 1985 e determina a criação e incentivo a programas de educação e informação, buscando a propagação da Informação com relação às leis de amparo ao consumidor.

Fato é que a propaganda em sites tem sido uma ferramenta poderosa para as empresas divulgarem seus produtos ou a prestação de serviços.

No entanto, tem sido muito comum que as empresas utilizem a ferramenta disponível de publicidade, deixando, no entanto, de informar questões básicas, como endereço, telefone, e-mail e dados da pessoa jurídica.

Certamente, a ausência da Informação vem causando muitas dificuldades ao consumidor, dando azo a inúmeras reclamações que podem ser regulamentadas via a presente lei.

A Constituição Federal e Estadual autorizam a que o Estado, de forma concorrente com a União legisle sobre proteção ao Consumidor, como é o caso da presente iniciativa.

Ademais, a matéria aqui disposta não infringe a competência exclusiva do Poder Executivo para legislar, pelo que, não há óbice legal, constitucional ou jurídico para a aprovação da presente proposta.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 07
SE

DL
Fls. 10
SE

PARECER AO PROJETO DE LEI 007/12

Projeto de Lei nº 007/12

Autor: Dep. Hermas Brandão Junior

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam o e-commerce, com hospedagens em sites na Internet e que tenham matriz ou filiais no Estado do Paraná, inserirem em seus sites os respectivos endereços, telefones e dados cadastrais completos.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS QUE UTILIZAM O E-COMERCE, COM HOSPEDAGENS EM SITES NA INTERNET E QUE TENHAM MATRIZ OU FILIAIS NO ESTADO DO PARANÁ, INSERIREM EM SEUS SITES OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, TELEFONES E DADOS CADASTRAIS COMPLETOS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA LEGISLATIVA AFERIDA. ARTS. 33-A, 124 E 137 RI ALEP. ARTS. 5º, 24 E 170 CF. ARTS. 13 E 65 DA CE. ARTS. 4º, 6º E 39 CDC. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Hermas Brandão Junior dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam o e-commerce, com hospedagens em sites na Internet e que tenham matriz ou filiais no Estado do Paraná, inserirem em seus sites os respectivos endereços, telefones e dados cadastrais completos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
56

DL
Fls. ~~17~~
1

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

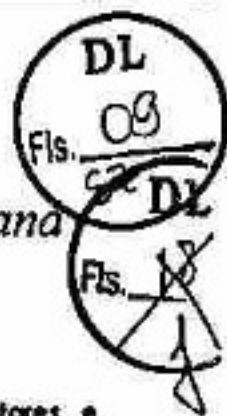
Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todas os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 45 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A Constituição da República Federal do Brasil enuncia no art. 5º que o Estado promoverá, na forma da Lei, a defesa do consumidor:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor; (grifo nosso)

Além disso, a Carta Magna assim determina em seu art.

24:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

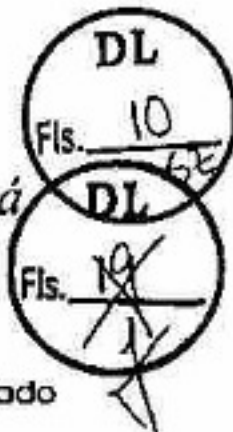
V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifos nossos)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Neste mesmo sentido, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (grifos nossos)

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no presente Projeto de Lei pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Destarte, a Constituição da República Federativa do Brasil assim dispõe:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

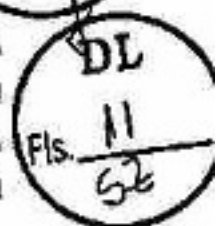
V - defesa do consumidor; (grifos nossos)

Não obstante, o artigo 4º da Lei Federal nº 8.078 de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, assim estabelece:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor;

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

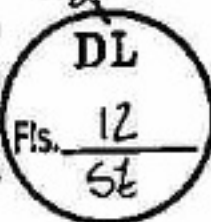
IV - educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI - colibição e repressão eficientes de todos os abusos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII - estudo constante das modificações do mercado de consumo. (grifos nossos)

Nesta esteira, o Código de Defesa do Consumidor aduz:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;
(grifo nosso)

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Ademais, tendo em vista a exclusão de parte da redação do Artigo 3º do presente Projeto de Lei, em face de impor atribuição ao Poder Executivo, pois determina prazo para regulamentar a mesma, ferindo o Princípio da "Separação dos Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, sugere-se a **Emenda**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 13
DL
Fls. 2

Supressiva em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

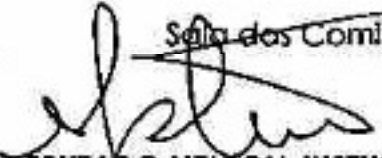
§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 14
52

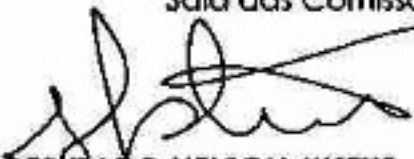
DL
Fls. ~~14~~
52


EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 007/2012

Com fulcro no que autorizam os artigos 29 e 137, § 1º do Regimento Interno dessa Casa de Léis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Sala das Comissões, 23 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

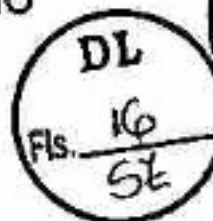

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARECER AO PROJETO DE LEI 007/12

Projeto de Lei nº. 007/12
Autor: Dep. Hermas Júnior



SÚMULA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE EMPRESAS QUE UTILIZAM O E-COMERCE, COM HOSPEDAGENS EM SITES NA INTERNET E QUE TENHAM MATRIZ OU FILIAIS NO ESTADO DO PARANÁ, INSERIREM EM SEUS SITES OS RESPECTIVOS ENDEREÇOS, TELEFONES E DADOS CADASTRAIS COMPLETOS.


FUNDAMENTAÇÃO

Ao adquirir bens via internet, não vemos a cara de quem está vendendo, a atenção deve ser redobrada para evitar golpes, por isso a importância de saber todas as informações sobre as empresas que utilizem o e-commerce.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE**, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2012.



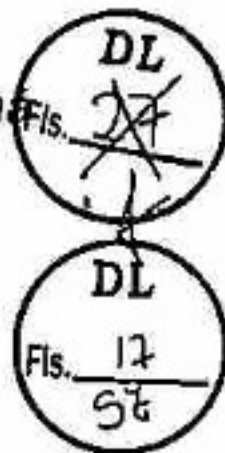
DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO DJALMA GERAR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO




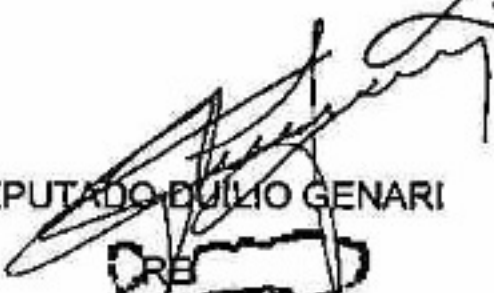
EMENDA SUSPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 007/12

Com fulcro no que autorizam os artigos 29 e 137, § 1º. Do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Sala das Comissões , 02 de julho de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

ORE



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 007/12



Projeto de Lei nº 007/12

Autor da emenda: Comissão Indústria e Comércio - Relator Deputado
Dulcio Genari.

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam o e-commerce, com hospedagens em sites na internet e que tenham matriz ou filiais no Estado do Paraná, inserirem em seus sites os respectivos endereços, telefones e dados cadastrais completos.

EMENTA: EMENDA SUPRESSIVA DA COMISSÃO DE COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33-M, 137, §1º E 141, II, TODOS DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Hermas Brandão Jr. Dispõe sobre a obrigatoriedade de dados cadastrais



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



completos para empresas que utilizam o "e-commerce" com matriz ou filiais neste Estado.

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em 23 de abril de 2012 (fls. 23), foi remetido à Comissão de Indústria e Comércio, que apresentou parecer pela aprovação do projeto, com Emenda Supressiva para retirar o prazo de 120 dias que estava estabelecido para regulamentação da Lei pelo Poder Executivo.

Assim, retorna o PL para esta CCJ para análise da constitucionalidade e legalidade da emenda substitutiva.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

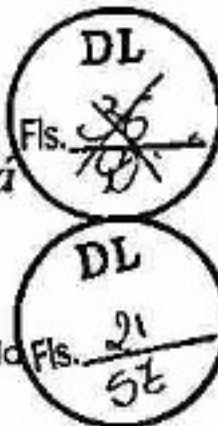
I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1978 e alterações posteriores.

Assim, é cabível verificar sua adequação regimental, legalidade e possibilidade geral de aprovação da Emenda.

Nos termos do artigo 29 do Regimento Interno é certo que as Comissões Permanentes, incluindo nelas a Comissão de Indústria e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Comércio, têm competência para apresentar emendas, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Sob a Comissão de Indústria e Comércio dispõe o Regimento Interno:

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à Indústria e comércio.

Sobre as ocasiões que é possível o recebimento de Emendas pelo Projeto, estabelece o Regimento Interno:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

Verifica-se, portanto que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda aditiva foi proposta pelo relator na Comissão de Indústria e Comércio.

Acerca do assunto da Emenda Supressiva:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. ~~27~~

DL
Fls. 22
SE

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.


No que tange ao assunto da Emenda, verifica-se que apenas retira o prazo de 120 (centa e vinte) dias que havia sido estipulado para o Poder Executivo regulamentar a lei.

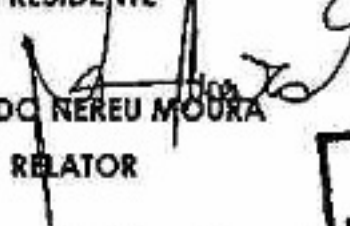
Destarte, merece prosperar a Emenda Supressiva por estar de acordo aos estabelecido no Regimento Interno.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Supressiva proposta pela Comissão de Indústria e Comércio (fls. 27), por estar em consonância ao estabelecido no Regimento Interno desta Casa.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

11/08/2012

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Civico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

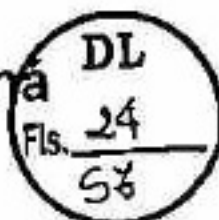
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 007/2012

Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam o e-commerce, com hospedagens em sites na Internet e que tenham matriz ou filiais no Estado do Paraná, inserirem em seus sites os respectivos endereços, telefones e dados cadastrais completos.

Autor: Deputado Hernas Junior

Justificativa: Facilitar o acesso do consumidor às informações sobre os dados cadastrais das empresas fornecedoras, bem como às formas de contato e atendimento.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com Emenda Supressiva) e Comissão do Indústria e Comércio (com Emenda Supressiva).

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupatá,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rosa Uto

DL

Fls. 25
58

proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar facilitar o acesso do consumidor ao serviço de atendimento das empresas fornecedoras de serviços e produtos.

Cumprе ressaltar que, o objeto do presente Projeto de Lei em nada altera a relação entre consumidor e fornecedor, se tratando de verdadeira necessidade para o equilíbrio destas forças.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de 10 de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Adelino Ribeiro
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 049/12

IDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2012

1º Secretário

EMENTA: Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre Linfoma e Leucemia" no Estado do Paraná.

Art. 1.º - Fica instituída a "Semana Estadual de Conscientização sobre Linfoma e Leucemia", na segunda quinzena de setembro de cada ano, em consonância com o Dia Mundial de Conscientização Sobre Linfomas, que acontece no dia 15 de setembro.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O linfoma é um tipo de câncer que surge no sistema linfático, responsável pela defesa do organismo contra infecções. Pode ocorrer em qualquer pessoa, mas é na adolescência, entre os 15 e os 19 anos, que acontece o maior número de casos. A principal característica da doença é o aumento dos gânglios da garganta, axilas e virilha, muitas vezes vistos a olho nu. Ainda não se sabe como prevenir. Por isso o auto-exame é fundamental para que a pessoa note essas diferenças no seu corpo e procure um onco-hematologista, médico especialista desta área. Assim, quanto antes o linfoma for diagnosticado, maiores as chances de cura.

A leucemia é uma doença maligna dos glóbulos brancos (leucócitos), geralmente, de origem desconhecida. Tem como principal característica o acúmulo de células jovens anormais na medula óssea, que substituem as células sanguíneas normais. A medula é o local de formação das células sanguíneas e ocupa a cavidade dos ossos, sendo popularmente conhecida por tutano. Nela são encontradas as células que dão origem aos glóbulos brancos, aos glóbulos vermelhos (hemácias ou eritrócitos) e às plaquetas. Estimativas de novos casos: 8.510, sendo 4.570 homens e 3.940 mulheres em 2012.

Em nome da saúde espero poder contar com o apoio dos Nobres colegas Deputados a este projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 049/12

Projeto de Lei nº 049/2012

Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Institui a "Semana Estadual de conscientização sobre Linfoma e Leucemia", ficando incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ A SEMANA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE LINFOMA E LEUCEMIA NA SEGUNDA QUINZENA DE SETEMBRO DE CADA ANO. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO DO PARANÁ PARA LEGISLAR SOBRE A DEFESA DA SAÚDE, ARTS. 13, XII E ART. 167, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, objetiva inserir no Calendário Estadual a "Semana Estadual de Conscientização sobre linfoma e Leucemia".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
ris. 06

REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 23, II, diz que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **cuidar da saúde e assistência pública**, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência. Nesse aspecto, aponta o artigo 24, XII, do mesmo diploma legal que, compete à União, Estados e Municípios legislar **concorrentemente sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde**, conforme abaixo se denota:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

O artigo 13, XII, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, estabelece em sua redação que, *compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre a previdência social, proteção e defesa da saúde*. E, nesse mesmo prisma, corrobora o artigo 167, dizendo:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Com referência aos artigos acima expostos, nas palavras do eminente constitucionalista JOSÉ AFONSO DA SILVA, "A saúde é concebida como direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos. O direito a saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovem, protegem e recuperem". (SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das Normas Constitucionais. 3ª ed., Malheiros, São Paulo).

No que tange a admissibilidade do projeto em tela, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trás a seguinte redação:



DL
11.08

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 delinea:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desta forma, considerando-se que a matéria abordada no presente projeto não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício formal de procedimento alusivo a sua iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n°. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.



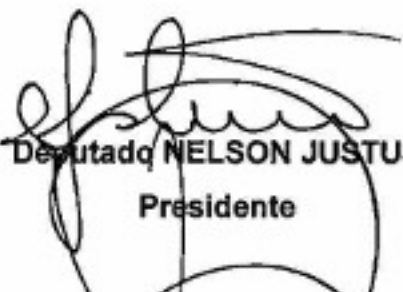
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 09 de outubro de 2012.


Deputado **NELSON JUSTUS**
Presidente


Deputado **FERNANDO SCANAVACA**
Relator



APROVADO
unânime 13.11.12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 049/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre a Linfoma e Leucemia".

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo instituir a Semana Estadual de Conscientização sobre a Linfoma e Leucemia, o auto-exame é fundamental para que a pessoa note essas diferenças no seu corpo e procure um Onco-Hematologia, médico especialista desta área. Assim, quanto antes o linfoma for diagnosticado, maiores as chances de cura.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2012.


Dr. Batista
Presidente


Relator





DEPUTADOS HERMAS JUNIOR E GILBERTO RIBEIRO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 MAR. 2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 91/2012

SÚMULA: Obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manterem a disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decreta:

Art. 1º - As farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná ficam obrigadas a manter em suas dependências, em local visível, exemplar do compêndio de bulas editado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - contendo todos os medicamentos postos a venda no estabelecimento, para consulta gratuita pelos consumidores.

Parágrafo único - O compêndio de bulas a que se refere o "caput" será atualizado pelo estabelecimento sempre que colocar a venda novo medicamento regularmente aprovado para comercialização pela ANVISA.

Art. 2º - As farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná afixarão em suas dependências, em local visível, placa ou cartaz com os dizeres: "Este estabelecimento dispõe de compêndio de bulas de medicamentos para consulta pública gratuita."

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente lei no prazo de 90 dias, estabelecendo punições pelo descumprimento e o órgão fiscalizador.

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gabo, Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fones: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80.530-911
www.hermasjunior.com.br

14/04 13/03/2012 09:13:02 DT: 155/2012 11/233/11/14 DE 11/233/11/14




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior

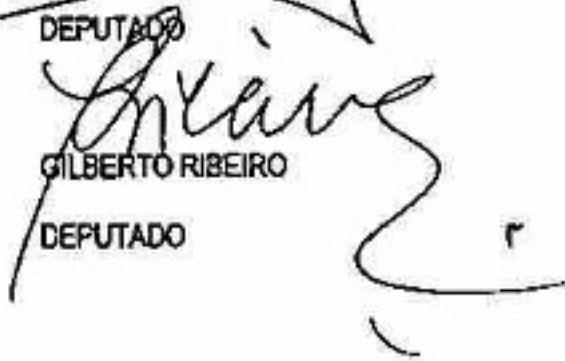


Art. 4º – Esta lei entra em vigor no prazo de 120 dias contados da data de sua publicação.

Curitiba, de de 2012.


HERMAS JUNIOR

DEPUTADO


GILBERTO RIBEIRO

DEPUTADO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



Justificativa

A informação sobre os produtos adquiridos é um direito garantido ao consumidor. Tal projeto visa proteger o consumidor, tornando disponível para livre apreciação, a bula dos medicamentos que pretende adquirir, propiciando esclarecimento de dúvidas e evitando eventuais equívocos na aquisição de medicamentos, dose correta, forma de utilização, efeitos colaterais e interações com outros medicamentos.

Também, o presente Projeto atinge o grande número de usuários que recebem medicamentos gratuitos através da rede pública de saúde. Muitas vezes, as doses prescritas são entregues em cartelas e não em caixas, portanto, desacompanhadas da bula, documento que consta todas as especificações do medicamento. Consultar a bula é um direito do paciente; suas informações são valiosas e constituem parte do tratamento.

Grande número desses usuários que recebem medicamentos gratuitos são pessoas idosas, que podem ter dúvidas em relação a doses, interação com outros medicamentos, etc. Nem sempre é fácil a comunicação com o médico responsável, mormente no sistema público de saúde e a consulta ao compêndio pode sanar as questões mais simples. Além disso, muitas pessoas não tem acesso à internet; portanto, a consulta às bulas por meio digital ainda não se apresenta disponível para toda a população.

A ideia apresentada neste projeto é de execução simples e certamente não onerará as farmácias e drogarias. Acima de tudo, é uma prestação de serviço relevante aos consumidores.

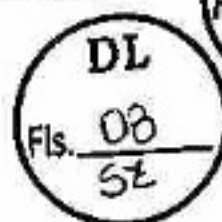
O presente projeto de lei atende o contido na Legislação Federal, já que dispõe sobre o direito à informação ao consumidor, previsto no Código de Defesa do Consumidor e não está dentre os Projetos de Iniciativa privativa do Poder Executivo. Ademais, legislar sobre consumo e saúde é competência do Estado, concorrentemente à União e Municípios.

Espero o apoio dos nossos pares para a aprovação desta proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N° 091/2012



Projeto de Lei nº 091/2012.

Autores: Deputados Hermes Junior e Gilberto Ribeiro

Súmula: Obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manterem a disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

EMENTA: SAÚDE. DISPONIBILIZAÇÃO DE COMPÊNDIO DE BULAS AOS CONSUMIDORES PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS. PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR. DIREITO À INFORMAÇÃO. PROTEÇÃO À SAÚDE. PARECER FAVORÁVEL. CONSTITUCIONALIDADE AFERIDA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Hermes Junior e Gilberto Ribeiro, tem por intuito obrigar as farmácias e drogarias no Estado do Paraná a manterem a disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Geb. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermesjunior.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DL
Fls. 16

DL
Fls. 09
67

Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Inicialmente, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII destina a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente na área de saúde.

Ademais, o artigo 24, V da Constituição Federal, também confere ao Estado a competência para legislar em defesa do consumidor.

O projeto da lei em análise, dessa forma, muito mais que proteger a saúde do cidadão, está a proteger um direito do consumidor, que é a informação adequada dos produtos que adquire, consoante se infere da sua justificativa.

Assim, diante da competência constitucional em legislar sobre o consumo, e não infringência à competência exclusiva do Executivo, já que não se está a criar programa de governo, quer na área da saúde, quer na área do consumidor, o projeto de lei em análise merece tramitar perante a Casa, sendo constitucional e jurídico.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, LEGITIMIDADE DOS PROPONENTES E TÉCNICA LEGISLATIVA.

Curitiba, 14 de maio de 2012

Nelson Justus

Presidente

Fernando Scanavacca

Relator

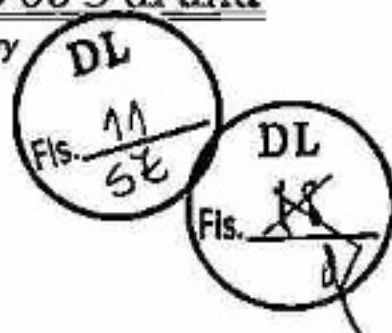
Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Geb. Dep. Homnas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33804170
Curitiba - PR - CEP 80 530-911
www.homnasjunior.com.br

abstente
Tadeu
Jensen



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 091/12

O Projeto de Lei nº 091/12, em análise, de autoria do Deputados Hermas Junior e Gilberto Ribeiro, obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manterem a disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar a Proposição emitiu parecer favorável.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-I, do Regimento Interno, entende que se trata de projeto de relevante interesse público, ao exigir dos estabelecimentos farmacêuticos que seja colocado à disposição do consumidor, exemplar com bulas de medicamentos para consulta, informando ainda através de placa ou cartaz sobre a sua disponibilidade e utilização.

Diante do exposto, manifestamos parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

Deputado TONINHO WANDSCHEER
Relator

Deputado DR. BATISTA
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Meilo e Deputada Rose Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 91/2012

Súmula: Obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manterem à disposição dos consumidores compêndio de bulas de medicamentos.

Autores: Deputados Hernas Junior e Gilberto Ribeiro

Justificativa: Facilitar o acesso do consumidor às informações sobre os medicamentos adquiridos em farmácias.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde Pública.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar facilitar o acesso do consumidor às informações sobre os medicamentos adquiridos em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,

Deputado Péricles de Hollenbach Meilo e Deputada Rose Lillo



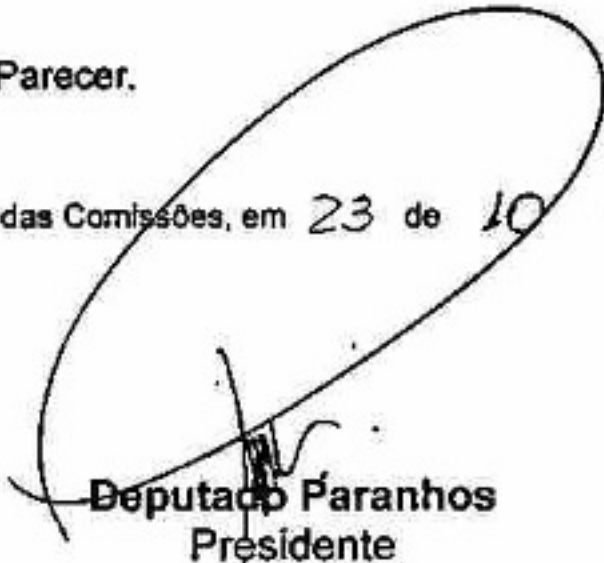
farmácias.


Cumpra ressaltar que, o objeto do presente Projeto de Lei em nada altera a relação entre consumidor e fornecedor, se tratando de verdadeira necessidade para o bem-estar geral.

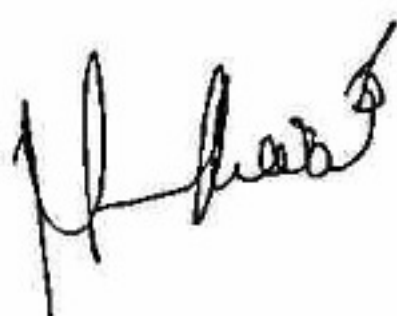
Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

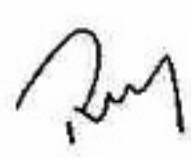
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de 10 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator





DO Nº EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A

PROJETO DE LEI Nº 118 /2012

L.a. 26 MAR. 2012

1º Secretário

Ementa: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Entende-se por agricultura com baixa emissão de carbono o conjunto de práticas agrícolas que contribuam para a redução da emissão de carbono e que se realizem por meio de:

I – iniciativas sustentáveis no processo de produção de alimentos e de matérias-primas no meio rural;

II – incentivos a processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos gases de efeito estufa no campo e reduzam os impactos do aquecimento global.

Art. 2º Para os fins desta lei, incluem-se entre as práticas ou programas a serem incentivados:

I – plantio direto na palha, com a dispensa do revolvimento do solo por meio da semeadura direta na palha da cultura anterior;

II – recuperação de áreas degradadas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas;

III – integração entre lavoura, pecuária e floresta, alternando a exploração dos solos com o uso para a pastagem, com agricultura e floresta em uma mesma área;

IV – plantio de florestas comerciais, proporcionando renda futura para o produtor;

V – fixação biológica de nitrogênio, por meio do desenvolvimento de microorganismos que captem o nitrogênio existente no ar e o transformem em matéria orgânica para as culturas;

VI – tratamento de resíduos animais, com vistas ao aproveitamento de dejetos de suínos e de outros animais para a produção de energia e de composto orgânico.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



§ 1º O mapeamento de áreas degradadas visa definir estratégias de intervenção com tecnologias sustentáveis, assistência técnica, crédito rural facilitado e a implantação de projetos demonstrativos em parceria com órgãos públicos e privados.

§ 2º O tratamento de resíduos animais, de florestamento e de reflorestamento será orientado com vistas a conformarem projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), possibilitando a geração de créditos com a redução certificada de emissões.

Art. 3º Em apoio ao desenvolvimento de práticas que promovam o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono será colocado à disposição dos agricultores, observadas as normas legais e regulamentares em vigor:

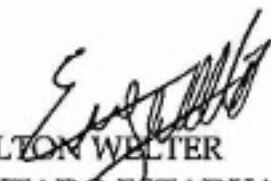
- I – assistência técnica e extensão rural;
- II - ações de capacitação;
- III – pesquisa agropecuária;
- IV – apoio aos mercados institucionais;
- V – fomento e mecanização.

Parágrafo único. As ações de capacitação podem incluir técnicos e demais agentes do setor agropecuário em seminários de sensibilização e cursos sobre as iniciativas e processos tecnológicos preconizados nesta lei.

Art. 4º Os órgãos executivos e de fomento voltados para o setor agropecuário e à área do meio ambiente no Estado do Paraná atuarão em conjunto com as universidades, órgãos e agentes de financiamento federais a fim de incentivar e permitir a consecução das práticas, programas e atividades previstas nesta lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em 26 de março de 2012.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete do Deputado Elton Welter (PT)



JUSTIFICATIVA:

Todo o processo de produção de alimentos ou de matérias-primas no meio rural tem como consequência a degradação do meio ambiente. A ação de revolver o solo agrícola, de promover a adubação química, o trânsito de máquinas e de equipamentos, entre outras, são atividades que aumentam a produção de gases que causam o efeito estufa, elevando as temperaturas do planeta.

O Brasil tem batido recordes de produção e de produtividade na agricultura e tem atuado de forma expressiva no mercado internacional de alimentos e de matérias-primas. Durante a Convenção do Clima realizada em Copenhague, em 2009, o debate central tratou da diminuição das emissões de gases causadores do efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono (CO₂). Mais uma vez, naquele evento internacional, o tema da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente foi colocado como prioridade da agenda mundial. Nestas discussões, teve destaque a indicação de que o tratamento de resíduos animais, de florestamento e de reflorestamento seja orientado com vistas à elaboração de projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), possibilitando a geração de créditos com a redução certificada de emissões.

As dimensões territoriais do Brasil, seus diversos sistemas de produção e as características centrais da economia paranaense nos remetem à necessidade de uma análise séria relativa à adequação do processo produtivo no campo. A recuperação de áreas degradadas e a integração das áreas de lavoura com a produção pecuária e com a questão florestal são fundamentais para que continuemos a produzir sem exaurir nossos recursos naturais. Deste modo, o plantio direto na palha, a reciclagem dos resíduos de produção animal e inoculação bacteriana são práticas importantes no processo de redução dos gases de efeito estufa e na emissão do gás carbônico.

Por todas estas razões, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criou em 2010 o Programa Agricultura de Baixo Carbono estabelecendo incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis.

Este Projeto de Lei pretende, em síntese, definir e institucionalizar ações que estimulem, no Estado do Paraná, práticas agrícolas sustentáveis, que contribuam para a redução da liberação de gás carbônico na atmosfera. Ao mesmo tempo, pretende-se incentivar a geração e o uso de novas tecnologias que ampliem os ganhos dos produtores sem agressões danosas ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2012.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VOTO EM SEPARADO AO PROJETO DE LEI 118/12

Projeto de Lei nº 118/12
Autor: Deputado Elton Weller

Súmula: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

EMENTA: ESTABELECE DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA COM BAIXA EMISSÃO DE CARBONO NO ESTADO DO PARANÁ. IMPOSSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB. ARTS. 7º, 13, 66 E 87 CE. ARTS. 2º E 24 CF. ARTS. 1º, 3º E 26 DECRETO ESTADUAL 6.485/02. TEORIA DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. IC 95/98. INCONSTITUCIONALIDADE. NÃO APROVAÇÃO. VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Weller estabelece diretrizes para o desenvolvimento da agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Nesta mesma esteira, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

No entanto, ao desenvolver um projeto de lei que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná, o nobre legislador estadual acaba por interferir na competência da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB**, que teve seu regulamento aprovado através do **Decreto Estadual 6.485 de 2002**:

Art. 1º A Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, nos termos da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade a orientação técnica especializada no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades dos setores agropecuário e do abastecimento do Estado.

Art. 3º Para atender as atribuições que lhe são conferidas pelas Leis nº 8.485/87 e nº 9.917, de 30 de março de 1992, que dispõe sobre a política agrícola estadual, constituem objetivos da SEAB:

I - a formulação da política agrícola do Estado do Paraná, abrangendo os processos de produção, transformação, comercialização, organização dos produtores, infra-estrutura e o controle dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



produtos agrosilvopastoris e dos insumos agrícolas, em consonância com as aptidões econômicas e sociais e dos recursos naturais das diferentes regiões do Estado, em sintonia com o setor privado;

II - a promoção do desenvolvimento do Estado, em favor do suprimento alimentar, com racionalização de uso e preservação dos recursos naturais e ambientais, buscando a justa distribuição da riqueza na área rural para a promoção sócio-econômica dos produtores rurais; e

III - a coordenação, a articulação e a normalização dos planos, programas e projetos que venham atender as necessidades dos produtores rurais.

Art. 26. Ao Departamento de Desenvolvimento Agropecuário compete:

II - a coordenação e a execução dos programas e projetos na área da agropecuária, com ênfase àqueles voltados para o reordenamento fundiário, agroindústrias, crédito, agricultura familiar e capacitação dos produtores rurais.

Assim, é preciso observar que a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre a organização e funcionamento das Secretarias de Estado, bem como que tratam das atividades a serem desenvolvidos por estas Secretarias, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV – criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (grito nosso)

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual. (grito nosso)

O legislador estadual ao desenvolver o presente projeto de lei também acaba por ferir o princípio da "Separação de Poderes", o qual determina que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Carta Magna:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A Teoria da Separação dos Poderes, mecanismo clássico de organização e limitação do poder político¹, na qual os poderes estatais distinguem-se em três esferas, quais sejam Executiva, Legislativa e Jurisdicional. Tal produz um sistema de freios e contrapesos e permite que o "poder controle o próprio poder", impedindo, por sua vez, que haja a concentração de todas as funções somente nas mãos de um único órgão do Poder Público.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Saraiva, 2005. 1ed. pg. 23.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, esse princípio, entendido como um dos basilares fundamentos constitucionais é assegurado também pela Constituição do Estado do Paraná, no seu artigo 7º:

Art. 7º. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Inclusive, é possível verificar a existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) no **SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, que decidiu pela inconstitucionalidade de lei com vícios semelhantes aos do projeto em comento:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições de Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida (STF, ADIN Nº 2.646-1, REL. MIN. MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM 01/07/2002).

Desta forma, resta claro que a matéria em questão reflete-se em contrariedade a preceitos constitucionais, especificamente, no que tange à iniciativa privativa do Poder Executivo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE** gerada por **VÍCIO DE INICIATIVA** do Poder Legislativo.

Sala das Comissões, 05 de junho de 2012.


ADEMAR TRAIANO
DEPUTADO ESTADUAL


Caline Bonfim
Coord. Alm.
CCJ
Aprovado
05.06.12



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**RECURSO AO PARECER ADOTADO NA FORMA DE VOTO EM
SEPARADO CONTRÁRIO AO PL Nº 118, DE 2012**

PROJETO DE LEI Nº 118/2012

EMENTA: *Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.*

AUTOR: *Deputado Elton Welter*

RELATORES: *Deputado Gilson de Souza*

Deputado Pedro Lupion


VOTO EM SEPARADO CONTRÁRIO: *Deputado Ademar Traiano*

SENHOR PRESIDENTE,

Com fulcro no art. 33-A, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, inconformado com a declaração de inconstitucionalidade do *Projeto de Lei nº 118/2012*, em razão da **REJEIÇÃO** do **PARECER FAVORÁVEL** exarado pelo ilustre Relator **DEPUTADO PEDRO LUPION** e, por consequência, tendo prevalecido o **VOTO EM SEPARADO** apresentado pelo nobre **DEPUTADO ADEMAR TRAIANO** pela não aprovação do mesmo, vimos interpor o presente **RECURSO**, aguardando seja recebido por Vossa Excelência, dado que tempestivo e fundamentado, nos termos das razões a seguir expostas.

Termos em que,
Pede e espera
deferimento.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 2012.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL



RAZÕES DO RECURSO

A rejeição, por maioria, do **PARECER FAVORÁVEL** e a consequente decisão pela adoção do **VOTO EM SEPARADO** contrário como Parecer por esta Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 118/2012, sob a alegação de suposto "vício de iniciativa", não pode prosperar e merece ser reformada, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - BREVE SÍNTESE

O DEPUTADO ELTON WELTER, ora recorrente, apresentou Projeto de Lei, que *"Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná"*, na Sessão Plenária do dia 26 de março de 2012. O PL foi devidamente autuado pela Diretoria Legislativa sob o nº 118, seguindo a esta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em 27 de março de 2012. Em Parecer datado de 8 de maio, o Relator DEPUTADO GILSON DE SOUZA opinou pela baixa em diligência à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Consta, porém, da cópia do processo que nos foi entregue, apenas o *Ofício nº 43/2012*, de 15 de maio de 2012, da Vice-Presidência da CCJ, solicitando Parecer Técnico à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Não consta ofício da CCJ à SEAB. Porém, há resposta desta Secretaria dirigida à Casa Civil, nos termos do *Ofício GS/0553/2012*, curiosamente datado de 25 de abril, em que o ilustre Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento "em atenção à solicitação contida no ofício nº 1125/2012-CTL" anexa o *Informe Técnico nº 322/12*, datado de 25 de abril de 2012, da lavra do Chefe da Divisão de Cultivos Florestais do Departamento de



Desenvolvimento Agropecuário (Deagro) da SEAB, Senhor Renato Viana Gonçalves, a ser remetido a esta Casa.

O PL nº 118/12 foi levado à deliberação da CCJ na sessão de 28 de maio, com PARECER FAVORÁVEL do Relator DEPUTADO GILSON DE SOUZA. O Parecer foi, porém, rejeitado por maioria, vencidos os deputados EVANDRO JR., ALEXANDRE CURI, TADEU VENERI, PASTOR EDSON PRACZYK, com abstenção do DEPUTADO HERMAS JR., e apontada a designação de novo Relator, conforme consta da publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, edição nº 223, de 1º de junho de 2012, p. 11.

Na sessão da CCJ, de 5 de junho p.p., o novo Relator DEPUTADO PEDRO LUPION apresentou PARECER FAVORÁVEL à constitucionalidade do Projeto, registrando, ainda, em suas considerações, também a manifestação favorável da SEAB, por meio do mencionado *Informe Técnico nº 322/2012*. Na oportunidade, o DEPUTADO ADEMAR TRAIANO informou que estaria apresentando VOTO EM SEPARADO (contrário) ao PL nº 118/2012. Procedida a votação, o PARECER FAVORÁVEL foi rejeitado, por maioria (seis votos a cinco), prevalecendo o Voto em Separado, que concluiu pela **não aprovação** do projeto "em virtude de sua ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE gerada por VÍCIO DE INICIATIVA do Poder Legislativo."

II – FUNDAMENTAÇÃO

O PL nº 118/2012 estabelece tão somente diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná. Conceitua, no parágrafo único do art. 1º, o que se entende por "agricultura com baixa emissão de carbono": o conjunto de práticas agrícolas que contribuam para a redução da emissão de carbono e que se realizem por meio de iniciativas sustentáveis no



processo de produção de alimentos e de matérias-primas no meio rural; e por incentivos a processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos gases de efeito estufa no campo e reduzam os impactos do aquecimento global.

Disciplina o PL nº 118/2012, no art. 2º, as práticas ou programas a serem incentivados, quais sejam, *in verbis*:

I – *plantio direto na palha, com a dispensa do revolvimento do solo por meio da semeadura direta na palha da cultura anterior;*

II – *recuperação de áreas degradadas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas;*

III – *integração entre lavoura, pecuária e floresta, alternando a exploração dos solos com o uso para a pastagem, com agricultura e floresta em uma mesma área;*

IV – *plantio de florestas comerciais, proporcionando renda futura para o produtor;*

V – *fixação biológica de nitrogênio, por meio do desenvolvimento de microorganismos que captem o nitrogênio existente no ar e o transformem em matéria orgânica para as culturas;*

VI – *tratamento de resíduos animais, com vistas ao aproveitamento de dejetos de suínos e de outros animais para a produção de energia e de composto orgânico.*

Prescreve, ainda, no § 1º do art. 2º, que o disposto no inciso II, relativamente ao mapeamento de áreas degradadas, *"visa definir estratégias de intervenção com tecnologias sustentáveis, assistência técnica, crédito rural facilitado e a implantação de projetos demonstrativos em parceria com órgãos públicos e privados."* Nos termos das mais modernas práticas, estabelece o projeto, no § 2º do art. 2º, que *"o tratamento de resíduos animais, de florestamento e de reflorestamento será orientado com vistas a conformarem projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL), possibilitando a geração de créditos com a redução certificada de emissões."*

O art. 3º estabelece que *"em apoio ao desenvolvimento de práticas que promovam o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono será colocado à disposição dos agricultores, observadas as normas legais e regulamentares em vigor: I – assistência técnica e extensão rural; II - ações de capacitação; III – pesquisa agropecuária; IV – apoio aos mercados institucionais; e V – fomento e mecanização."* Em relação às ações de capacitação, o parágrafo único do citado dispositivo, permite a



inclusão de técnicos e demais agentes do setor agropecuário em seminários de sensibilização e de cursos sobre as iniciativas e processos tecnológicos.

Prescreve, por fim, no art. 4º, que os "órgãos executivos e de fomento voltados para o setor agropecuário e à área do meio ambiente no Estado do Paraná atuarão em conjunto com as universidades, órgãos e agentes de financiamento federais a fim de incentivar e permitir a consecução das práticas, programas e atividades previstas (...)".

O projeto em tela não objetiva – nem poderia! – invadir a esfera de competência do Chefe do Poder Executivo.

O que se deseja é, exatamente, dotar o Estado do Paraná de legislação inovadora em matéria que é de NATUREZA CONCORRENTE e, portanto, por força do disposto no art. 24 da Constituição da República, a iniciativa estadual não pode ser inibida mesmo diante da existência de legislação federal – e não é este o caso, sobretudo porque não há hierarquia entre leis, sejam federais, estaduais ou municipais, a não ser em face da competência.

Apesar do exposto, e conforme já narrado, prevaleceu na Comissão de Constituição e Justiça, o Voto em Separado contrário do nobre DEPUTADO ADEMAR TRAIANO, que aponta suposto vício de iniciativa, com fundamento no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, ainda que não tenha indicado, concretamente, nenhum dispositivo de nosso projeto que tenha ingressado na órbita das competências do Senhor Governador, posto que não tratamos de atribuições de Secretaria de Estado ou de órgãos da administração pública.

Com o devido respeito que se deva dispensar ao posicionamento da CCJ, o fato é que o PL nº 118/12 NÃO invade competência privativa do Governador do Estado. Há no julgamento de parte dos integrantes CCJ, induzida pelas apressadas conclusões contidas no Voto em Separado, erro de análise e de subsunção à espécie, merecendo, pois, ser reformado tal voto, acatando-se o presente Recurso e



designando-se novo Relator, haja vista, a relevância da matéria, conforme se buscare demonstrar.

É nesse sentido, portanto, que nos insurgimos contra a reprovação do projeto de lei em tela, pugnando para que tenha continuidade sua tramitação.

Esta Casa não deve e não pode tolerar a prática sistemática de crivar com o epíteto de "vício de iniciativa" a toda e qualquer proposição, sem uma análise acurada, concreta, dos dispositivos que de forma lógica e ordenada a integram. Tal prática, sim, é lesiva ao princípio da separação dos Poderes, vez que, por vias transversas, impede-se a ação do Parlamento e daqueles que são eleitos justamente para legislar.

2.1. QUANTO À INICIATIVA

O PL nº 118/2012 foi vazado em consonância com as atribuições conferidas ao Legislativo Estadual e insertas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e no Regimento Interno desta Casa.

2.1.1 Da Constituição Federal

A Constituição da República atribuiu ao Poder Legislativo a competência para legislar sobre as matérias decorrentes da competência concorrente, previstas no art. 24, respectivamente, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.



§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
[Grifamos]

2.1.2 Da Constituição Estadual

A Constituição do Estado do Paraná garante aos membros da Assembléia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, inclusive*, no que diz respeito ao assunto ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, assevera, *verbis*:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, **dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:**

.....
XVII – matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

.....
Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. [Grifamos]

VI: Especificamente quanto à matéria ora tratada, disciplina o art. 13, inciso

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

.....
VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção ao meio ambiente e controle da poluição;** [Grifamos]

2.1.3 Do Regimento Interno

A prerrogativa para propor projetos de lei está disposta nos artigos 121 e 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 121 A Assembleia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.
§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembleia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.
.....



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. [Grifamos]

Dos dispositivos supramencionados, abstrai-se, num primeiro momento, que são permissivos que legitimam a apresentação do presente Projeto de Lei. Assim, portanto, nada obsta que no âmbito estadual legislemos sobre o tema de que trata o PL nº 118/2012. Muito mais ainda quando o que desejamos estabelecer são diretrizes para uma área tão importante para o nosso Estado, envolvendo a preocupação com o meio ambiente e o controle da poluição, com vistas assim ao desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná

Interessa destacar que um tal projeto refere-se à conformação de política pública, campo em que a legislação brasileira vem avançando de forma extraordinária, nos últimos anos, incorporando novos conceitos, modelos de desenvolvimento e de práticas voltadas para a sustentabilidade. É exatamente tais concepções, com vistas ao controle da poluição e de preservação do meio ambiente, que o PL nº 118/2012, de forma inovadora, busca introduzir no ordenamento jurídico estadual.

Conforme destacamos na justificativa ao Projeto, foi durante a Convenção do Clima realizada em Copenhague, em 2009, que o foco do debate voltou-se para a diminuição das emissões de gases causadores do efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono (CO₂). Mais uma vez, naquele evento internacional, o tema da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente foi colocado como prioridade da agenda mundial. Nestas discussões, teve destaque a indicação de que o tratamento de resíduos animais, de florestamento e de reflorestamento viesse a ser orientado com vistas à elaboração de projetos de mecanismo de desenvolvimento



limpo (MDL), possibilitando a geração de créditos com a redução certificada de emissões.

Em consonância com tais orientações, o governo federal vem adotando iniciativas importantes. Uma delas coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que criou, em 2010, o Programa Agricultura de Baixo Carbono estabelecendo incentivos e recursos para os produtores rurais adotarem técnicas agrícolas sustentáveis. Tal Programa, diga-se, não foi instituído por lei, vez que fundamenta-se em legislação federal que trata do tema de forma mais ampla – a exemplo da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que *"Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências"* -, cujo art. 11, parágrafo único, indica a adoção de iniciativas como aquela no âmbito próprio de cada Ministério visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono.

Destaque-se aqui que o Paraná é o Estado com maior número de pedidos de financiamento aprovados na atual safra pelo Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), sendo 457 contratos no valor total de R\$ 122 milhões.

Assim é que o PL nº 118/2012, por nós apresentado, nada mais faz do que buscar incorporar ao ordenamento jurídico estadual temas e conceitos já presentes na formulação de políticas públicas a nível federal e que são caras à realidade do nosso Estado, com marcante presença do setor agropecuário e da agricultura familiar.

2.2 QUANTO A SUPOSTA INFRINGÊNCIA DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR

A Carta Estadual em seu art. 53 garante aos membros da Assembleia Legislativa a competência para *dispor sobre todas as matérias* de competência do



Estado, inclusive, no que diz respeito ao assunto ora em debate, bem como, no tocante à iniciativa, conforme anteriormente citado.

Não há que dizer que o PL nº 118/2012 invadiria a competência privativa do Senhor Governador do Estado, consoante o disposto no art. 66, IV, da Constituição Estadual. Ora, o projeto em comento propõe tão somente diretrizes, não fixa – nem poderia – atribuições para a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, vez que tal mister não compete a Parlamentares e, sim, ao Chefe do Poder Executivo.

Se formular diretrizes, que protejam o meio ambiente e contribuam para o controle da poluição, vier a se constituir em desrespeito a prerrogativas ou competências privativas do Governador, incorrendo, assim, em “vício de iniciativa”, o espaço operativo do legislador estadual estará fadado a papel subalterno, com o que não se pode concordar.

Ora, um tal Projeto de Lei - proposto enquanto instrumento voltado a conformar política pública atende aos interesses maiores do Estado. Razão suficiente, portanto, para não ser tal projeto, de pronto, rejeitado, haja vista *não estar ferindo competência privativa do Chefe do Poder Executivo*, contrariamente ao que quer fazer crer o Voto em Separado adotado como Parecer da CCJ, com insuficiente argumentação.

Tanto é assim que a própria Secretaria de Estado (SEAB) afeta, consultada em diligência solicitada pela própria CCJ, não aduziu qualquer óbice em relação ao Projeto e, bem ao contrário, conforme os termos do Informe Técnico nº 322/2012, adotado pelo titular da Pasta, afirmou: “(...) somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 118/2012.”

Com fulcro nos dispositivos constitucionais supramencionados, pode-se depreender, como restou patente, que ao Legislativo incumbe a iniciativa da



proposta, razão pela qual, inquestionável é a constitucionalidade da proposição em análise, não se vislumbrando qualquer vício de iniciativa.

Parece-nos ter ficado de todo claro, também, que o projeto em tela não infringe competência privativa do Governador, como pretende, em frágil argumentação, o Voto em Separado adotado por maioria pela Comissão de Constituição e Justiça.

Ademais, cumpre destacar que a r. CCJ, muito embora, numa análise prévia, reprove proposições, tem se manifestado, em definitivo, favoravelmente em matérias similares ou mesmo em outras que, claramente, nos parecem, aí sim, invadir competências do Senhor Governador.

Nesse sentido, apenas a título de exemplo, e sem nenhuma intenção de desmerecer as iniciativas, que também apoiamos com nosso voto, destaque-se: 1. Projeto de Lei nº 39/11, de autoria do nobre Deputado Ney Leprevost, que "Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo", sancionado e promulgado na forma da Lei nº 17.142, de 9 de maio de 2012; 2. Projeto de Lei nº 628/11, de autoria do nobre Deputado Pedro Lupion, que "Dispõe sobre a criação do Programa Bombeiro Mirim nas diversas unidades do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná", que teve parecer favorável aprovado pela CCJ, foi aprovado em Plenário e encaminhado à sanção; e 3. até mesmo projeto de lei autorizativo, como o de nº 417/2011, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Selo Agricultura Natural", de autoria do Deputado Alexandre Khury, que recebeu parecer favorável, com emenda.

A rejeição do Projeto de Lei nº 118/2012 virá, sem dúvida, em desprestígio a esta Casa e a seus integrantes, legítimos representantes da população do Paraná. Contrariará o interesse público e as prerrogativas que nos são conferidas pela Constituição. É isto o que não se espera dos Nobres Pares!



III – REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, respeitosamente REQUER:

Seja o presente RECURSO recebido pelo Nobre Presidente, processado por esta Comissão de Constituição e Justiça, vez que tempestivo e, imediatamente, nos termos do § 2º do art. 33-A do Regimento Interno, seja designado novo Relator;

Seja, por fim e na melhor forma do direito, reformada a decisão desta Comissão de Constituição e Justiça, adotada por maioria, que, ao rejeitar **PARECER FAVORÁVEL**, adotou **VOTO EM SEPARADO** contrário como Parecer, opinando pela ilegalidade e inconstitucionalidade do **Projeto de Lei nº 118/2012**, sob a alegação de suposto “vício de iniciativa do Poder Legislativo”, vez que não podem prosperar tais infundadas conclusões, estando assim a merecer reforma, pelas razões de fato e de direito antes aduzidas;

Seja, assim, portanto, adotado **PARECER FAVORÁVEL**, a fim de que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior discussão e votação pelo Plenário desta Casa de Leis, haja vista estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa necessários ao regular andamento do mesmo.

Termos em que,
Pede e espera
Deferimento.

Sala das Comissões, em 6 de junho de 2012.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA,

PARECER AO RECURSO CONTRA ANÁLISE CONTRÁRIA AO PROJETO
DE LEI Nº 118/2012

SÚMULA: ESTABELECE DIRETRIZES
PARA O DESENVOLVIMENTO DE
AGRICULTURA COM BAIXA EMISSÃO
DE CARBONO NO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: PARECER CONTRÁRIO
APROVADO PELA MAIORIA. RECURSO
TEMPESTIVAMENTE PROTOCOLADO.
ARTIGO 24, VI e VII DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL. MEIO AMBIENTE.
COMPETÊNCIA CONCORRENTE.
CONSTITUCIONALIDADE E
LEGALIDADE AFERIDAS. RECURSO
RECEBIDO E PROVIDO.

Trata de Recurso tempestivamente protocolado, contra análise contrária ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 118/2012, de autoria do Deputado Elton Welter, que estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná, com vistas à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



proteção ao meio ambiente e incentivo ao uso de novas tecnologias que ampliem ganhos dos produtores sem agressões danosas ao meio ambiente.

Após diligência favorável da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que ressaltam a importância do Projeto de Lei e sua consonância com a atual legislação e com os programas governamentais já estruturados, o então Relator, Deputado Pedro Lupion opinou favoravelmente à tramitação do Projeto, com base nos artigos 24 da Constituição Federal e artigos 13 e 65 da Constituição do Estado do Paraná.

No entanto, o Parecer foi rejeitado pela maioria dos membros dessa Comissão, após o voto em separado do Deputado Ademar Traiano, que entendeu que o Projeto interfere na competência privativa do Poder Executivo.

O Deputado proponente recorreu tempestivamente dessa decisão, alegando em síntese que o PL apenas estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná, não interferindo nas atribuições do Poder Executivo. Não cria atribuição e nem obriga aos órgãos executores a qualquer função. Apenas e tão somente, dispõe sobre a conformação da política pública relativamente a assunto tão importante na atualidade.

Alega o Recorrente, assim, inexistir inconstitucionalidade ou ilegalidade no projeto de lei, vez que a matéria é de relevante interesse público, estando de acordo com o preceito constitucional e com a legislação atinente, e não incide em infringência à competência privativa do Poder Executivo. Pede para que a CCJ opine favoravelmente ao prosseguimento do Projeto de Lei e acatamento do Recurso.

Efetivamente, assiste razão o Recorrente, na medida em que a matéria aduzida está dentre aquelas de competência concorrente com a União,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

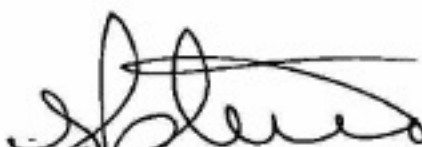



conforme artigo 24 VI, bem como, autorizada pela Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 13.




Não vislumbro, também, qualquer infringência à competência exclusiva do Poder Executivo, já que o Projeto de Lei busca "incorporar ao ordenamento jurídico estadual temas e conceitos já presentes na formulação de políticas públicas em nível federal e que são muito importantes à realidade do nosso Estado, com marcante presença do setor agropecuário e da agricultura familiar.", sem criar atribuições ao Poder Executivo.

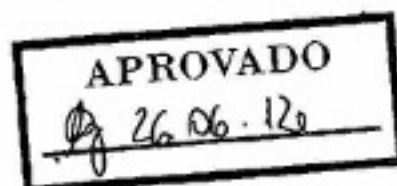
Pelo exposto, recebo o recurso e opino pelo seu provimento, para que o Projeto de Lei prossiga em seu trâmite.

Sala de Sessões, 26 de junho de 2012


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Hermas Junior
Relator




Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saleta, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33604170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermasjunior.com.br





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

DL

Fls. 47

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/2012

Projeto de Lei nº. 118/2012

Autor: Deputado Elton Weller

Súmula: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento da agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Elton Weller, tem por objetivo estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná, como forma de incentivar as práticas agrícolas que contribuam para a redução da emissão de tais gases por meio de iniciativas sustentáveis no processo de produção de alimentos e matérias primas, ou incentivo a processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem os efeitos dos agentes causadores do efeito estufa no campo, reduzindo os impactos do aquecimento global.

Após ter dois pareceres favoráveis rejeitados na CCJ, recebeu um voto em separado pela sua rejeição, sendo protocolado um recurso contra tal decisão, que foi provido em parecer do nobre Deputado Hermas Júnior, datado de 26/06/2012. Vencida a análise legal e constitucional do tema, é agora esta Comissão a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere à análise temática desta Comissão, entendemos que o presente Projeto de Lei vem no sentido de incentivar práticas agrícolas que minimizem os efeitos degradantes ao solo e diminuam a emissão de gases causadores do efeito estufa, estimulando o uso de tecnologias que não prejudiquem a produtividade e não agredam o meio ambiente.

É importante observar que as medidas pretendidas seguem as recomendações da Convenção do Clima realizada em Copenhague em 2009 e da Conferência da ONU sobre mudanças climáticas – COP-15, na qual o Brasil



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

DL

48

assumiu voluntariamente o compromisso de deixar de emitir um bilhão de toneladas de gás carbônico até 2020.

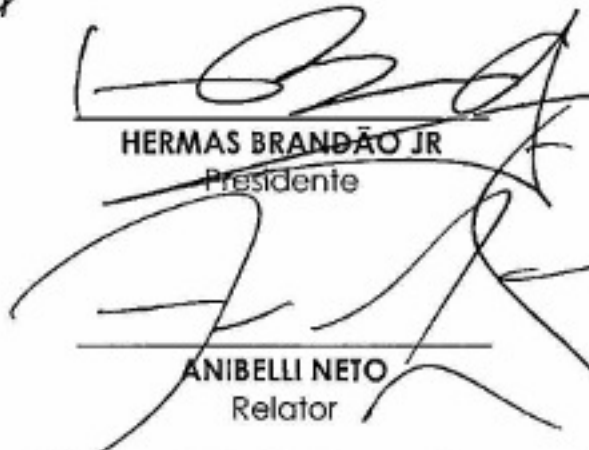
Além disso, as praticas e programas a serem adotados são exatamente os mesmos previstos no Programa "Agricultura de Baixo Carbono", criado em 2012 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de incentivar a utilização de processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, buscando atingir as metas assumidas por meio da conferencia da ONU.


O assunto foi também analisado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em resposta ao Ofício 43/2012 da CCJ desta Casa, sendo exarado o Informe Técnico nº 322/2012, manifestando a opinião favorável daquele órgão pela aprovação do Projeto em tela.

Desta forma, acreditamos que o Projeto em análise é uma importante medida na busca pela adoção de praticas agrícolas modernas e sustentáveis, que fazem parte de um movimento global pela redução da liberação do gás carbônico na atmosfera, razão pela qual este parecer é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, opinando pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.


HERMAS BRANDÃO JR
Presidente


ANIBELLI NETO
Relator


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 118/12

Projeto de Lei nº 118/12

Autor: Deputado Elton Welter

Súmula: Estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

EMENTA: DIRETRIZES, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO. EMISSÃO DE CARBONO. MÉRITO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Elton Welter, estabelece diretrizes para o desenvolvimento de agricultura com baixa emissão de carbono no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente em conformidade com o art. 33 k, concomitantemente com os arts. 42 e 50 III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, na qualidade de relator da matéria constante do Projeto de Lei 118/2012, tenho a relatar:

Conceitualmente, entende-se por agricultura com baixa emissão de carbono, o conjunto de práticas agrícolas que contribuam para, a redução da emissão CO₂, realizadas através de práticas agrícolas sustentáveis e processos tecnológicos que neutralizem ou minimizem a emissão de gás, reduzindo o impacto ambiental de aquecimento da atmosfera.

Quanto à matéria em análise verifica-se que o eminente autor detém competência necessária para legislar sobre o tema conforme disposto no Artigo 65, da Constituição do Estado do Paraná e concordância com o Artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

R 9



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."

"Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação."

Ainda quanto à competência a Constituição Federal estabelece em seu no Artigo 24, Inciso VI o seguinte:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição. (Grifo nosso).

Conclui-se portando, pela consonância da presente proposição no que diz respeito à competência parlamentar para legislar acerca da proteção ao Meio Ambiente, opinando esta relatoria pela continuidade da tramitação da matéria em questão, por estar de acordo com a legalidade e com as normas de técnicas legislativas. **O PARECER É FAVORÁVEL.**

Sala das Comissões, 15 de outubro de 2012.

DEPUTADO LUIZ EDUARDO CHEIDA

Presidente

DEPUTADO RASCIA RODRIGUES

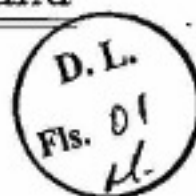
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DEP. GILSON DE SOUZA



PROJETO DE LEI N.º 224/12.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 MAIO 2012


1º Secretário

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual n. 11.182/95, Lei do Meio Ingresso e dá outras Providências.

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei Estadual nº. 11.182, datada de 23/10/95 e inserido o parágrafo 3º ao mesmo artigo, que passam a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

Art. 2º...

§ 1º...

§ 2º A carteira estudantil terá validade por um ano.

§ 3º A carteira de identidade estudantil, feita em modelo padronizado pelas entidades estudantis competentes para emití-la, deverá:

I – Ser impressa em material de PVC tipo cartão, caracterizando uma identidade estudantil eletrônica contendo a identificação do órgão expedidor;

I – Constar a fotografia do aluno, com o logotipo da entidade estudantil apostado sobre ela;

II – Constar o nome, a data de nascimento e o número de matrícula do aluno;

III – Constar a identificação completa da Instituição na qual o aluno estiver matriculado, devendo obrigatoriamente constar o endereço e o telefone da Instituição;

IV – Constar a assinatura do Presidente da entidade estudantil.

13:11 22/05/2012 08:31:02 DT ASSINATURA DO PROJETO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 02
H

Art. 2º. Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de Maio de 2012.



GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
4º. Secretário



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa alterar e acrescentar dispositivos à Lei Estadual nº. 11.182/1995, conhecida como "Lei do meio ingresso", dispositivos esses que impeçam ou dificultem a fraude na expedição de carteiras estudantis. A falsificação das carteiras de estudante é um artifício utilizado por indivíduos que não se caracterizam como destinatários do direito ao meio ingresso aos estudantes, visando pagar metade do valor do ingresso sem serem realmente estudantes.

A adoção das medidas elencadas no presente projeto objetivam a padronização das carteiras de estudantes que poderá reduzir os casos de falsificação. Essa idéia de padronização é, inclusive, defendida pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Ademais, a impressão do documento em cartão eletrônico, por exemplo, garantirá maior controle no processo de concessão, contribuindo para assegurar o benefício a quem realmente tem direito. Atualmente não há um modelo único, o que, aliado a falta de fiscalização, estimula as fraudes.

Portanto, a aprovação do presente Projeto de Lei assegurará o direito ao meio ingresso aos estudantes que realmente o possuem, garantindo ainda, aos organizadores e promotores de eventos a segurança de que estão viabilizando o acesso a esse direito sem serem lesados pela falsificação.

Atualmente, mais de 50% das bilheterias são de meia-entrada, somando-se a isso o elevado número de carteiras de estudante falsificadas, os produtores de eventos ficam obrigados a elevar o valor dos ingressos na tentativa de suprimir os gastos com a concessão de um direito àqueles que não o possuem.

Assim, fica evidente que com a falsificação das carteiras de estudante todos nós saímos perdendo. Perdem os estudantes, os produtores, a sociedade como um todo, e até os politicamente corretos, que jamais falsificariam uma carteira, porque, para sobreviver, os produtores tiveram que elevar o valor dos ingressos, o que restringe o acesso ao lazer.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 227/12

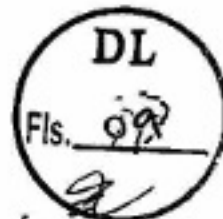
Projeto de Lei nº 227/12
Autor: Deputado Gilson de Souza

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual nº 11.182/95, Lei do Meio Ingresso e dá outras providências.

EMENTA: ALTERA O § 2º E INCLUI O § 3º AO ART. 2º. PADRONIZAÇÃO DOS MODELOS DAS CARTEIRAS DE ESTUDANTES. VALIDADE DE UM ANO. REGIMENTO INTERNO ALEP ART. 124. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ ARTS. 13 E 65. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. PRINCÍPIO DO PARALELISMO DAS FORMAS. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Gilson de Souza, objetiva a alterar o § 2º e incluir o § 3º ao art. 2º da Lei Estadual nº 11.182/1995, tendo como finalidade a padronização dos modelos das carteiras de estudante, bem como, determinar o prazo de validade para 01 (um) ano.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Insta salientar que a Lei Estadual nº 11.182/95 é originária do Projeto de Lei nº 129/2000 de autoria do Deputa Estadual Antônio Carlos Belinati.

Deste modo, diante do Princípio do Paralelismo das Formas que determina que um ato jurídico somente pode ser alterado mediante o emprego de normas idênticas àquelas adotadas para elaborá-lo; temos que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná pode alterar uma lei que foi por ela elaborada.

Ademais a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto; (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Igualmente, a Constituição do Estado do Paraná vem estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos; (grifos nossos)

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

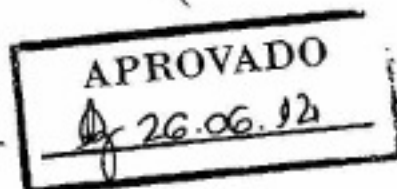
Sala das Comissões, 26 de junho de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR





Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 227/12

Súmula: Altera dispositivo da Lei Estadual n. 11.182/95, Lei do Meio Ingresso e dá outras Providências.

EMENTA: ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI DO MEIO INGRESSO - APROVAÇÃO PELA CCJ - COMPETÊNCIA DESTA COMISSÃO PARA SE MANIFESTAR ACERCA DO MÉRITO - MOTIVO RELEVANTE - PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado Gilson de Souza, o qual objetiva alterar o dispositivo da Lei nº 11.182/95, Lei do 'meio ingresso' bem como dá outras providências.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Em apertada síntese, o projeto em apreço almeja adotar medidas de padronização das carteiras de estudantes dificultando a sua falsificação, ressaltando inclusive que a mencionada padronização é defendida pela União Nacional de Estudantes (UNE).

Ainda, tal medida viria de encontro não apenas aos interesses dos estudantes, o qual garante o benefício da meia entrada, bem como aos interesses dos organizadores de eventos, na medida que a padronização do documento dificulta ainda mais a sua falsificação.

O PL foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do artigo 33-A do Regimento Interno, considerado constitucional, estando estritamente dentro da legalidade, juridicidade, e estruturalmente de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95/1998.

Após, encaminhado a esta Comissão para ser emitido parecer acerca do mérito do PL.

É o relatório, no que interessa.

FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento importante mencionar o artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual estabelece a competência desta Comissão para emitir parecer



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

acerca do mérito de Projetos de Leis que versem sobre educação e instrução pública ou particular.¹

O presente Projeto de Lei em seu mérito é adequado aos interesses públicos, uma vez que busca a padronização das carteiras estudantis, considerando que estas garantem aos estudantes a 'meia entrada' em eventos diversos, realizados em nosso Estado.

É de conhecimento geral que em determinados casos as mencionadas identidades estudantis veem sendo falsificadas com o propósito de terceiros se verem beneficiados com a 'meia entrada', esta instituída em Lei.

Ainda, como bem fundamentou o autor do PL, por muitas vezes, os organizadores de eventos tendo ciência destas falsificações, se veem obrigados a elevar o preço dos ingressos na tentativa de suprimir os gastos com a concessão de um direito àqueles que não possuem.

Desta forma, a matéria versada no Projeto de Lei em apreço coaduna com o interesse público, devendo o seu mérito ser aprovado nesta Comissão.

¹ ART. 336 Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e instrução pública ou particular.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION





-4-

CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.


Deputado EVANDRO JÚNIOR
Presidente em exercício.


Deputado PEDRO LUPION
Relator







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Pércles de Mello



PARECER DA COMISSÃO DE CULTURA AO PROJETO DE LEI Nº 227/2012

SÚMULA: *Altera dispositivo da Lei Estadual nº 11.182/95, Lei do Meio Ingresso e dá outras providências.*

I – SÍNTESE

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Deputado Gilson de Souza, com o fim de alterar o artigo 2º, § 2º, bem como incluir § 3º, ambos da Lei Estadual nº 11.182/95. A alteração do § 2º, visa estipular o prazo de 1 (um) ano para validade da carteira estudantil. Já o § 3º define série de regras para a emissão da carteira estudantil, objetivando padronizar a emissão dos respectivos documentos, além de evitar eventuais fraudes.

A Comissão de Constituição e Justiça, seguindo parecer emitido pelo seu Relator, Deputado Pr. Edson Praczyk, aprovou o presente Projeto de Lei. Na sequência de sua tramitação, houve a remessa para a Comissão de Educação, a qual emitiu parecer pela sua aprovação. Por fim, ocorreu o seu envio a esta Comissão de Cultura, para análise da questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Segundo estabelece o art. 33-R do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cabe à Comissão de Cultura a análise de proposições que versem sobre desenvolvimento cultural, arqueológico, artístico e ao patrimônio histórico.

Portanto, a competência desta Comissão para a análise do projeto é evidente, na medida em que o mesmo versa sobre alterações de lei estadual, destinada à concessão de meio ingresso aos estudantes em eventos promotores de lazer e cultura.

Considerando que o Projeto não contém qualquer vício de competência e iniciativa, merece ser aprovado. Vale destacar que essa proposta visa garantir maior segurança na emissão de carteiras estudantis, assegurando a eficiência do benefício, sem maiores onerosidades por fraudes aos eventos e ao público em geral.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

De nada adianta a concessão de benefício de meia entrada, se a prática

de fraudes na emissão das carteiras estudantis, acaba por elevar sobremaneira valores de entrada e ingresso aos eventos abrangidos pela Lei em debate, em prejuízo de toda a população.

Na esteira desses argumentos, reforçar o controle e da emissão de carteiras estudantis é algo de extrema importância, merecendo aprovação.

Portanto, para além de adequado constitucionalmente, o presente projeto colabora no intento de garantir a própria efetividade da Lei Estadual nº 11.162/95.


III – CONCLUSÃO


Pelo exposto, opina-se pela aprovação deste Projeto de Lei, ante a ausência de vícios e o atendimento de todos os preceitos constitucionais e legais afetos à matéria.


Sala das Comissões, 08 de outubro de 2012.



DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADA MARLA TURECK
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
RELATOR


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO



DEP. MARCELO RANGEL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

256/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 JUN. 2012

1º Secretário

Súmula: Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Verminose no Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Verminose no Estado do Paraná, a ser realizada anualmente na Rede Estadual de Ensino do Estado e em Órgãos Públicos Estaduais.

Art. 2º A semana referida no artigo anterior terá por finalidade:

- I – instigar a sociedade a participar de iniciativas preventivas e de erradicação da verminose;
- II – divulgar as ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas com a verminose;
- III – promover encontros com especialistas na área para debater o assunto;
- IV – elaborar e distribuir cartilhas didáticas para ficarem à disposição do público em órgãos públicos, apontando as causas, os sintomas, os meios de prevenção à verminose e onde procurar tratamento;

Art. 3º Na Semana Estadual de Educação Preventiva contra a verminose serão observadas as seguintes diretrizes:

- I - educação preventiva nas escolas públicas e nos órgãos estaduais, compreendendo ações e serviços preventivos, individuais ou coletivos, visando facilitar o acesso à informação, orientação e tratamento da doença;
- II - debates sobre a verminose objetivando a divulgação de estudos e experiências nas áreas de saúde, educação e cidadania.
- III – formas específicas de prevenção da doença e orientações como:

DL
Fls. 0312

- a) Conservar as mãos sempre limpas, unhas aparadas, e evitar colocar a mão na boca;
- b) Beber somente água filtrada ou fervida;
- c) Lavar bem os alimentos antes do preparo;
- d) Andar somente calçado;
- e) Comer apenas carne bem passada;
- f) Não deixar que as crianças brinquem em terrenos baldios, principalmente onde haja lixo ou água poluída;
- g) Manter limpa a casa e o terreno em volta, evitando a presença de moscas e outros insetos;
- h) Fazer refeições somente em lugares higiênicos;
- i) Caso apresentar algum sintoma "suspeito", procurar orientação médica, imediatamente.

IV - orientações para a comunidade em geral compreendendo principalmente as seguintes:

- a) Educação para a saúde;
- b) Tratamento de rede sanitária;
- c) Proibição do uso de fezes humanas para adubo;
- d) Saneamento básico;
- e) Condições de moradia compatíveis com uma vida saudável.
- f) Coleta de lixo em toda a população, evitando a presença de insetos.
- g) Outras formas determinadas por especialistas no assunto.

Art. 4º A Secretaria da Educação poderá trabalhar em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, bem como com outros órgãos, que possam prestar o auxílio necessário com informações sobre o tema.

Art. 5º A semana disposta no artigo 1º, no que se refere as instituições de ensino, será realizada nos horários que não coincidam com as atividades curriculares normais.

1 - caberá a direção dos estabelecimentos de ensino, convidar os pais ou responsáveis pelos alunos, a participar da Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Verminose.

DL
Els 04/10

II - as palestras destinadas as crianças deverão ser realizadas de forma didática e de fácil compreensão.

III - a critério do estabelecimento de ensino, poderão ser oferecidas alternativamente aulas e palestras aos sábados.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em



MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Vermínose no Estado do Paraná, doença infectocontagiosa provocada por agentes específicos, denominados parasitas e protozoários, especialmente endoparasitas que vivem no interior do corpo do hospedeiro.

Constitui-se uma doença frequente, de difícil controle pelos órgãos públicos, que acomete o ser humano de forma irrestrita. É observada nas crianças e nos adultos, em ambos os sexos, em todas as classes sociais, tanto na zona rural como nas cidades.

As consequências decorrentes desta doença podem representar grandes danos à saúde do indivíduo, por vezes até fatais. A prevenção constitui-se a forma mais segura e eficaz contra estas infecções, portanto, as orientações preventivas de combate a verminose são de suma importância.

O desconhecimento e o pouco interesse pelo assunto, somados à falta de planejamento e de execuções de medidas de combate a parasitoses, tem causado resultados degradantes à saúde pública no que se refere ao combate a esta doença.

A criação desta semana oportunizará a realização de várias atividades com o fito de divulgar ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção de danos aos portadores de verminose, visando alcançar um impacto positivo na qualidade de vida das pessoas.

Desta forma, a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Vermínose no Estado do Paraná pretende o combate à doença através de métodos preventivos e de orientação à sociedade.

Diante do exposto e da importância da presente proposta é que pedimos o devido acolhimento e a sua consequente aprovação por esta Casa de Leis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 256/2012

Projeto de Lei nº. 256/2012

Autora: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Verminose no Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PREVENTIVA E COMBATE A VERMINOSE NO ESTADO DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 23, II. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 13, XII E 167. ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, objetiva instituir a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Verminose no Estado do Paraná, a ser realizada anualmente na Rede Estadual de Ensino do Estado e em Órgãos Públicos Estaduais.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 17

Art. 33 - A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe, em seu artigo 23, II, que é de competência da União, Estados e Municípios *cuidarem da saúde e assistência pública*, conforme segue:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Conforme estabelece a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, em seus artigos 13, XII e 167, compete ao Estado legislar sobre *proteção e defesa da saúde*, bem como, *garantir mediante políticas sociais e econômicas a prevenção de doenças*, senão vejamos:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 18

Art. 157. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
19
Fls.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o parecer favorável da Secretaria de Saúde, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



PARECER
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 256/2012
Autor: Deputado Marcelo Rangel

Ementa: Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Vermínose no Estado do Paraná e dá outras providências.

I - PEÁMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, tem como objetivo instituir a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate a Vermínose em todo o Estado do Paraná, por meio de ações que visem estimular a participação da sociedade como um todo na prevenção e na erradicação da verminose, além de outras ações previstas nos incisos de I a IV do art. 2º do referido projeto de lei.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Na qualidade de relator, fui designado para exarar parecer pela Comissão de Saúde Pública, onde a análise da matéria em tela, por envolver estudo de aspectos da saúde e assistência sanitária, inscreve-se no rol das competências incumbidas a esta Comissão por força do art. 33-I, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Após análise ao projeto de lei nº 256, de 2012, e, naquilo que nos cabe emitir nosso parecer, quanto ao aspecto de mérito e ao interesse público da matéria, em relação aos seus aspectos relativos à necessidade, a oportunidade, a conveniência e a relevância, não encontramos nada que pudesse obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

III - CONCLUSÃO E PARECER

Pelos motivos ora apresentados, no que é de competência desta comissão analisar, entendo que o Projeto de Lei nº 256, de 2012, deve continuar sua deliberação legislativa.



Ante o exposto os Deputados que compõem a Comissão de Saúde Pública, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei nº 256, de 2012.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2012.

Dr. Batista
Presidente Comissão

Adelino Ribeiro Silva
Relator

2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



PROJETO DE LEI Nº **259**/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUN-2012


1º Secretário

EMENTA: ASSEGURA AO CÔNJUGE DO CONSUMIDOR DE PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS O DIREITO DE SOLICITAR A INCLUSÃO DO SEU NOME NA FATURA MENSAL DE CONSUMO.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ RESOLVE:

Art. 1º - Fica assegurado ao cônjuge do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar às empresas concessionárias a inclusão do seu nome como adicional na fatura mensal de consumo, a fim de atestar a sua residência no âmbito do estado do Paraná.

Parágrafo único: O direito previsto neste artigo será estendido àqueles que vivem em união estável, conforme dispõe o art. 1723 do Código Civil.

Art. 2º - O direito de que trata esta lei aplica-se aos cônjuges de consumidores de empresas que prestam serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, telefonia, distribuição de energia elétrica e gás.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 5 de junho de 2012.


HERMAS JUNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Salete, s/n
Gab. Dep. Hermas Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-811
www.hermasjunior.com.br

14125 11/06/2012 08:55:21 DP RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Hermas Junior



JUSTIFICATIVA

É consabido que nas faturas de cobrança de serviços públicos, como abastecimento de água, energia elétrica, gás, telefonia, consta somente o nome de um usuário, geralmente o cônjuge varão, responsável pela residência da família. Assim, o nome do cônjuge, que muitas vezes necessita de comprovante de endereço, não é Inserto, inobstante também utilize os serviços.

O constrangimento de não possuir em seu nome um comprovante de residência afeta um enorme número de pessoas, em sua maioria esposas/companheiras dependentes dos consumidores responsáveis pelas faturas dos serviços públicos que consomem. A possibilidade de apresentar declaração do próprio punho, atestando a residência, muitas vezes não é suficiente. Os comprovantes de residência são necessários em inúmeras atividades, como abertura de contas bancárias, crédito em estabelecimentos comerciais, concursos públicos, etc.

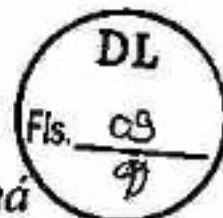
Desta forma, o presente projeto de lei vem proteger o consumidor que efetivamente utiliza os serviços e que como o titular responsável, necessita comprovante de residência para as mais corriqueiras atividades do cotidiano.

A Proteção ao Consumidor está dentre as competências do Estado para legislar. O projeto não intervém nas atividades do Poder Público e não cria programa de governo, mas sim, assegura um direito do consumidor, que a seu critério poderá fazer uso do mesmo ou não e que não trará qualquer aumento de despesas para as prestadoras de serviços.

Dessa forma, propomos o presente Projeto de Lei, o qual, esperamos tenha o apoio dos Nobres Parlamentares.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 259/12

Projeto de Lei nº 259/12

Autor: Dep. Hermas Brandão Junior

****ANEXO PROJETO DE LEI Nº 359/12**

Autor: Dep. Prof. Lemos

Súmula: Assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

EMENTA: ASSEGURA AO CÔNJUGE DO CONSUMIDOR DE PRESTADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS O DIREITO DE SOLICITAR A INCLUSÃO DO SEU NOME NA FATURA MENSAL DE CONSUMO. POSSIBILIDADE. ARTS. 5º, 24 E 226 CF. ARTS. 13 E 65 CE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

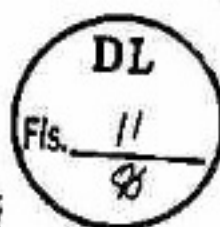
Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

No que diz respeito à defesa do consumidor, a Constituição Federal assegura que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre produção e consumo, conforme estabelece o artigo 24, inciso V, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 12
6

V - produção e consumo;

Neste mesmo sentido, enuncia a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 13:

Art. 13. Compete ao Estado, concomitantemente com a União, legislar sobre:

V - produção e consumo;

Destarte, a Carta Magna da República aduz que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 5º - Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o Projeto de Lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO

assinado 28/08/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

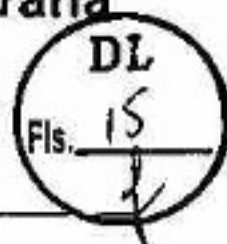
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Párcides de Hollenbach Mello e Deputada Rose Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 259/2012 (anexado o Projeto de Lei nº 359/12)

Súmula: Assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

Autores: Deputados Hermas Junior (PL 259/12) e Professor Lemos (PL 359/12)

Justificativa: Facilitar a expedição de comprovante de residência.

Parecer favorável: Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art. 33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelos parlamentares proponentes dos Projetos de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar simplesmente a garantia de um direito do consumidor.

Cumprе ressaltar que, o núcleo familiar também é responsável pelo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nery Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Párcides de Hollenbach Meilo e Deputada Rose Lito

DL

Fls.


16


uso dos serviços prestados pelas concessionárias dos serviços públicos, assim, natural que conste da fatura o nome de seus componentes.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10 de 09 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio

DL
Fls. 19
58

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 259/2012
(anexado o Projeto de Lei nº 359/2012).

Súmula: Assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

Autor: Deputado Hermas Júnior
Relator: Deputado Jonas Guimarães

JUSTIFICATIVA: As atuais faturas não atestam a residência dos companheiros, mas apenas o titular da conta. "O constrangimento de não possuir em seu nome um comprovante de residência afeta inúmeras pessoas, em sua maioria esposas dependentes dos consumidores dos serviços públicos". A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor. Tanto os homens quanto as mulheres têm o direito de reivindicar a inclusão do seu nome nas faturas, de responsabilidade de seus companheiros.

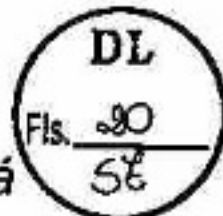
PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Defesa do Consumidor.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



É o Parecer.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 262/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 JUN, 2012

1º Secretário

Súmula: Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná, coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima e dá outras providências.

Art. 1º. Os hipermercados e supermercados, estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a fixar os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima, com letra visível e perceptível, visando à melhor observação pelas pessoas portadoras de necessidades especiais e pelos idosos.

Art. 2º. A infração à disposição da presente lei acarretará ao responsável infrator a imposição de pena de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dobrada em caso de reincidência, observadas a gravidade da infração, o porte econômico do infrator, a sua conduta e o resultado produzido, de acordo com o critério da proporcionalidade e razoabilidade.

Art. 3º. A receita arrecadada pela aplicação das multas previstas nesta lei será revertida ao PROCON/PR.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias após a sua vigência.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 12 de Junho de 2012

GILSON DE SOUZA

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa assegurar que os idosos e os portadores de necessidades especiais a exemplo dos cadeirantes, possam visualizar os preços afixados nas prateleiras inferiores dos hipermercados e supermercados sem qualquer tipo de dificuldade ou que tenham que se abaxar para efetuar a leitura dos preços dos produtos.

O texto Constitucional em seu artigo 24 diz:

Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V – produção e consumo."

Visando um melhor atendimento a estes consumidores, é hora dos lojistas reverem às normas de colocação de preços nas mercadorias. Além de facilitar o entendimento do consumidor.

Os preços de bens e serviços, produtos para o consumidor deverão ser afixados de forma legível, perceptível e a altura, para uma leitura clara.

É importante que o preço das mercadorias esteja unido ao produto e com a face voltada para a visualização do consumidor.

O preço deve ser colocado de forma que não seja necessário que o consumidor precise pedir informações sobre o produto.

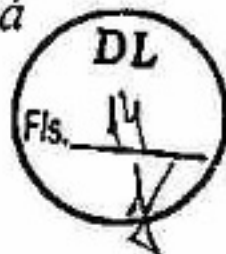
Destarte, é considerada infração ao direito básico do consumidor as condutas que visem dificultar o real entendimento do mesmo quanto ao produto/valores a exemplo de: utilizar letras cujo tamanho não seja uniforme ou dificulte a percepção da informação, considerada a distância normal de visualização do consumidor; expor preços com as cores das letras e do fundo idêntico ou semelhante; utilizar caracteres apagados, rasurados ou borrados; dentre outras condutas discriminadas no Código de Defesa do Consumidor.



Por todo o exposto, e entendendo que os idosos e os portadores de necessidades especiais (cadeirantes) merecem este respeito por parte dos empresários atuantes no ramo de Supermercados e Hipermercados quanto à melhor visualização dos preços nas prateleiras inferiores, consideramos nosso pleito justo e legítimo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/2012

Projeto de Lei nº 282/2012

Autores: Deputado Gilson de Souza

Súmula: Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná, coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima e dá outras providências.

EMENTA: CONSUMIDOR. ACESSO À INFORMAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS FIXAREM PREÇOS NAS PRATELEIRAS INFERIORES VOLTADOS PARA CIMA. PRODUÇÃO E CONSUMO. ART. 24, INC. V, CF. ART. 13, V, CE. PROTEÇÃO DO DIREITO DO CONSUMIDOR. ART. 6º, INC. III, CDC. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA ANEXA.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Gilson de Souza visa obrigar os supermercados e hipermercados a fixarem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima, com



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



letra visível e perceptível, visando à melhor observação pelas pessoas portadoras de necessidades especiais e pelos idosos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, Inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Este é o entendimento da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça e ao examiná-la constata-se que sobre o assunto a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No mesmo sentido, determina a CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo; (grifo nosso)

Ademais, conforme justificativa do autor, o presente Projeto visa assegurar aos idosos e portadores de necessidades especiais, a exemplo dos cadeirantes, que os mesmos não tenham dificuldades para visualizar os preços nas prateleiras inferiores.

Assim, nota-se que o objeto da pretensa Lei diz respeito à matéria de direito do consumidor quanto ao acesso à informação.

Diante disso, conforme dispõe o próprio artigo 6º, inciso III, do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

(grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DI
Fls. 98

Dessa forma, o objetivo do Projeto em tela é eliminar a mencionada dificuldade ao acesso à informação, sendo, assim, perfeitamente possível o presente assunto ser objeto de lei.

Ademais, quanto à técnica legislativa, observa-se dos artigos 2º e 3º do Projeto em tela a imposição de pena de multa com valores expressos, bem como, a destinação de receita arrecadada ao PROCON/PR, motivo pelo qual sugere-se a **Emenda substitutiva** anexa, com fulcro no artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar tais vícios.

Por fim, observa-se que o presente Projeto atribui prazo de 90 (noventa) dias, ao Poder Executivo, para regulamentação da lei. No entanto, tal incumbência gera a Inconstitucionalidade formal, haja vista o *Princípio da Separação dos Poderes*.

Assim, da mesma forma, sugere-se a **Emenda substitutiva**, anexa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto da Lei, na forma da Emenda substitutiva, em anexo.

Sala das Comissões, de julho de 2012.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Konder

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

GERAL

EMENDA SUBSTITUTIVA - PROJETO DE LEI N.º 262/12

DL

19

19

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Súmula: Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná, coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima e dá outras providências.

Art. 1º. Os hipermercados e supermercados, estabelecidos no Estado do Paraná, ficam obrigados a fixar os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima, com letra visível e perceptível, visando à melhor observação pelas pessoas portadoras de necessidades especiais e pelos idosos.

Art. 2º. No caso de infração à disposição da presente lei, as penalidades aplicáveis serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no que couber.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, emde julho de 2012.

NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

PR. EDSON PRACZYK

RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Luspion,
Deputado Pádua de Hoffen Mello e Deputada Rose Lúcio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 262/2012

Súmula: Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná, coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras voltados para cima e dá outras providências.

Autor: Deputado Gilson de Souza

Justificativa: Facilitar o acesso à informação a pessoas portadoras de necessidades especiais e idosas.

Parâmetros favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda).

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pelo parlamentar, tendo em vista dar condições de dignidade e cidadania às pessoas com necessidades especiais, enquanto consumidoras.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adalino Rebelo


Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles do Hórtico Moita e Deputada Rose Litro




Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de Agosto de 2012.



Deputado Paranhos
Presidente



Deputada Rose Litro
Relatora



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 262/2012

Súmula: Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná, coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima e dê outras providências.

Autor: Deputado Gilson De Souza.

Relator: Deputado Dullio Genari.

JUSTIFICATIVA: A acessibilidade plena é um direito que está assegurado na Constituição Federal de 1988 prevê o total desenvolvimento dos cidadãos, sem qualquer configuração de discriminação, e proporciona para elas as mesmas oportunidades que os demais cidadãos possuem, a fim de que usufruam das condições de vida resultantes do desenvolvimento econômico e social.

Acessibilidade é ter acesso aos espaços físicos ou de comunicação; é possibilitar, às pessoas possuidoras de qualquer dificuldade, tanto motora, quanto sensorial e auditiva, bem como idosos, crianças, gestantes, etc., o acesso a diferentes locais, e garantindo, portanto, a qualidade de vida para todos, como garante a Lei 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

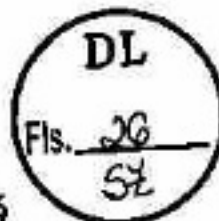
PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça, e Comissão de Defesa do Consumidor.

Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativas à indústria e comércio.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



É o Parecer.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR II





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Andre Bueno



PROJETO DE LEI Nº 265 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 JUN 2012

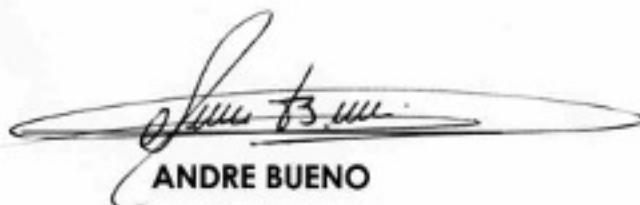
Ruy
1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
Sociedade Rural do Oeste do Paraná.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2012



ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

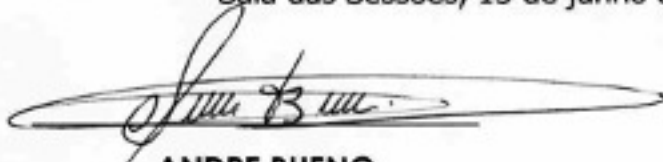
A **Sociedade Rural do Oeste do Paraná** é uma associação de natureza civil, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, assistencial, promocional e educacional, sem cunho político ou partidário, com sede e foro no município de Cascavel.

A Entidade tem por objetivo congregar todos aqueles que são ligados, direta ou indiretamente à atividade rural, auxiliando-os, orientando-os em seus interesses e aspirações comuns, bem como promovendo e patrocinando debates e estudos dos problemas inerentes às suas atividades.

Visando estes objetivos a Sociedade Rural do Oeste do Paraná orienta seus associados no sentido de que observem as melhores técnicas de manejo de solo, visando a redução de custos e o respeito aos princípios ecológicos e de preservação do meio ambiente, promover exposições e feiras de animais e produtos agro-industriais, defendendo sempre os princípios da livre iniciativa e da liberdade de mercado, pesquisar ou obter através de intercâmbio, informações sobre novas técnicas que reduzem custos e melhorem a produtividade na agricultura, na pecuária e nas demais atividades similares.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública a Sociedade Rural do Oeste do Paraná, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2012


ANDRE BUENO
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 265/2012

Projeto de Lei nº. 265/2012

Autor: Deputado Estadual André Bueno

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Cascavel.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual André Bueno, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **SOCIEDADE RURAL DO OESTE DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa e meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

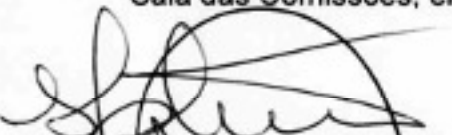
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima



PROJETO DE LEI 271 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 JUN. 2012

1º Secretário

SÚMULA

Institui o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado, o dia do Círculo de Oração, a ser comemorado anualmente, no dia 06 de março.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2012.

CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

14:52 18/06/2012 003672 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Foi em 06 de março de 1942, em Recife, que sete mulheres reunidas sob a direção de irmã Albertina Barreto resolveram "circular os céus com orações" para que Jesus curasse a filha da irmã Albertina, e essa obra continua a circular em todo o Brasil.

O Círculo de Oração é um ministério de intercessão composto majoritariamente por mulheres cristãs que acreditam que Deus ouve e responde as orações feitas em nome de Seu filho Jesus.

Hoje este trabalho está oficializado não somente em todas as Assembleias de Deus do Brasil e do mundo, mas transpôs barreiras geográficas e denominacionais, pois muitas outras denominações evangélicas também adotaram o Círculo de Oração.

O objetivo, além de ser uma plataforma de sustentação para a igreja com oração e ajuda espiritual, o Círculo de Oração atua em outras atividades para o reino de Deus: aconselhamentos; visitas a hospitais e lares de enfermos; doações de bíblias; auxílio na área social com arrecadação e distribuição de roupas e alimentos.

Nestes termos, em reconhecimento a este grandioso trabalho desenvolvido pelas igrejas de nosso Estado, será uma justa homenagem a aprovação desta Lei.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 271/12

Projeto de Lei nº 271/12

Autora: Deputada Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o "Dia do Circulo de Oração", ficando a data incluída no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO AO PARANÁ O DIA DO CIRCULO DE ORAÇÃO. CELEBRADO ANUALMENTE NO DIA 06 DE MARÇO.

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 e 190 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva inserir no Calendário Estadual o dia do "Circulo de Oração", a ser comemorado anualmente, no dia 06 do mês de março.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, em consonância ao disposto no artigo 33,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe a Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




**Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)**

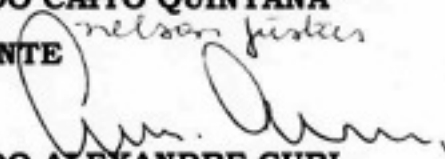
Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - CDHC

PROJETO DE LEI 271/2012

AUTOR: DEPUTADO TADEU VENERI

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Institui o Dia do Círculo de Oração no Estado do Paraná.

Ementa: Instituição Data
Comemorativa Calendário Oficial
Estado Paraná. Aprovação.

Fundamentação:

Trata-se de inclusão de data comemorativa no Calendário Oficial do Estado do Paraná, de caráter religioso.

A proposição já foi apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi aprovada por unanimidade.

Desta forma, inexistindo óbice em nossa legislação e sendo totalmente de acordo com a liberdade de profecia religiosa, **opino pela aprovação pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania da proposição n. 271/2012**, para sua regular tramitação nesta Casa.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.

Deputado Tadeu Veneri
Presidente

Deputado Waldyr Pugliesi
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lima

DL

F/s. 02
4

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 JUN. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI 282 /2012


SÚMULA

Institui o Dia do Pastor no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial do Estado, o Dia do Pastor, a ser comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 2012.


CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O Pastor é um Servo do Senhor que foi separado para pregar a Palavra de Deus divulgando a Bíblia Sagrada e chamando a todos para o arrependimento. É um pregador, um profeta, um homem (ou mulher, dependendo da denominação a que pertence) que foi capacitado para anunciar a Segunda Vinda de Jesus.

O A Bíblia registra no livro do Profeta Isaías: QUEM DEU CRÉDITO À NOSSA PREGAÇÃO? Conquanto Jesus seja o Messias de Deus muitos o rejeitaram e, portanto, ficariam sem a salvação. Por isso a missão do Pastor é anunciar o Evangelho para todos obedecendo a Grande Comissão determinada por Jesus após a sua ressurreição, conforme registro no livro de Mateus: "Portanto, Ide, ensinai a todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo".

Estas palavras constituem a Grande Comissão de Cristo a todos os seus seguidores, em todas as gerações. Declaram o alvo, a responsabilidade e a outorga da tarefa missionária da Igreja.

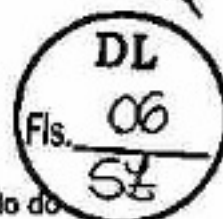
O Essa é a responsabilidade do Pastor e conduzi-las ao aprisco do Senhor. O verdadeiro Pastor deixa suas ovelhas em lugar seguro, e vai na busca daquela que se perdeu, coloca-a nos ombros e a traz de volta do aprisco.

Espero que o Dia do Pastor seja referendado por este projeto de lei, e, por essa razão pedimos o apoio dos demais pares desta Casa.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/12

Projeto de Lei nº 282/2012

Autor: Dep. Cantora Mara Lima

Súmula: Institui o Dia do Pastor no Estado do Paraná

EMENTA: INSTITUI O DIA DO PASTOR NO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTIGO 24 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. LEI COMPLEMENTAR Nº96/98. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de iniciativa da Deputada Cantora Mara Lima, objetiva instituir o Dia do Pastor no Estado do Paraná, a ser comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

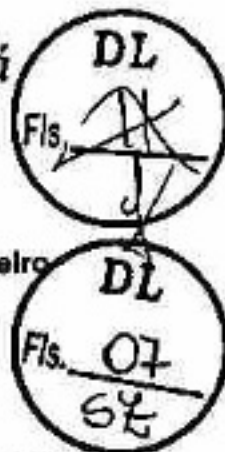
Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro
de 1998 e alterações posteriores.



O art. 24 do Regimento Interno da ALEP e o artigo 65 da Constituição Estadual dispõem que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia, salvo os projetos de lei de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, consoante artigo 66 da Constituição Estadual.

O presente Projeto de Lei não está elencado no rol das iniciativas do Poder Executivo, pelo que, não há o que falar em vício de iniciativa.

Da mesma forma, segundo Informação da Diretoria Legislativa, de fls. 04, não há projeto similar em trâmite na Casa.

Quanto à técnica legislativa, também não vislumbramos óbice, bem como, não há o que falar em aumento de despesas para o Estado, pelo que, o projeto de lei não encontra obstáculo constitucional, legal ou jurídico.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Curitiba, 10 de julho de 2012

Nelson Justus

Presidente

Hermes Brandão Jr.

Relator

Edifício Pres. Tancredo Neves
Praça Nossa Senhora da Saúde, s/n
Gab. Dep. Hermes Jr - 3. Andar - sala 302
Fone: 41 - 33504170
Curitiba-PR - CEP 80 530-911
www.hermesbrandao.com.br

APROVADO



Assembleia Legislativa do Paraná
GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 282/12

O Projeto de Lei, em análise, prevê a celebração do dia do Pastor no Estado do Paraná, o qual deverá ser celebrado anualmente, no segundo domingo do mês de junho.

Tal proposição está em consonância com o art. 190 da Constituição Estadual do Paraná, bem como com o artigo 33-U, do Regimento Interno deste Poder Legislativo.

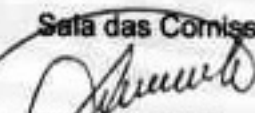
A proposição do projeto ora relatado tem por escopo valorizar os trabalhos realizados pelos pastores, vez que é de sumo apreço a criação de uma data para lembrar do papel tão importante destes homens e mulheres que pregam a palavra de Deus e fazem tão bem a humanidade, sendo de grande regozijo para todos, porque o pastor é um homem chamado por Deus para cumprir uma vocação divina, desta forma convém pensar a relevância em comemorá-la.

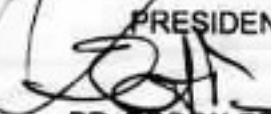
Portanto, entendemos justa e nobre a presente preposição, vez que é meritória a data instituída para fazermos lembrar do trabalho tão devotado e impecável destes servos de Deus.

Diante das considerações do relator, a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 282/2012, de autoria da Deputada Cantora Mara Lima.

Isto posto, **opinamos pela aprovação do Projeto.**

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 2012.


TADEU VENERI
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fis. 02
H

Curitiba, 20 de Junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 20 JUN, 2012
[Assinatura]
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº.

283/12

Súmula: Institui o Dia 25 de Março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no Estado do Paraná.

Art. 1º. Fica instituído o dia 25 de Março de cada ano como sendo o "Dia do Nascituro" no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica determinado a inclusão da data constante no artigo anterior, no calendário Comemorativo do Estado do Paraná.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de Junho de 2012

[Assinatura]
GILSON DE SOUZA
Deputado Estadual
4º. Secretário

1434 28/06/2012 08:08:06 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Data a relevância do tema é patente que a vida começa na concepção, já que, quando da fecundação, um novo ser humano é formado, com características genéticas impares (que determinam, por exemplo, o sexo, a cor dos olhos e dos cabelos, e o tom de pele), o que nos impede de considerá-lo mero prolongamento do corpo materno. Ademais, só o óvulo humano fecundado pode desenvolver um ser humano adulto, o que ocorrerá, com o passar do tempo, através da nutrição.

Ademais, deve-se ter em conta que, sem a VIDA, nenhum outro direito pode ser exercido, e que entende-se por nascituro todo ser humano concebido, mas ainda não nascido.

Assim, neste dia os Poderes Executivo e Legislativo, no âmbito de suas competências, deverão apoiar eventos e projetos ligados à comemoração do "Dia do Nascituro" através de campanhas publicitárias, palestras, seminários e debates acadêmicos e profissionais, dentre outros, podendo buscar a colaboração de entidades que tenham por objetivo a luta pelo direito à vida, em especial à dos nascituros.

As autoridades competentes poderão ainda, incentivar as escolas da rede pública do Município a abordarem, junto ao corpo discente, docente e técnico, bem como aos pais ou responsáveis pelos alunos e à comunidade circunvizinha à escola, o tema "O Direito do Nascituro à Vida" em palestras, trabalhos escolares e atividades similares.

Destarte a respeito do tema, a Constituição da República de 1988, no art. 5º, caput (cláusula pétrea conforme art. 60, §4º, IV), dispõe que:



A ssembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...). (grifo nosso)

No mesmo passo, a Declaração dos Direitos da Criança determina que toda criança "em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada, antes e depois do nascimento". (grifo nosso) Ainda, a Convenção sobre os Direitos da Criança¹ repetiu, em seu preâmbulo, os termos da Declaração suso referida.

No plano infraconstitucional, temos o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/02), art. 2º: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro." Não se trata, como podem pensar alguns, apenas de direitos patrimoniais, mas, essencialmente, à vida e à dignidade humana (um dos fundamentos da República – CRFB/88, art. 1º, III).

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), no art. 7º, prevê: "A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência." (grifo nosso)

Outrossim, em sendo o nascituro um ser humano, como de fato o é, merece ser respeitado em sua integralidade, cabendo ao Estado e à sociedade promover a constante conscientização do direito à vida (grifo nosso).

¹ A Convenção sobre os Direitos da Criança entrou em vigor internacional em 02 de setembro de 1990, foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990; ratificada pelo Governo Brasileiro em 24 de setembro de 1990, entrando em vigor no país em 23 de outubro de 1990; e promulgada pelo então Presidente da República, em 21 de novembro de 1990, através do Decreto nº 99.710, determinando-se que a mesma "será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém".



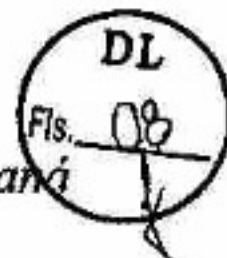
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por todo o exposto, pedimos o apoio nos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei que ora apresentamos nesta casa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 283/2012

Projeto de Lei nº. 283/2012

Autor: Deputado Estadual Gilson de Sousa

Súmula: Institui o dia 25 de Março de cada ano como sendo o Dia do Nascimento no Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O DIA 25 DE MARÇO DE CADA ANO COMO SENDO O DIA DO NASCITURO NO ESTADO DO PARANÁ. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DO ESTADO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 E 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ARTIGO 5º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR Nº. 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Sousa, tem como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Nascimento", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de Março.

FUNDAMENTAÇÃO

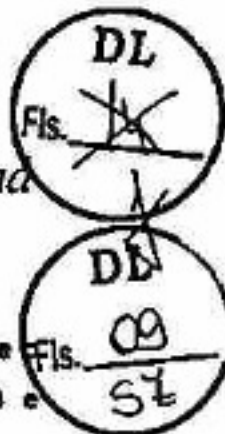
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



regimental e caráter estrutural em face do que dispõe
Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e
alterações posteriores.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia
Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá
a qualquer membro da Assembléia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e
ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de
sua tramitação. (grifo nosso)**

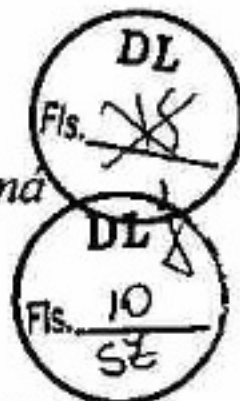
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a
competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do
Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a
iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado
do Paraná, senão vejamos:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias
cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia
Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos
cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta
Constituição. (grifo nosso)**



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, considerando-se que a matéria abrangida não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa.

No que tange ao objeto da ora proposição, imperioso ressaltar que, a Constituição Federal, inclui a "vida" como Direito e Garantia Fundamental, consoante se infere no artigo 5º do referido diploma legal, senão vejamos:

Art. 5º Todas são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

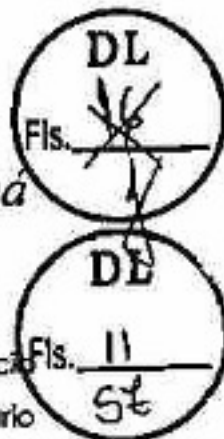
Outrossim, corroborando com a idéia acima descrita, o artigo 196 do referido documento dispõe que:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Igualmente, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

DEPUTADO CAIO QUINTANA

PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU ROURA

RELATOR

APROVADO



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 283/2012

O Projeto de Lei n.º 283/2012, de autoria do Deputado Estadual Gilson de Sousa, tem como objetivo instituir no Calendário Oficial do Estado do Paraná, o "Dia do Nascituro", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de março.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer.

ANÁLISE DO MÉRITO

Quanto ao mérito o projeto em questão, dada a relevância do tema é patente que a vida começa na concepção, vez que, quando da fecundação, um novo ser humano é formado, com características genéticas ímpares. Somente o óvulo humano fecundado pode desenvolver um ser humano adulto, o que ocorrerá, com o passar do tempo.




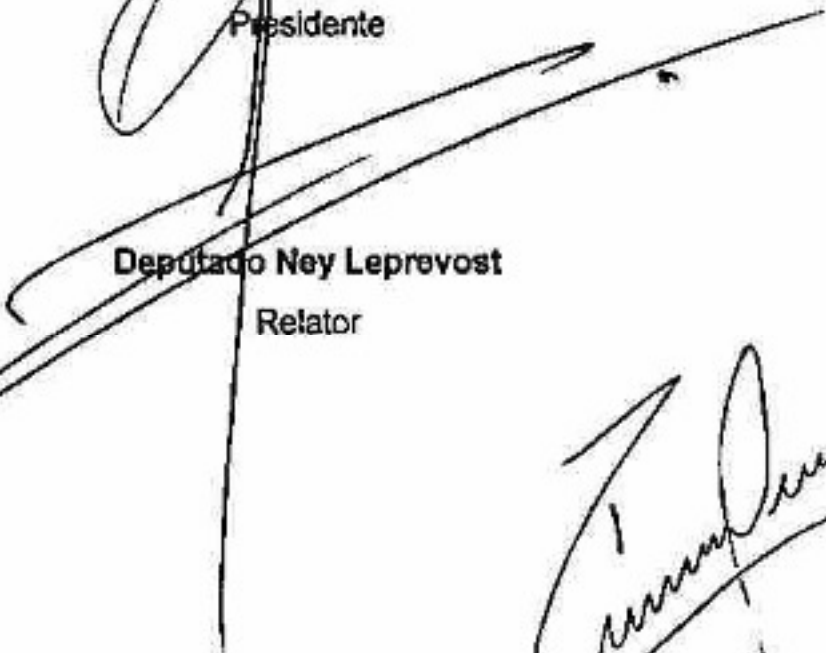
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

CONCLUSÃO

Diante do exposto, chamada esta relatoria a se manifestar, o parecer é pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

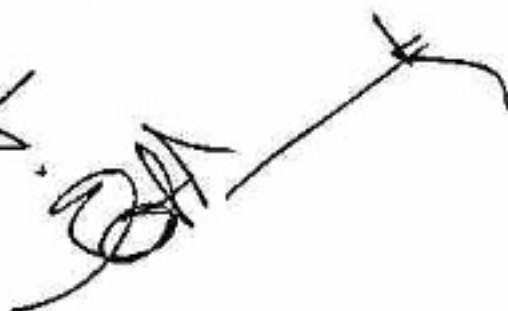
Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Ney Leprevost
Relator









PROJETO DE LEI

nº 287/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 JUN 2012

1º Secretário

SÚMULA: Proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante, em rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná e determina a classificação dos corantes como contaminadores ambientais.

Artigo 1º - Fica proibido o lançamento direto nos rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná, de efluentes que, resultantes de processo industrial, contenham corantes em sua composição.

Parágrafo único - A adição de substância cuja ação se limite a remover a cor do efluente não exime a fonte poluidora da vedação desta lei.

Artigo 2º - O lançamento de efluente no corpo receptor só ocorrerá após o devido tratamento, que obedecerá às condições, padrões e exigências técnicas aplicáveis às substâncias contaminadoras e se dará sob a fiscalização do órgão ambiental, a quem caberá certificar a ausência de toxicidade dos despejos líquidos.



Artigo 3º - O órgão ambiental competente baixará norma específica classificando os corantes na categoria de contaminadores ambientais.

Artigo 4º - As infrações às disposições desta lei, do seu regulamento e dos padrões e exigências técnicas dela decorrentes, serão penalizadas em conformidade com a legislação pertinente à Política Estadual de Meio Ambiente do Estado do Paraná.

Artigo 5º - Os custos resultantes da aplicação da sanção de interdição temporária ou definitiva correrão por conta do infrator.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2012.

Deputado CAIÃO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Todos os dias, toneladas de corantes são lançadas em rios e demais cursos d'água de nosso Estado. Por meio da captação da água para uso humano, animal, ou na irrigação, as substâncias nocivas contidas nos corantes podem acarretar sérios problemas de saúde pública.



A origem dos corantes está principalmente nas indústrias que os utilizam para o tingimento de fibras e tecidos.

Nossa legislação ambiental é omissa quanto à classificação dos corantes como contaminadores ambientais, o que também ocorre com as normas técnicas dos órgãos de controle. Algumas das normas proíbem apenas que sejam alteradas as características do corpo receptor (a água), entre os quais se inclui a cor. Acontece que as indústrias, para se adequarem à legislação, adicionam cloro ao efluente, removendo a coloração da água, o que não retira a substância nociva contida no corante, mas somente a esconde. Aliás, dependendo do corante, sua mistura com o cloro resulta em substâncias muito mais nocivas!

Embora os estudos a respeito ainda estejam em andamento, sabe-se, por pesquisas de laboratório, que células de cultura sofrem mutação e danos genéticos quando expostas ao efeito de corantes.

O propósito do projeto é incluir a classificação dos corantes como substâncias contaminadoras e, desse modo, contribuir para o maior controle da qualidade de nossas águas e para a saúde de nossas comunidades.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ
PROJETO DE LEI Nº 287/12
AUTOR: DEPUTADO CAÍTO QUINTANA
RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

Súmula: Proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante, em rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná, e determina a classificação dos corantes como contaminadores ambientais.

Ementa:

Síntese:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Exmo. Deputado Caíto Quintana, que visa proibição de lançamento de efluentes resultantes de processo industrial que contenham corantes em sua composição direto nos rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná.

Fundamentação:

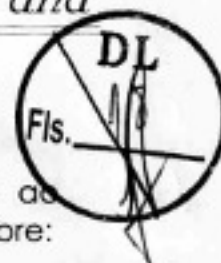
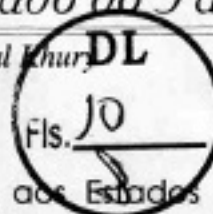
O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à Comissão de Constituição e Justiça compete analisar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa do Projeto de Lei sob análise.

A matéria ambiental é de competência concorrente, conforme previsão do artigo 24, inciso VI, da Constituição da República, nestes termos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou diversas vezes acerca da correta distribuição de competências em casos de competência concorrente, como no caso em tela, veja-se:

Ministra Ellen Gracie

ADI MC 2396/MS DJU 14/12/01

"Segundo a conclusão exposta no exame do pedido liminar, respaldada pela melhor doutrina, o espaço de possibilidade de regramento pela legislação estadual, em casos de competência concorrente abre-se:

(...)

b) quando, existente legislação federal que fixe os princípios gerais, caiba complementação ou suplementação para o preenchimento de lacunas, para aquilo que não corresponda à generalidade: ou ainda para a definição de peculiaridades regionais."

No tocante à iniciativa parlamentar, a possibilidade de legislar sobre o tema é pertinente tendo em vista que se trata de matéria relevante e que não encontra óbice constitucional ou legal.

Isto pois o Parlamentar pretender criar atividade que já está incluso dentre as competências da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e no órgão ambiental executor, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

O artigo 87, inciso III, da Constituição Estadual dispõe que compete privativamente ao Governador exercer a "direção superior da administração estadual".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri



O Decreto Estadual nº. 4.514/2001, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), prevê as competências, os objetivos e a estrutura técnico-operacional desta fundamental Secretaria de Estado de Meio Ambiente, dentre outras especificações. E a Lei Estadual n. 10.066/1992 criou o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, definindo sua estrutura, objetivos e atribuições, correlacionadas à proteção e conservação do meio ambiente em nosso Estado.

Porém, a definição de uma proibição de efluentes que contenham corantes em sua composição e a definição de norma específica pelo órgão ambiental competente (artigo 3º) não avança sobre a competência do Exmo. Governador, pois não retira sua autonomia de dirigir a administração e definir as prioridades orçamentárias.

A proposição do Nobre Parlamentar visa apenas propor uma proibição de lançamento de efluentes, que deverá ser regulamentada pelo próprio Poder Executivo, e prevê a integração da legislação, se aprovada, à existente Política Estadual de Meio Ambiente do Estado do Paraná, no que diz respeito à penalização do infrator (art. 4º da proposição).

Portanto, não haverá a criação de nova atribuição para a Secretaria de Meio Ambiente, e não se adentrará na competência reservada ao Exmo. Governador em definir os rumos da Administração Estadual.

O Supremo Tribunal Federal – STF, já se manifestou quanto à constitucionalidade de lei de iniciativa parlamentar que acarrete despesas para Estado-Membro, **inexistindo inconstitucionalidade formal**, como na proposição em.

O recente acórdão da lavra do Ministro aposentado Eros Roberto Grau ilustra esta tendência da Corte:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 1º, 2º E 3º DA LEI N. 50, DE 25 DE MAIO DE 2.004, DO ESTADO DO AMAPÁ. TESTE DE MATERNIDADE E PATERNIDADE. REALIZAÇÃO GRATUITA. EFETIVAÇÃO DO DIREITO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE CRIA DESPESA PARA O ESTADO-MEMBRO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO ACOINHADA. CONCESSÃO DEFINITIVA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. QUESTÃO DE ÍNDOLE PROCESSUAL. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO I DO ARTIGO 2º. SUCUMBÊNCIA NA AÇÃO INVESTIGATÓRIA. PERDA DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO III DO ARTIGO 2º. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINAR O RESSARCIMENTO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO ESTADO-MEMBRO. INCONSTITUCIONALIDADE DO INCISO IV DO ARTIGO 2º. AFRONTA AO DISPOSTO NO ARTIGO 61, § 1º, INCISO II, ALÍNEA "E", E NO ARTIGO 5º, INCISO LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. Ao contrário do afirmado pelo requerente, a lei atacada não cria ou estrutura qualquer órgão da Administração Pública local. Não procede a alegação de que qualquer projeto de lei que crie despesa só poderá ser proposto pelo Chefe do Executivo. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão previstas, em numerus clausus, no artigo 61 da Constituição do Brasil --- matérias relativas ao funcionamento da Administração Pública, notadamente no que se refere a servidores e órgãos do Poder Executivo. Precedentes. 2. Reconhecimento,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



pelas Turmas desta Corte, da obrigatoriedade do custeio do exame de DNA pelo Estado-membro, em favor de hipossuficientes. 3. O custeio do exame pericial da justiça gratuita viabiliza o efetivo exercício do direito à assistência judiciária, consagrado no artigo 5º, inciso LXXIV, da CB/88. 4. O disposto no inciso I consubstancia matéria de índole processual --- concessão definitiva do benefício à assistência judiciária gratuita --- tema a ser disciplinado pela União. 5. Inconstitucionalidade do inciso III do artigo 2º que estabelece a perda do direito à assistência judiciária gratuita do sucumbente na ação investigatória que tenha sido proposta pelo Ministério Público e que tenha como suporte o resultado positivo do exame de DNA. Violação do disposto no inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição de 1.988. 6. Fixação de prazo para cumprimento da decisão judicial que determinar o ressarcimento das despesas realizadas pelo Estado-membro. Inconstitucionalidade do inciso IV do artigo 2º. 7. Ação direta julgada parcialmente procedente para declarar inconstitucionais os incisos I, III e IV, do artigo 2º, bem como a expressão "no prazo de sessenta dias a contar da sua publicação", constante do caput do artigo 3º da Lei n. 50/04 do Estado do Amazonas. (ADI 3394 / AM - AMAZONAS AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 02/04/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007, REPUBLICAÇÃO: DJe-152 DIVULG 14-08-2008 PUBLIC 15-08-2008, EMENT VOL-02328-01 PP-00099, DJ 24-08-2007 PP-00023, RT v. 96, n. 866, 2007. p. 112-117) - grifo nosso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Desta forma, a Corte Suprema já decidiu em situações similares a constitucionalidade de leis estaduais que aprovaram ações concretas que beneficiaram cidadãos, a partir de iniciativas de parlamentares estaduais, como a proposição em tela.

No tocante à técnica legislativa, a proposição está adequada às disposições da Lei Complementar n. 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

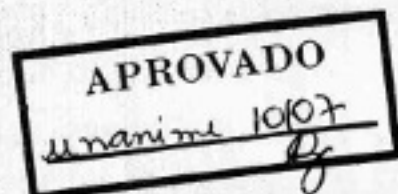
Conclusão

Diante da boa técnica legislativa, e constitucionalidade e legalidade da proposição, **opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 287/12, e sua regular tramitação.**

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Deputado Tadeu Venen
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete da Deputada Cantora Mara Lina



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 161/11

Projeto de Lei nº 287/12

Autoria: Deputado Caíto Quintana

Objetivo: "Proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante, em rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná e determina a classificação dos corantes como contaminadores ambientais"

Preâmbulo:

O nobre Deputado Caíto Quintana apresenta como justificativa na sua proposição que todos os dias, toneladas de corantes são lançadas em rios e demais cursos d'água de nosso Estado. Por meio da captação da água para uso humano, animal, ou na irrigação, as substâncias nocivas contidas nos corantes podem acarretar sérios problemas de saúde pública.

A origem dos corantes está, principalmente, nas indústrias que os utilizam para o tingimento de fibras e tecidos.

Nossa legislação é omissa quanto à classificação dos corantes como contaminadores ambientais, o que também ocorre com as normas técnicas dos órgãos de controle. Algumas das normas proíbem apenas que sejam alteradas as características do corpo receptor (a água), entre os quais se inclui a cor. Acontece que as indústrias, para se adequarem à legislação, adicionam cloro ao efluente, removendo a coloração da água, o que não retira a substância nociva contida no corante, mas somente a esconde. Aliás, dependendo do corante, sua mistura com o cloro resulta em substâncias muito mais nocivas.

Embora os estudos a respeito ainda em andamento, sabe-se, por pesquisas de laboratório, que células de cultura sofrem mutação e danos genéticos quando expostas ao efeito de corantes.

O propósito do projeto é incluir a classificação dos corantes como substâncias contaminadoras e, desse modo, contribuir para o maior controle da qualidade de nossas águas e para a saúde de nossas comunidades.

CONSIDERAÇÕES:

Os rios são fonte de vida. Desde a antiguidade, suas águas são essenciais para que as pessoas possam viver, bebendo, banhando-se, navegando, além de outras utilidades. Até mesmo a energia elétrica é produzida pela força das quedas d'água dos rios iluminando as cidades.

R

Q



Um rio sem poluição é aquele em que os peixes e as plantas crescem naturalmente, tem águas limpas e cristalinas. Sua água serve para regar plantações, tomar banhos e também para beber. Para um rio ser assim, é preciso que não se jogue lixo, nem esgoto diretamente nele.

A poluição da água é a introdução de materiais químicos, físicos e biológicos que estragam a qualidade da água e afeta o organismo dos seres vivos.

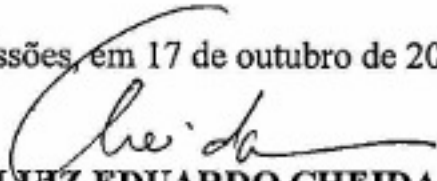
Esse processo vai desde simples saquinhos de papel até os mais perigosos poluentes tóxicos, como os pesticidas, metais pesados (mercúrio, cromo, chumbo) e detergentes.

Produtos químicos e sujeira dos esgotos são jogados diretamente nos rios ou afetam os lençóis d'água que formam as nascentes. O excesso de sujeira funciona como um escudo para a luz do sol, afetando o leito dos rios e seu ciclo biológico.

PARECER:

Considerando que a proibição prevista no Projeto de Lei 287/12, de autoria do nobre deputado Caito Quintana é sobre o lançamento direto nos rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado, de efluentes resultantes de processo industrial, que contenham corantes em sua composição. E que esses efluentes deverão passar por um tratamento especializado com condições, padrões e exigências técnicas e com fiscalização do órgão ambiental que terá de certificar a ausência dos elementos tóxicos dos despejos líquidos, com base no contido na Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Paraná, **somos de PARECER FAVORÁVEL, quanto a mérito da presente proposição, e, quanto a sua discussão e votação em Plenário nesta Casa.**

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 2012.


Deputado LUIZ EDUARDO CHEIDA
Presidente da Comissão


Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 287/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, proíbe o lançamento de efluentes que contenham corante, em rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado do Paraná e determina a classificação dos corantes como contaminadores ambientais.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo incluir a classificação dos corantes como substâncias contaminadoras e, desse modo, contribuir para o maior controle de qualidade de nossas águas e para a saúde de nossas comunidades.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

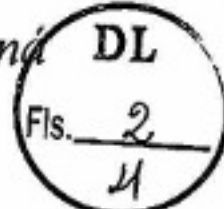
Sala das Comissões, em 12 de novembro de 2012.

Dr. Batista
Presidente

Relator



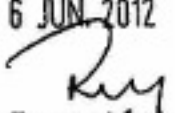
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 307 DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 JUN 2012



1º Secretário

SÚMULA: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão".

Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão", realizada anualmente, no mês de julho, durante as comemorações da emancipação político-administrativa do Município de Clevelândia, que ocorrem na semana do dia 28 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.


ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15140 26-06-2012 004015 DEP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

A Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão faz parte das comemorações alusivas ao aniversário da emancipação política do Município de Clevelândia, que ocorre no dia 28 de junho, sendo que as comemorações ocorrem durante quase toda a semana. Além do tradicional almoço, são organizados shows, palestras, homenagens e feiras.

Em 2012, será realizada a quarta edição da festividade, onde varias empresas participam do concurso para escolher o melhor leitão. A principal intenção dos organizadores, além de comemorar o aniversário do Município, é reunir toda a sua população urbana e rural.

O evento vem se firmando como uma importante festa para o desenvolvimento da Cidade, trazendo a cada ano uma quantidade maior de participantes de Clevelândia e das cidades vizinhas, visando uma integração entre a população da região.

O presente Projeto de Lei vem no sentido de auxiliar o crescimento do evento, auxiliando na sua divulgação. A festa vem se firmando e crescendo a cada ano e é extremamente importante para a população do Município de Clevelândia, incentivando os populares a participar cada vez mais das comemorações pelo aniversário do Município.

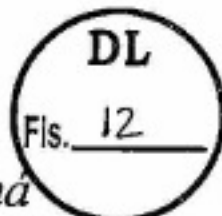
Certo da importância de tal medida, conto com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 26 de junho de 2012.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 307/12

Projeto de Lei nº 307/2012

Autor: Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto

Súmula: Inclui no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão".

EMENTA: INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ A FESTA DO LEITÃO NO FORNO RECHEADO COM PINHÃO. ADMISSIBILIDADE, ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. INICIATIVA DA ALEP, ART 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PROTEÇÃO AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, ARTIGOS 215, § 1º E 216, § 3º AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO DO PARANÁ PARA LEGISLAR SOBRE A CULTURA, ARTIGO 13, IX DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL. NOS TERMOS DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão", a ser realizada, anualmente, no mês de julho, na semana do dia 28 de junho, no Município de Clevelândia.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 13

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange a admissibilidade do projeto em tela, o mesmo deve corresponder ao artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que trás a seguinte redação:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 14

Amparando o entendimento acima mencionado, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 65 delineia:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL dispõe em seu artigo 215, § 1º, que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares. No mesmo sentido, o artigo 216, § 3º, do mesmo diploma legal aponta que a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, conforme abaixo se denota:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

Nesse aspecto, o mestre Alexandre de Moraes nos ensina que:
"A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹".

O artigo 12, V, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, estabelece em sua redação o acesso à cultura, à educação e à ciência, bem como em seu artigo 13, IX estabelece que compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre a cultura, senão vejamos:

Art. 12. É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



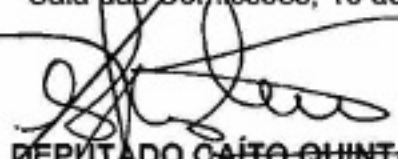
Desta forma, considerando-se que a matéria abordada no presente projeto não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício formal de procedimento alusivo a sua iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei encontra-se em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n°. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração, consolidação das leis e estabelecimento das normas para a consolidação dos atos normativos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez superados todos os óbices, opinam-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO CAIO QUINTANA
Presidente NELSON JUSTUS


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 17

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 307/2012


De acordo com o que determina o artigo 137, § 4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica alterado o art. 1º ao Projeto de Lei nº 307/12 a contar com a seguinte redação:

Art.1º. Fica incluído no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão", realizada anualmente, no mês de junho, durante as comemorações da emancipação político-administrativa do Município de Clevelândia, que ocorrem na semana do dia 28 de junho.

Sala das Comissões, 10 de julho de 2012.


DEPUTADO GATO QUINTANA

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



COMISSÃO DE CULTURA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 307/12

I – SÍNTESE FÁTICA

O Deputado Estadual Antonio Anibelli Neto propôs o Projeto de Lei nº 307/2012, com o intuito de inserir, no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a "Festa do Leitão no Forno Recheado com Pinhão" a ser realizada anualmente, no mês de julho, no Município de Clevelândia, em comemoração à sua emancipação político-administrativa.

Após criteriosa análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Hernas Brandão Júnior, o Projeto foi aprovado, ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, caberá a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito desse projeto, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

A Lei Fundamental da República Federativa do Brasil – Constituição Federal de 1988 –, estabeleceu como integrante do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial. Assim sendo, resta claro que as comidas típicas inerentes à cultura de determinada localidade, podem e devem ser enquadradas no patrimônio cultural, inclusive porque, em alguns casos, chegam a significar importante aspecto econômico local.

Portanto, caberá ao Estado incentivar os atos que valorizem as diversas formas de nossa cultura. Aliás, isso fica ainda mais evidente da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Vale destacar, ainda, que a inserção de uma festa com tamanha importância local no Calendário Oficial do Estado, contribui sobremaneira para a sua realização, inclusive porque possibilitará que o Município bem como a sociedade civil da localidade consigam



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello




arrecadar fundos para a realização da festa, valorizando o bem imaterial já enraizado naquela cultura.


Nesse contexto, o Projeto objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental, como é o dispositivo constitucional que determina ao Poder Público apoiar as questões culturais.


III – CONCLUSÃO

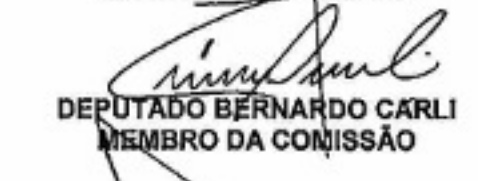
Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

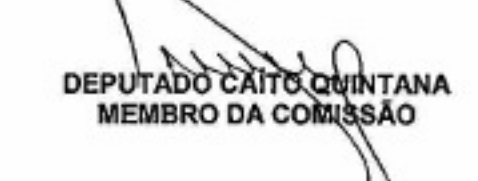
Saia das Comissões, 08 de outubro de 2012.



DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADA MARIA TURECK
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO DA COMISSÃO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO DA COMISSÃO

DEPUTADO NELSON JUSTUS
MEMBRO DA COMISSÃO



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 AGO. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

375/12


Súmula: Institui o "Dia Estadual do Cooperativismo"

Artigo 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Cooperativismo" a ser comemorado, anualmente, no dia 04 de julho.

Artigo 2º Na data a que se refere esta lei serão desenvolvidas, em todo o Estado, em especial nas Escolas Públicas Estaduais, ações, estratégias políticas, projetos, organizados debates, seminários, audiências públicas e outros eventos relacionados ao tema do cooperativismo como alternativa válida de emprego e renda.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 06 de agosto de 2012.


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



JUSTIFICATIVA

O cooperativismo é a união de pessoas voltadas para um objetivo comum, visando auferir benefícios a serem compartilhados por todos os cooperados.

O cooperativismo tem como sua maior finalidade, libertar o homem do individualismo, através da cooperação entre seus associados, satisfazendo assim as suas necessidades.

Atualmente as Cooperativas são "empresas" ou "empreendimento" de pessoas que visam a obtenção de resultados para seus associados, permitindo que os resultados auferidos possam ser econômicos, sociais, educacionais, agregadores de qualidade de vida, de renda, ou outros conforme seus objetivos.

As cooperativas possuem um importante papel no desenvolvimento econômico do país. Assim, o presente Projeto pretende regulamentar o dia 4 de julho (dia internacional do cooperativismo) no âmbito do Estado do Paraná, a fim de que nesta data os cidadãos, principalmente os alunos da Rede Pública de Ensino, atentem para a importância do cooperativismo e seus benefícios.

Cabe salientar, que embora algumas Leis que pretendem incluir no calendário oficial datas a serem comemoradas, o presente Projeto de Lei demonstra-se de suma importância, por tratar-se de uma reivindicação da população do Estado, bem como pela relevância do tema disposto.

Diante do exposto e devido a importância da presente Proposta pede-se o devido apoio e a sua conseqüente aprovação.



PROJETO DE LEI 375/2012

AUTOR: DEPUTADO MARCELO RANGEL

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

Súmula: Institui o "Dia Estadual do Cooperativismo"

Ementa: Instituição Data Comemorativa. Dia Estadual Cooperativismo. Aprovação com emenda supressiva.

Fundamentação:

O projeto sob análise pretende instituir no calendário oficial do Estado o dia 04 de julho como data comemorativa do dia estadual do cooperativismo.

Tal inserção, além de salutar, não encontra óbice, e merece acolhimento constitucional e legal.

Entretanto, a inclusão pretendida pelo artigo 2º da proposição em tela, que pretende incluir ações para as Escolas Públicas Estaduais, exclusivamente sob setor público inclusive, enfrenta impedimento pela inconstitucionalidade gerada pela regra do artigo 66, inciso IV da Constituição do Estado do Paraná.

Vale transcrever a citada norma constitucional:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública;

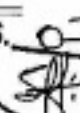
Desta forma, deve-se tramitar a presente proposição com rejeição do dispositivo citado, de forma a expurgar o vício inconstitucional, que determina

Concedido vista.

Em 18 / 09 / 2012

Reitor Supl.

CCJ



EMENDA SUPRESSIVA

EMENTA: Fica suprimido o artigo 2º do projeto de lei n.
375/2012

Artigo 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Cooperativismo" a ser comemorado,
anualmente, no dia 04 de julho.

Artigo 2º - suprimido

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado Tadeu Veneri
Relator

APROVADO

Unanime 23.10.12



atividades específicas à Secretaria de Estado da Educação de comemoração do dia do cooperativismo, interferindo no poder de gestão governamental.

Assim, opina-se pela aprovação do projeto de lei n. 375/12 de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel e sua regular tramitação com a EMENDA SUPRESSIVA em anexo.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2012.

Deputado Nelson Justus
Presidente

Deputado Tadeu Veneri
Relator

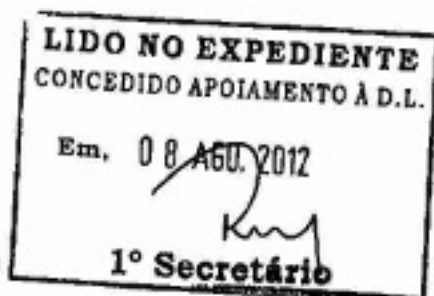
APROVADO

unanimous 23.10.11



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal khury



PROJETO DE LEI Nº 387/12

Súmula: Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ciliomar Tortola.

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ciliomar Tortola.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 2012.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA



O presente projeto de lei visa, concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Ciliomar Tortola.

Ciliomar Tortola da caixa de engraxate à terceira maior empresa de Maringá.

Como um ex-vendedor de sorvetes, engraxate, bancário e jogador profissional se tornou um maiores empresários do setor avícola do País Ciliomar Tortola, 63, nasceu em Indianópolis, PR, e em 1994 veio para Maringá para ficar. Havia morado antes na cidade, por dois anos, de 1986 a 1988, período em que trabalhava no Bamerindus, hoje HSBC, na agência em Marialva. Ia e voltava todos os dias, de Maringá para Marialva. Cilinho, como é conhecido desde criança, começou no banco como contínuo em 1982, aos 18 anos, e ficou até 1990, já como gerente, em Foz do Iguaçu. A ideia de ter um negócio próprio, ligado ao setor avícola, surgiu em Foz, das conversas com o pessoal da indústria de transformação (abate e processamento de frangos) que era cliente do banco, e também de sua amizade com criadores de aves de sua cidade natal, inclusive seu amigo de infância e hoje sócio na Frangos Canção, Rogério Martini Gonçalves.

Filho de pai pedreiro e mãe zeladora de escola, Cilinho teve uma infância humilde, mas feliz. Foi engraxate e vendedor de sorvete aos 7 anos - não que precisasse, mas já desde pequeno queria ajudar os pais, seu Arcino e dona Natalina Sette Tortolo. O trabalho, contudo, não o afastava daquilo que mais gostava, que era jogar bola nos campinhos da várzea. Cilinho, contudo, não era aquele tipo de jogador que precisava correr atrás da bola, a bola é que corria para ele, centro-avante que era. Mesmo já trabalhando no banco, conseguiu profissionalizar-se e atuar pelo Atlético Clube Paranaíba, onde jogou de 82 a 83. Acabou, porém, não seguindo carreira por causa do trabalho no banco, que começava a exigir cada vez mais o seu tempo.

Assim que deixou o banco em 1990, montou, junto com o amigo Rogério, uma granja com 20 mil frangos na zona rural do município. Vendia os frangos para serem abatidos e processados pelas avícolas existentes, na época, no norte do

Paraná. Contudo, logo as avícolas começaram a se tornar autossuficientes, criavam suas próprias aves para abate. Cilinho sentiu que tinha a necessidade de chegar à mesma situação, mas por caminho inverso. Começar a abater. O sócio Rogério veio primeiro para Maringá, em junho de 1992, montar as primeiras instalações da Frangos Canção, para o abate e processamento das aves por eles criadas. Cilinho, dentro do plano estratégico traçado pelos dois sócios, permaneceu em Indianópolis, cuidando da granja, e chegou à cidade em março de 94.

A Frangos Canção começou a funcionar abatendo mil frangos por dia. Hoje, são 360 mil/dia, e até o fim do ano, prevê Cilinho, serão 410 mil aves/dias. Em 20 anos, foi um salto exponencial. "Aproveitamos a oportunidade de mercado na própria crise, através da compra de três concorrentes diretos", explica Cilinho. Hoje, a Frangos Canção tem unidades de abate e processamento em Maringá, Paranavaí, Paraíso do Norte e Terra Boa, distribui seus produtos em todo o Brasil e exporta para vários países. "A carne de frango é um alimento de alto padrão protéico, tem baixo nível de colesterol, os médicos indicam por ser nutritiva e saudável. É a proteína mais barata à disposição do consumidor. Por isso, o consumo de frango só tem aumentado, no País e no mundo. No Brasil, subiu, nos últimos 10 anos, de 35 quilos per capita, para 45 quilos per capita, e pode chegar a 48 quilos per capita em pouco tempo", diz Cilinho.

Ele ressalta a importância da Frangos Canção para a economia de Maringá: "Basta saber que é a terceira empresa da cidade, gerando empregos e divisas para o município e toda a região."

Além das unidades de abate e processamento, a Frangos Canção conta também com três unidades de matrizes em Douradina (recria), em Rondon (produção) e cinco unidades de matrizes em Mirador (produção), além de um incubatório em São Manoel do Paraná. Em Indianópolis, conta com uma fábrica de ração, criada para atender à demanda de criação própria e de seus integrados. O sócio-proprietário ressalta a importância social da terceirização de parte da criação das aves: "Ajuda a reter a mão-de-obra no campo. Cada mil aves dá uma receita equivalente à produção de 100 alqueires de soja e/ou milho. Isso faz com que o trabalhador do campo permaneça no campo, e permaneça com qualidade de vida. Isso ajuda a impedir o famoso êxodo rural,

evitando assim a degradação das cidades, que ficam livres das favelas e outras más consequências do êxodo", analisa Cilinho. "Não é à toa que as cidades onde temos unidades apresentam os melhores IDH (índice de desenvolvimento humano) do Paraná."

Hoje, a Frangos Canção gera 5.500 empregos com carteira assinada e 50 mil empregos indiretos. "Nos últimos dez anos, houve melhoras visíveis na economia brasileira, com grande inclusão social, o que gerou um acréscimo do consumo, alavancando a indústria do frango e de alimentos como um todo. Houve políticas voltadas para a melhoria de salários. Ganhando mais, o trabalhador come melhor", lembra o empresário. "O Brasil sempre foi um dos maiores produtores de soja, mas hoje transforma essa soja em proteína animal, o que gera mais alimentos e mais riqueza para o País, com a exportação de um produto com valor agregado. E a Frangos Canção, cada funcionário da empresa, da produção à administração e diretoria, nós todos temos orgulho em dizer que participamos ativamente do crescimento do País", destaca Cilinho.

**"Ajudar a quem
precisa, uma
lição dos pais"**

Ciliomar Tortola casou-se em 1994 com Luciana Tortola. Têm os filhos Rafael, de 17 anos - que já cursa Administração no Cesumar e trabalha na empresa - e Leonardo, de 8 anos. O lazer do empresário que já foi jogador profissional de futebol continua sendo jogar bola com os amigos. Também gosta de passar horas em atividades de peão na sua fazenda em Douradina.

De formação católica, a base que tem vem da família. "Aprendi com meu pai e minha mãe que se deve ajudar o próximo, olhar para os mais carentes e atendê-los na medida das nossas possibilidades. É o que faço, e faço porque gosto. Além de ajudar a quem mais precisa, procuro não prejudicar ninguém. Tenho fé em Deus e tento ser correto na vida. Meus amigos de infância trabalham comigo, acho que isso diz alguma coisa", diz Cilinho.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



-01-

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Parecer ao Projeto de Lei n. 387/12

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ AO
SENHOR CILIOMAR TORTOLA.

EMENTA: TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO
- PRESENTES OS REQUISITOS LEGIS PARA
A APROVAÇÃO - EXISTÊNCIA DE QUOTAS DO
PARTIDO POLÍTICO -
CONSTITUCIONALIDADE - PELA APROVAÇÃO

PRÊAMBULO

O projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor CILIOMAR TORTOLA.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, convém mencionar o artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno, considerando a competência desta Comissão para verificar a constitucionalidade, legalidade,



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



-02-

legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.¹

Conforme disposto n Lei n. 13.115/2001, alterada pelas Leis n. 14.677/2005 e 16.213/2009:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais,

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



-03-

com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Conforme se denota o Projeto de Lei preenche os requisitos estabelecidos em Lei, e ainda se encontra as respectivas certidões.

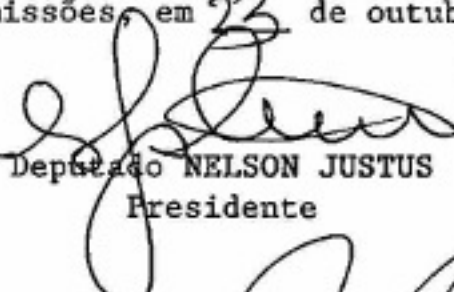
Ainda, conforme informação prestada pela liderança, ofício anexo, o partido ainda possui quotas para a concessão do referido título de cidadão honorário.

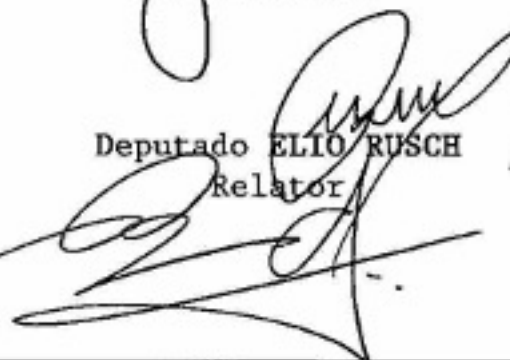
Desta forma, preenchidos os requisitos legais, não há qualquer óbice para a normal tramitação do projeto de Lei em análise.

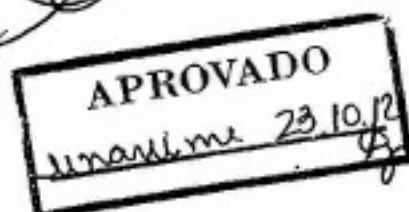
CONCLUSÃO

Por todo o exposto, uma vez preenchido os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado ELIO RUSCH
Relator

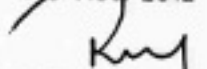




ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 AGO 2012


1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

388/12

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação dos Cafeicultores de Grandes Rios.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Cafeicultores de Grandes Rios, com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2012.


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Cafeicultores de Grandes Rios, com sede e foro no Município de Grandes Rios, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade aumentar a rentabilidade e a estabilidade econômica dos cafeicultores via eficiência produtiva.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 388/2012

Projeto de Lei nº. 388/2012

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
**ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DE
GRANDES RIOS.**

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Alexandre Curi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS CAFEICULTORES DE GRANDES RIOS**, com sede e foro no Município de Grandes Rios, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

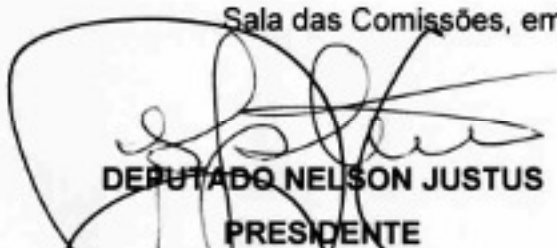
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

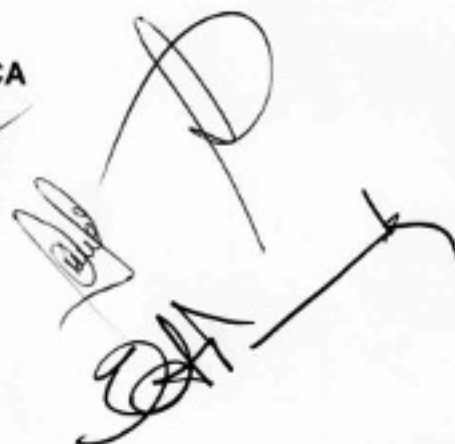
Sala das Comissões, em 30 de outubro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR









DEP. MARCELO RANGEL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 08 AGO. 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº

394/12

Súmula: Institui a Semana Estadual do Idoso e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso.

Art. 2º A semana de que trata o artigo 1º desta Lei passa a integrar o calendário oficial do Estado.

Art. 3º A Semana Estadual do Idoso tem como objetivo:

- I - estimular entre os idosos a prática de atividades físicas e mentais;
- II - conscientizar o idoso de sua importância, como fonte de experiências, importante papel na construção de uma sociedade com qualidade de vida;
- III - sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a importância do idoso.

Art. 4º - Fica autorizada, na referida semana, a realização de eventos, tais como:

- I - Homenagens às instituições e pessoas que se destacam pela promoção da valorização do idoso no Estado do Paraná.
- II - Encontros e fóruns de debates com temas de relevância social tendo como foco central o idoso.
- III - Oficinas temáticas, cursos e afins que promovam o tema.
- IV - Outras iniciativas que visem à promoção da integração do idoso na sociedade e de sua valorização.
- V - Atividades médicas e laborais voltadas ao idoso.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury



Art. 5º O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá fixar a programação a ser desenvolvida durante a semana.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

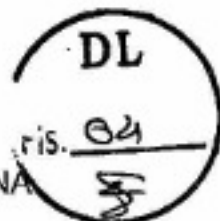
Sala das Sessões em, 8 de agosto de 2012.



MARCELO RANGEL
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei institui a semana do idoso, tendo por objetivo promover a valorização da pessoa idosa na sociedade.

O crescimento do número de idosos no Brasil tem aumentado de forma rápida e dinâmica, portanto ações de valorização demonstram-se extremamente necessárias para a conscientização de toda população sobre a importância e o respeito à pessoa idosa.

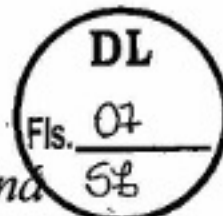
No dia primeiro de outubro comemora-se o dia internacional das pessoas idosas. Esta data foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a fim de promover a qualidade de vida dos mais velhos, através da saúde e da integração social.

A Semana instituída por este Projeto de Lei auxiliará as entidades já existentes e o Poder Público Estadual a concentrar ações que promovam o bem estar do idoso dando continuidade ao objetivo promovido pela ONU através do referido dia Internacional.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 394/2012

Projeto de Lei nº. 394/2012

Autora: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Institui a Semana Estadual do Idoso, e dá outras providências

EMENTA: INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DO IDOSO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS 190 E 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por finalidade instituir a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro, "Dia Internacional do Idoso".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
SE

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os **bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 da Constituição Estadual, conforme se denota:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 09
56

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO
Unanime 11/05



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO

Projeto de Lei Nº 394/2012

Autor: Deputado MARCELO RANGEL

O Projeto de Lei nº 394/2012, de autoria do nobre Deputado Marcelo Rangel, visa instituir a Semana Estadual do Idoso na semana que coincidir com o dia 1º de outubro, "Dia Internacional do Idoso".

O referido projeto já obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Todavia, entende este Parlamentar que não cabe ao Poder Legislativo autorizar e muito menos relacionar quais os eventos a serem realizados na Semana Estadual do Idoso a ser instituída.

Assim, ante o elevado alcance social da proposição, que objetiva a valorização do idoso, o parecer desta Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso é pela sua APROVAÇÃO, suprimindo-se, entretanto, o artigo 4º e seus incisos I a V.

Sala das Comissões, 02 de outubro de 2012.

Deputada ROSE LITRO

Presidente

Deputado CAITO QUINTANA

Relator

LUZIANA

MARIA LIMA

MARCELO RANGEL

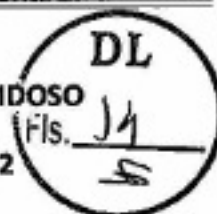


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N. 394/2012



PROJETO DE LEI N. 394/12

SÚMULA: Institui a Semana Estadual do idos e dá outras providências.

Art. 1º. – Fica instituída a Semana Estadual do Idoso a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º. de outubro, Dia Internacional do Idoso.

Art. 2º. – A Semana de que trata o artigo 1º. desta Lei passa a integrar o calendário oficial do Estado.


Art. 3º. – A Semana Estadual do Idoso tem como objetivo:

- I – estimular entre os idosos a prática de atividades físicas e mentais;
- II – conscientizar o idoso da sua importância, como fonte de experiências, importante papel na construção de uma sociedade com qualidade de vida;
- III – sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a importância do idoso.

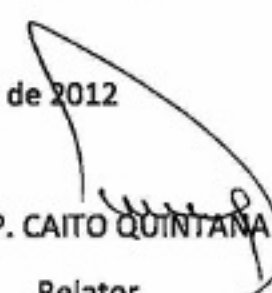
Art. 4º - O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá fixar a programação a ser desenvolvida durante a semana.

Art. 5º. – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 02 de outubro de 2012


DEP. ROSE LITRO

Presidente


DEP. CAIO QUINTANA

Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 394/2012



Projeto de Lei nº. 394/2012
Autora: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Institui a Semana Estadual do Idoso, e dá outras providências

EMENTA: INSTITUI A SEMANA ESTADUAL DO IDOSO. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS 190 E 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por finalidade instituir a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro, "Dia Internacional do Idoso".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
12
15. 8

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os **bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 da Constituição Estadual, conforme se denota:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

¹ DE MORAES, Alexandra. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente *Emenda Substitutiva Geral*, Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Caline Gondim
Coord. Adm.
CCJ 22/11/2012

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

DEPUTADO TADEU VENERI
Relator

APROVADO
unânime 13.11.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº.

408/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 13 AGO. 2012
1º Secretário

SÚMULA: Institui o dia 10 de outubro como
Dia Estadual dos Motoristas Condutores de
Ambulância do Estado do Paraná.

Artigo 1º - Fica instituído o "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná" a ser celebrado, anualmente, em 10 de outubro.

Artigo 2º - O "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância do Estado do Paraná" ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde e fará parte do calendário anual de realizações da mesma.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saía das Sessões, 13 de Agosto de 2012.

Luciana Rafagnin
Deputada Estadual - PT

1459 13/08/2012 08:49:52 MP ASSP/LEI/LIB/LEGISLAÇÃO DO PARANÁ

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora do Salete, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3262-4314 - e-mail: rafagnin@par.gov.br - Site: www.lucianaparl.com



JUSTIFICATIVA

A Política de Saúde Pública no nosso país precisa ser norteada por programas humanitários e contar com um clima organizacional que valorize o ser humano, sendo assim, a profissão de motorista condutor de ambulância precisa ser reconhecida e respeitada.

Estabelecer o dia do motorista condutor de ambulância em âmbito estadual é motivar uma profissão de extrema relevância para a sociedade, bem como retribuir o que estes profissionais fazem em prol de milhares de pessoas que se encontram em momentos frágeis de suas vidas.

Os condutores de ambulâncias enfrentam diariamente um forte estresse emocional lidando com vítimas de acidentes e sofrimento de familiares dos mesmos. Além dessa homenagem precisam, é claro, de melhores condições de trabalho e maior apoio da sociedade em geral.

Pela importância do trabalho que estes profissionais desempenham é que pedimos o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do presente projeto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 408/2012

Projeto de Lei nº. 408/2012

Autora: Deputado Estadual Luciana Rafagnin

Súmula: Institui o dia 10 de outubro como dia Estadual dos motoristas condutores de ambulância.

EMENTA: INSTITUI O DIA 10 DE OUTUBRO COMO DIA ESTADUAL DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65 DA CF ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. ARTS 24, IX E 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 190 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Luciana Rafagnin, tem por finalidade instituir o dia 10 de outubro como "Dia Estadual dos Motoristas Condutores de Ambulância".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 06
SE

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

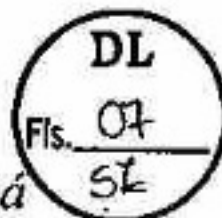
Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a Iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 08
SE

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 09
67

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR

RELATOR






APROVADO
Maurine MORAES



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 408/2012

Projeto de Lei nº 408/2012
Autor: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Institui o dia 10 de outubro como dia estadual dos motoristas condutores de ambulância.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 408/12, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin institui o dia 10 de outubro como dia estadual dos motoristas condutores de ambulância, incluindo esta data no calendário oficial de eventos da Secretaria de Estado da Saúde.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 408/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, uma vez que o projeto visa estabelecer o dia do motorista condutor de ambulância no âmbito do Estado do Paraná. Este trabalho tem o intuito de motivar essa profissão de extrema relevância para a sociedade, retribuindo desta forma, o importante papel desempenhado por estes profissionais nos momentos mais delicados da vida, em situações de acidentes, estresse emocional dos familiares e até mesmo o sofrimento de todos os envolvidos. Por este motivo achamos digna essa simples e significativa homenagem.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33-F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

IVALE A CASURATI

III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no qual se refere à Competência do Estado, relevamos o Parágrafo Único deste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal". [Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná].

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, o fato de prestar essa homenagem, valoriza e reconhece um profissional, dando razões para que os resultados desse trabalho possam aparecer de forma surpreendente e compensatória, pelo bem estar de toda população.

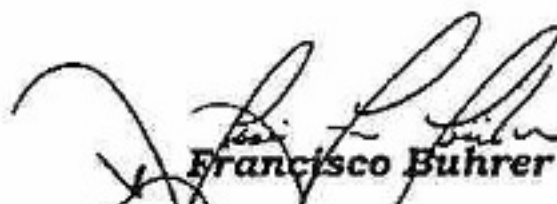
IV - VOTO DO RELATOR

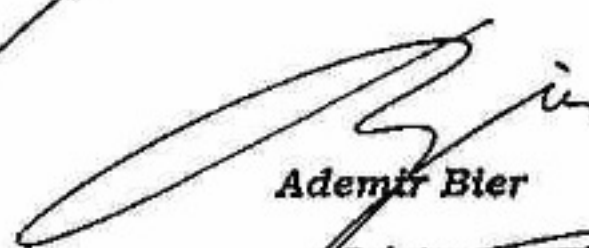
A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, vem diante deste parecer, manifestar-se favoravelmente perante a importância do Projeto de Lei analisado 408/12, destacando os benefícios expostos na matéria ao valorizar o trabalho deste profissional com essa grandiosa e justa homenagem.


Informamos que não encontramos impedimentos para a sua tramitação quanto ao seu mérito analisado, optando desta forma, pelo Parecer Favorável ao Projeto de Lei 408/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 18 de setembro de 2012.


Francisco Buhrer
Presidente da Comissão


Ademir Bier
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 27 AGO-2012

Ruy
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 438/12

SÚMULA: Declara de utilidade pública a Associação dos Idosos Viva a Vida de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Viva a Vida de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2012.

Professor Lemos
PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS VIVA A VIDA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem como principal objetivo:

- Congregar e reunir as pessoas idosas, com idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos;
- Desenvolver atividades ocupacionais e de lazer;
- Realizar visitas de apoio moral e espiritual a pessoas necessitadas;
- Comemorar as datas de aniversário dos associados;
- Promover anualmente, na Cidade de Capitão Leônidas Marques, encontro de anciões, com participação de clubes convidados.

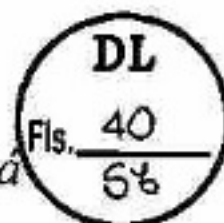
Por se tratar de uma importante Associação que contribui significativamente ao município de Capitão Leônidas Marques e conseqüentemente ao Estado do Paraná é que propusemos a matéria em tela.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2012.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 438/2012

Projeto de Lei nº. 438/2012

Autor: Deputado Estadual Professor Lemos.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação dos Idosos Viva a Vida de Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação dos Idosos Viva a Vida do Capitão Leônidas Marques, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.*

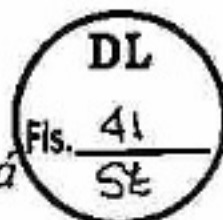
FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exercem suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 42
SE

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

APROVADO

Praca Nossa Senhora do Salete, s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná - 81109-900



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 AGO 2012

1º Secretário

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI nº 448/12

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Prática Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR.

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Agosto de 2012.

CLEITON KIELSE
Deputado Estadual

15443 27/08/2012 08:53:59 MP ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete do Deputado Kleise



JUSTIFICATIVA

Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, com sede em Curitiba-PR, constitui-se na forma de associação civil, sem fins lucrativos, de natureza associativa, tem os seguintes objetivos institucionais:

- 1) Associação de Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé A.I.L.G, tem como objetivo, a promoção filantrópica de estudos religiosos da cultura afro, candomblé, umbanda, parte esotérica e o poder da mente no município de Curitiba e região;
- 2) Promover atividades culturais, escola de iniciativa religiosa, constituir centro de pesquisa, estudos;
- 3) Promover a capacitação aos adolescentes e anciões,
- 4) Promove e contribuir para a formação e desenvolvimento proporcionando lhes uma melhor qualidade de vida;
- 5) Construir centro de pesquisas, estudos, promover e organizar eventos, ajudar asilos e orfanatos;
- 6) Desenvolver atividades destinadas à assistência de pessoas carentes;
- 7) Cursos profissionalizantes, dar assistência sócio-educacional;
- 8) Realizar palestras

Não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como Utilidade Pública Estadual será muito importante para o melhor funcionamento da entidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Kielse



Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para o Município, é que solicito o apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 448/2012

Projeto de Lei nº. 448/2012

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse.

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro nesta capital.*

EMENTA: *DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL*

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Associação Izolina de Lima Gruber de Estudos e Práticas Espirituais de Umbanda e Candomblé, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

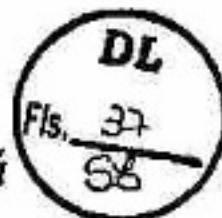
Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura e pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 38
54

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR

APROVADO

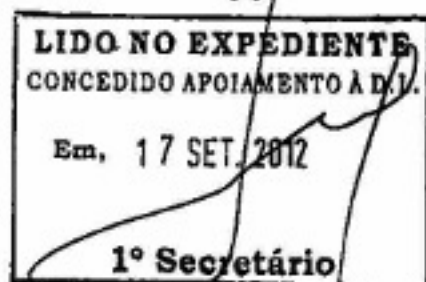
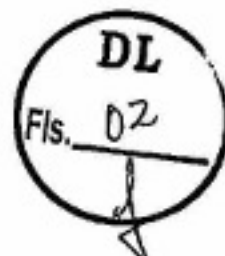
unanimos 14/09



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 488 DE 2012

SÚMULA: Institui a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica instituída a Semana da Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná, cuja realização deverá acontecer na primeira semana do mês de julho.

Parágrafo Único - As comemorações referidas no caput deste artigo compreenderão ações de promoção à saúde, prevenção e controle da obesidade infantil.

Art. 2º - A Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil ficará afeta à Secretaria de Estado da Saúde e fará parte do calendário anual de eventos da Pasta.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Saúde poderá divulgar ações referentes à Conscientização contra a Obesidade Infantil nos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de Ensino do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2012.

ANTONIO ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15/26 17/09/2012 08:57:78 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como objetivo instituir a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil no Estado do Paraná.

Segundo estatísticas do Ministério da Saúde, uma em cada três crianças brasileiras, entre cinco e nove anos, encontra-se com sobrepeso, ou seja, com peso acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Entre jovens de 10 a 19 anos, este índice saltou de 3,7% em 1970 para 21,7% em 2009, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, em pesquisa realizada nos anos de 2008 e 2009.

A Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil servirá de base para ações direcionadas à prevenção, através de informações acerca da importância de uma alimentação saudável e de exercícios físicos regulares; de ações de conscientização sobre a necessidade de se manter o controle através de acompanhamento médico, e de ações de promoção, através de constante avaliação das condições de saúde das crianças.

Esta conscientização tem por objetivo evitar o desenvolvimento de obesidade mórbida, doença tão difícil de combater e que é fator de risco para uma série de outras doenças como hipertensão arterial, cardiovascular, diabetes, câncer e outras, gera complicações diversas na saúde dos indivíduos.

O projeto pretende, por meio de instrumento legal, consolidar esta prática educativa, em prol de uma saúde melhor. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto, como forma de colaboração aos cidadãos paranaenses.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 488/2012



Projeto de Lei nº. 488/2012

Autora: Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto

Súmula: INSTITUI A SEMANA DE
CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA A OBESIDADE
INFANTIL

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DE
CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA A OBESIDADE
INFANTIL NO ESTADO DO PARANÁ. INICIATIVA DO
PODER LEGISLATIVO, ARTIGO 65 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E 124 DO REGIMENTO
INTERNO DA ALEP. ARTS 24, XII, E 215 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGOS 165 E 167 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Antônio Anibelli Neto, tem por finalidade instituir a Semana de conscientização contra a obesidade infantil, cuja realização deverá acontecer na primeira semana do mês de julho.

A Constituição Estadual do Paraná diz que:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Igualmente neste sentido se manifesta o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, XII, que é de competência da União, Estados e Municípios legislar concorrentemente sobre a defesa da saúde, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, do mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização das manifestações culturais:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 167, caput, a saúde é de direito de todos e, deve o Estado mediante políticas sociais e econômicas sua promoção, proteção e recuperação.

3.07
S

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Além disso, o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal, conforme se denota:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Quanto à técnica legislativa, não há óbice algum, estando de acordo com a Resolução nº 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais, não estando previamente inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.







Sala das Comissões, 09 de outubro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado CAÍO QUINTANA

Relator







APROVADO

Unanime B.U.H.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury



COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 488/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli Neto, institui a Semana de Conscientização contra a Obesidade Infantil.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo evitar o desenvolvimento de obesidade mórbida, doença tão difícil de combater e que é fator de risco para uma série de outras doenças como hipertensão arterial, cardiovascular, diabetes, câncer e outras, gerando complicações diversas na saúde dos indivíduos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 2012.

Dr. Batista
Presidente

Relator

PROJETO DE LEI 530/12

SÚMULA: Altera a Lei Estadual n.º 16.746, de 29 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Estadual n.º 16.965, de 05 de dezembro de 2011, e fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 1.º O valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná fica alterado dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2.º O art. 3.º da Lei Estadual n.º 16.965, de 05 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º O auxílio-alimentação é fixado em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e será custeado com recursos do orçamento consignado ao Poder Judiciário, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção desse auxílio, que será fixado anualmente por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, observado os limites da Lei Complementar n.º 101/00."

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2012, observados os limites da Lei Complementar n.º 101/00.



JUSTIFICATIVA

O presente anteprojeto de lei visa alterar o art. 3.º da Lei Estadual n.º 16.746, de 19 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Estadual n.º 16.965, de 05 de dezembro de 2011, para fixar o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que passa dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

O auxílio-alimentação, concedido em pecúnia e pago de forma proporcional aos dias trabalhados, é concedido atualmente aos servidores do Poder Judiciário, neles incluídos os ocupantes de cargos em comissão.

A proposta de reajuste de aproximadamente 37% (trinta e sete por cento) do valor do auxílio-alimentação tem por objetivo a melhoria na qualidade de vida e subsistência dos Servidores do Poder Judiciário de nosso Estado.

A recomposição do valor do auxílio-alimentação no percentual acima proposto se justifica em razão da constante elevação de custos das refeições e gêneros alimentícios no Estado do Paraná, em geral bem acima da inflação geral de preços ao consumidor – e visa, também, corrigir defasagem na fixação inicial do benefício, decorrente de limitações orçamentárias enfrentadas à época de sua criação.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente R\$ 229.650,00 (duzentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta reais), suportados pelo FUNJUS, e de R\$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais), custeados pelo Orçamento Geral do Tribunal de Justiça.

Tais despesas representam incremento anual do valor de R\$ 2.755.800,00 (dois milhões setecentos e cinquenta e cinco mil oitocentos reais) ao orçamento do FUNJUS e R\$ 9.540.000,00 (nove milhões quinhentos e quarenta mil reais), no orçamento geral do Poder Judiciário, para o exercício de 2013. A previsão é de igual valor, para os exercícios de 2013 e 2014, devidamente atualizado.

Importante consignar, ainda, que na elaboração da proposta orçamentária deste Poder Judiciário para o exercício financeiro de 2013, na rubrica 3.3.90.46.00 – Auxílio Alimentação - foram consignados recursos suficientes para fazer frente ao incremento de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) no valor do auxílio-alimentação pago aos servidores.





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 1.º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,97% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o art. 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal (5,7% - cf. art. 22, parágrafo único).

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2012 – e compatibilidade com a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2012 – 2015.

A presente proposta de Anteprojeto de Lei foi aprovada pelo colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, em Sessão Ordinária realizada no dia 10 de setembro de 2012.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 20 de setembro de 2012.
Of. nº 1.324/2012-GP

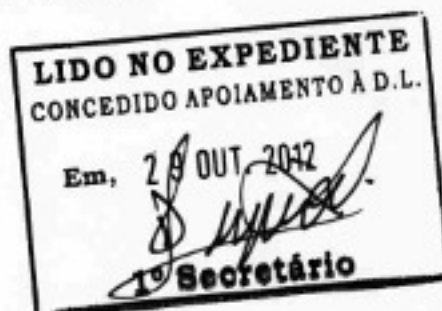
I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 18/10/2012

Presidente

A sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

14143 29/10/2012 00:56:06 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

RECEBIDO
21/10/12
13:23
S/HR



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

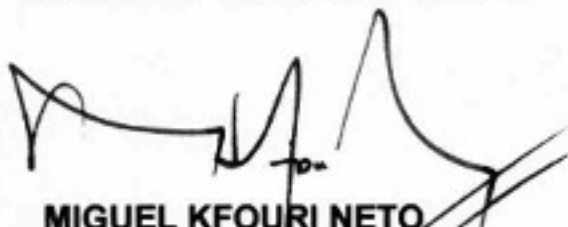
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos Servidores do Poder Judiciário, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 20 de setembro de 2012.



MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 530/2012

Projeto de Lei n. 530/2012

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Altera a Lei Estadual nº 16.746, de 29 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Estadual nº 16.985, de 05 de dezembro de 2011, e fixa o valor auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA A LEI 16.746/2010 E REAJUSTA O VALOR DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 27, 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.



PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça altera o art. 3º da Lei Estadual nº 16.746, de 29 de dezembro de 2010, para majorar dos atuais R\$400,00 (quatrocentos reais) para R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver:

Art. 96. Compete privativamente:

(...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

(...)



b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Na mesma esteira a Constituição Estadual estabelece:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observados o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

O artigo 27 da Constituição Estadual, estabelece que a remuneração dos servidores somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica:



Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade e, também, ao seguinte:

(...)

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Gabinete Deputado Pedro Lupion



do Poder Judiciário para o exercício de 2012, compatibilizado com o Plano Plurianual – PPA, 2012-2015.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

APROVADO

unanimemente 06/11/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 530/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1324/12 e objetiva alterar para R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Poder Judiciário, alterando a Lei Estadual nº 16.746/2010, alterada pela Lei Estadual nº 16.965/2011.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta está totalmente justificada pelo autor.

Da mesma forma, ressalta-se que a proposta informa que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, observado os limites da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde ao acréscimo mensal de aproximadamente R\$229.650,00 (duzentos e vinte e nove mil seiscentos e cinquenta reais), suportados pelo FUNJUS, e de R\$795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais), custeados pelo Orçamento Geral do Tribunal de Justiça.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Miguel Kfoury Neto, Presidente do Tribunal de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL.**

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA







Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 534/12

SÚMULA: Cria Varas nas Comarcas de Maringá – Foro Central, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina – Foro Central, e no Foro Regional de Colombo, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

Art. 1.º Ficam criadas duas Varas da Fazenda Pública no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, duas Varas da Fazenda Pública na Comarca de Ponta Grossa, uma Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel e uma Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de Colombo, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, todas de entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

Art. 2.º Fica criada a 2ª Vara da Infância e Juventude no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, entrância final, alterando a Lei mencionada no artigo 1º desta Lei.

Art. 3.º Fica criada uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina e uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, entrância final, alterando a Lei mencionada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4.º O art. 255, inciso IV, da Lei referida no artigo 1.º desta Lei, passa a vigorar acrescido da alínea "d", com a seguinte redação:

... **"Art. 255.** Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

...

IV – no Foro Regional de Colombo

a) ...

(...)

d) a Vara da Fazenda Pública.."

...

Art. 5.º O art. 256, incisos I, IV, V e VI da Lei referida no artigo 1.º desta Lei, passam a vigorar acrescidos de alíneas, com a seguinte redação:



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



“Art. 256. *Fica criado nas Comarcas de entrância final o seguinte:*

I – na Comarca de Cascavel:

a) ...

(...)

e) a Vara da Fazenda Pública.

...

IV – na Comarca da Região Metropolitana de Londrina, Foro Central:

a) ...

(...)

d) a 2.ª Vara da Infância e da Juventude;

e) a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

V – na Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Foro Central:

a) ...

b) a 1.ª Vara da Fazenda Pública;

c) a 2.ª Vara da Fazenda Pública;

d) a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

VI – na Comarca de Ponta Grossa:

a) ...

b) a 1.ª Vara da Fazenda Pública;

c) a 2.ª Vara da Fazenda Pública.

Art. 6.º Ficam criados 9 (nove) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 9 (nove) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juizes de Direito das Varas criadas nos artigos 1º, 2º e 3º da presente Lei, nos termos da Lei nº 15.831 de 12 de maio de 2008, alterada pela Lei nº 16.957 de 05 de dezembro de 2011, passando a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Parágrafo único. Os cargos criados na forma do *caput* são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 7.º Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1.º desta Lei.

Art. 8º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que cria duas Varas da Fazenda Pública no Foro Central de Maringá, duas Varas da Fazenda Pública na Comarca de Ponta Grossa, uma Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel, uma Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de Colombo, uma Vara da Infância e da Juventude no Foro Central de Londrina, uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Foro Central de Londrina e outra no Foro Central de Maringá, e cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 17 de outubro de 2012.



MIGUEL KFOUR NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade criar a duas Varas da Fazenda Pública no Foro Central de Maringá, duas Varas da Fazenda Pública na Comarca de Ponta Grossa, uma Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel, uma Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de Colombo, uma Vara da Infância e da Juventude no Foro Central de Londrina, uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Foro Central de Londrina e outra no Foro Central de Maringá.

As propostas têm como origem os protocolos sob nº 241.237/2012 (Varas da Fazenda Pública); protocolo nº 257.006/2007 (Vara da Infância e da Juventude) e protocolo nº 411.380/2011 (Varas de Execução de Penas e Medidas Alternativas), e visam dotar as referidas comarcas de estrutura adequada para atendimento de demandas especializadas.

A proposta altera os artigos 255 e 256, da Lei Estadual nº 14.277/2003 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ), bem como os anexos IV, V e IX da referida Lei.

De forma a dotar as Varas ora criadas da estrutura necessária, cria-se 9 (nove) cargos de Assistente I de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 3-C e 9 (nove) cargos de Assistente II de Juiz de Direito, de provimento em comissão, simbologia 1-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, destinados ao assessoramento dos Juízes de Direito que passarão a integrar os quadros das Comarcas em questão.

Esses cargos são privativos de Bacharel em Direito e são criados de acordo com a Lei Estadual nº 15.831, de 12 de maio de 2008 e a Lei Estadual nº 16.957, de 05 de dezembro de 2011, que criam cargos para o assessoramento aos magistrados de todas as comarcas do Estado do Paraná.

A criação das nove Varas antes descritas e dos cargos em comissão, foram objeto de análise e aprovação pela douta Comissão de Organização e



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Divisão Judiciárias, bem como do colendo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 24 de setembro de 2012.

Registre-se que a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, terão um custo aproximado de R\$ 1.172.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 5.105.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 5.663.000,00 para o exercício de 2014, e serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Por sua vez, os cargos de Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça (FUNJUS), criado pela Lei Estadual nº 15.942 de 03 de setembro de 2008, com um custo aproximado de R\$ 1.067.000,00 para o exercício de 2012, R\$ 4.405.000,00 para o exercício de 2013 e R\$ 4.625.000,00 para o exercício de 2014.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (quatro vírgula zero um por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se, por fim, que os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei em questão, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que são parte integrante da mesma.

Encontra-se em anexo a Declaração do ordenador de Despesas de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.003, de 14 de dezembro de 2011.

DL

07

55

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...

CASCAVEL - Entrância Final

FORO JUDICIAL

...

Vara da Fazenda Pública

...

FORO EXTRAJUDICIAL

...

COLOMBO - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final

FORO JUDICIAL

...

Vara da Fazenda Pública

...

FORO EXTRAJUDICIAL

...

LONDRINA - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final

FORO JUDICIAL

...

Vara da Infância e da Juventude

Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

...

FORO EXTRAJUDICIAL

...

MARINGÁ - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá - Entrância Final

FORO JUDICIAL

...

1ª Vara da Fazenda Pública

2ª Vara da Fazenda Pública

Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

...

FORO EXTRAJUDICIAL

...

PONTA GROSSA - Comarca de Entrância Final

FORO JUDICIAL

...

1ª Vara da Fazenda Pública

2ª Vara da Fazenda Pública

...

FORO EXTRAJUDICIAL

...

X

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003 CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1							
COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Julgado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
Foro Regional de Colombo			4	1		-1	4
Foro Central de Londrina			8	1	12		21
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ							
Foro Central de Maringá			4	1	10		15
Cascavel			6	1	5		12
Ponta Grossa			4	1	4		9



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ									
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003									
MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V									
COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total	
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA									
...									
Foro Regional de Colombo	Final			7	1			8	
...									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA									
...									
Foro Central de Londrina	Final			27	6	15		48	
...									
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ									
...									
Foro Central de Maringá	Final			18	4	12		34	
...									
Cascavel	Final			14	3	6		23	
...									
Ponta Grossa	Final			13	3	6		22	
...									

DL
Fis. 09



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 17 de outubro de 2012.
Of. nº 1.415/2012-GP

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 22/10/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 OUT. 2012

Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de duas Varas da Fazenda Pública no Foro Central de Maringá, duas Varas da Fazenda Pública na Comarca de Ponta Grossa, uma Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel, uma Vara da Fazenda Pública no Foro Regional de Colombo, uma Vara da Infância e da Juventude no Foro Central de Londrina, uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas no Foro Central de Londrina e outra no Foro Central de Maringá, e de cargos em comissão para assessoramento dos magistrados, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente do Tribunal de Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 534/12

Projeto de Lei nº 534/12
Autor: Tribunal de Justiça

PREFÁCIO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei n.º. 14.277, de 30 de dezembro de 2003, criando a 2ª Vara de Fazenda Pública e 1 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas alternativas na Comarca de Maringá; 1 (uma) Vara da Fazenda Pública na Comarca de Colombo; a 2ª Vara da Infância e Juventude e 1 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas na Comarca de Londrina; a 2ª Vara da Fazenda na Comarca de Ponta Grossa e 1 (uma) Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel.

EMBASAMENTO JURÍDICO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fis. 16
28

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

[...]

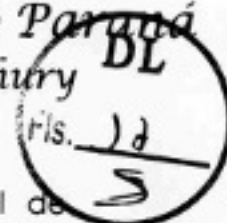
d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários.

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Tribunal de Justiça anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury

DL

ns. 18

2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 201

DEPUTADO NELSON JUSTOS
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

de nani me 06.11.12

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 534/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1415/12 que objetiva criar a 2ª Vara da Fazenda Pública e 01 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas na Comarca de Maringá; 01 (uma) Vara da Fazenda Pública na Comarca de Colombo; a 2ª Vara da Infância e Juventude e 01 (uma) Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas na Comarca de Londrina; a 2ª Vara da Fazenda na Comarca de Ponta Grossa e 01 (uma) Vara da Fazenda Pública na Comarca de Cascavel, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ, e adota outras providências.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Evandro Júnior e após sua análise constitucional exarou o competente parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstaculizar a normal tramitação processual legislativa da proposta em tela.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Observe-se ainda, que o Projeto de Lei vem ladeado da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que o mesmo apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício financeiro de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
13.21
8

Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Com relação a criação dos cargos de Juiz de Direito de entrância final e dos cargos em comissão de Assistente I de Juiz de Direito, simbologia 3-C e de Assistente II de Juiz de Direito, simbologia 1-C, terão um custo aproximado de R\$1.172.000,00 (um milhão cento e setenta e dois mil reais) para o exercício de 2012, R\$5.105.000,00 (cinco milhões, cento e cinco mil reais) para o exercício de 2013 e R\$5.663.000,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e três mil reais) para o exercício de 2014, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

De igual modo, os cargos de Analistas Judiciários e Técnicos Judiciários que irão compor a nova Secretaria do Cível são objetos da Lei Estadual nº 16.023/2008, e as despesas serão suportadas pelo Fundo da Justiça – FUNJUS, com um custo aproximado de R\$1.067.000,00 (um milhão e sessenta e sete mil reais) para o exercício de 2012, R\$4.405.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil reais) para o exercício de 2013 e R\$4.625.000,00 (quatro milhões, seiscentos e vinte e cinco mil reais) para o exercício de 2014.

Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões,

14/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~PROJETO DE LEI Nº~~ 536/12

SÚMULA: Altera a Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, e fixa o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º. O valor do auxílio alimentação aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, fixado pelo artigo 5º, da Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, é alterado para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Art. 2º. Fica revogado o art. 6º da Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2012, observados os limites da Lei Complementar nº 101/2000.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto visa alterar o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, pela Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, passando dos atuais R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

O auxílio alimentação, pago em pecúnia e de forma proporcional aos dias trabalhados, é concedido atualmente aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, incluídos os ocupantes de cargos em comissão puro.

A recomposição do valor do auxílio alimentação de aproximadamente 37% (trinta e sete por cento) se justifica para corrigir defasagem na fixação inicial do benefício, decorrente de limitações financeiras enfrentadas à época de sua instituição e, também, em razão da constante elevação de custos das refeições e gêneros alimentícios no Estado do Paraná, principal fator da pressão inflacionária conforme declarado pelo Governo Federal ao anunciar o atual índice oficial de inflação.

Com isto a proposta de recomposição do valor do auxílio alimentação procura manter a sua finalidade originária de proporcionar melhores condições de alimentação e, via de consequência, melhor disposição para o trabalho e melhoria na qualidade de vida dos servidores do Ministério Público.

Impende ressaltar que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 168.150,00 (cento e sessenta e oito mil, cento e cinquenta reais), corresponde a um acréscimo de 0,6261%, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14.12.2011), conforme Informação nº 2139/2012, do Departamento Financeiro - DFI.

Importante consignar que na elaboração da proposta orçamentária deste Ministério Público para o exercício financeiro de 2013, na rubrica 3390.4600 - Auxílio



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Alimentação, foram consignados recursos suficientes para fazer frente ao incremento de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) no valor do auxílio alimentação pago aos servidores.

Cumpre esclarecer, por outro lado, que por se tratar de recomposição de valor do auxílio alimentação, verba de natureza indenizatória explicitamente declarada no texto da Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, em conformidade com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, o gasto correspondente não é computado na apuração da despesa total com pessoal, nos termos do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não obstante, segundo Informação nº 2138/2012, do Departamento Financeiro, a despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (jan/dez), com a inclusão da referida despesa, encontra-se no patamar de 1,497%, donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que visa a recomposição do valor do auxílio alimentação dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14.12.2011 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02.08.2011 (LDO).

Curitiba, 19 de setembro de 2012.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



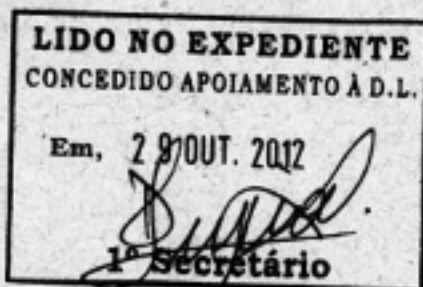
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 1839/2012-GAB



Curitiba, 19 de setembro de 2012.



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 18/09/2012
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que altera o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14144 29/10/2012 0006612 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Recibido
19/09/2012
Mito



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 536/2012

Projeto de Lei nº. 536/2012

Autor: Ministério Público do Estado do Paraná.

Súmula: Altera a Lei Estadual n.º 17.243, de 17 de julho de 2012, e fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

EMENTA: ALTERA A LEI 17.243/2012 E REAJUSTA O VALOR DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO, NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná visa alterar a Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, para majorar dos atuais R\$400,00 (quatrocentos reais) para R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais) o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do
presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114
determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente,
essencial à função jurisdicional do Estado,
incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime
democrático e dos interesses sociais e individuais
indisponíveis;
§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia
funcional e administrativa, podendo, observado o
disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao
Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos
e serviços auxiliares, provendo-os por concurso
público de provas ou de provas e títulos, a política
remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal
assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente,
essencial à função jurisdicional do Estado,
incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime
democrático e dos interesses sociais e individuais
indisponíveis.
§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia
funcional e administrativa, podendo, observado o



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

disposto no art. 149, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além do mais, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

IV - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei n.º. 17.012, de 14.12.2011 (Lei Orçamentária Anual) nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A presente proposição deverá ser adequada, recebendo uma emenda modificativa, alterando o artigo 1º do Projeto de Lei em análise.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º. 95/98.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO, NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**



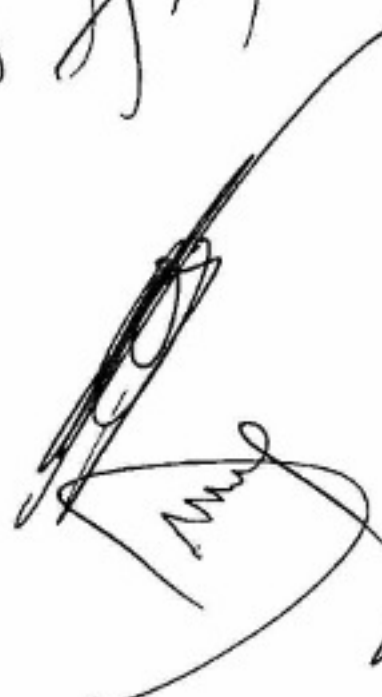








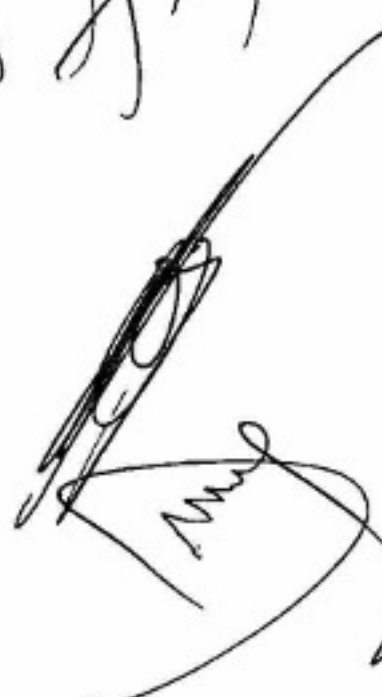








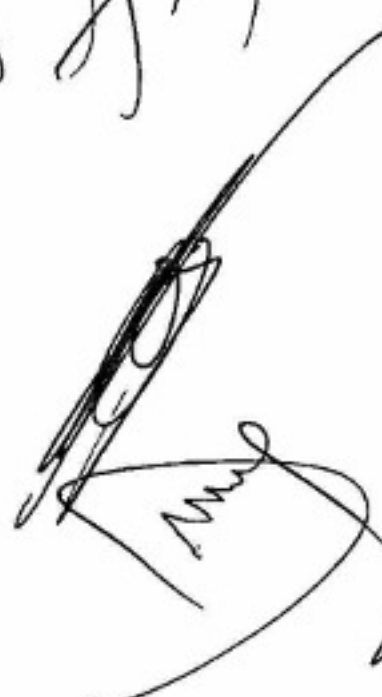








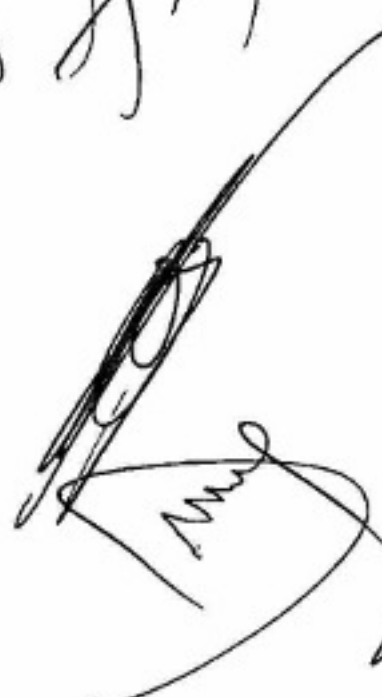








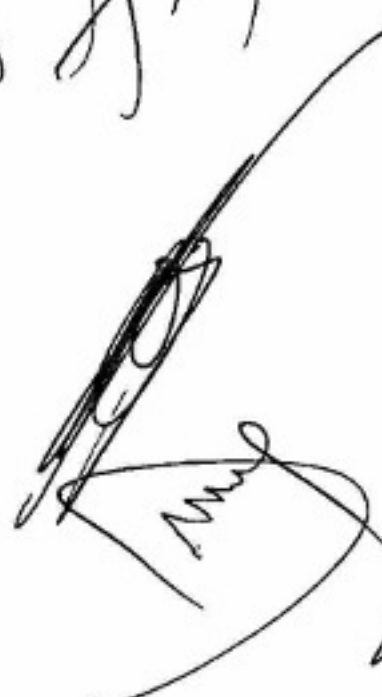








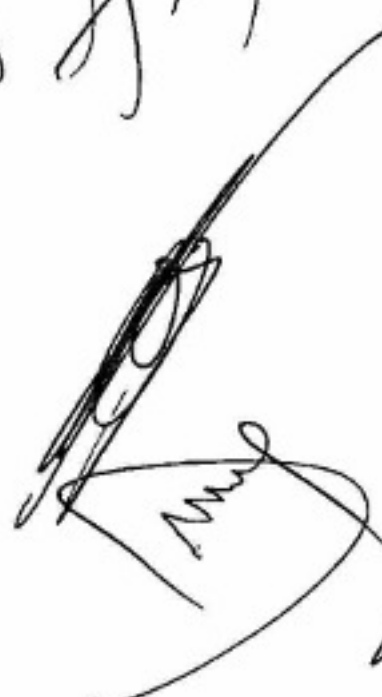








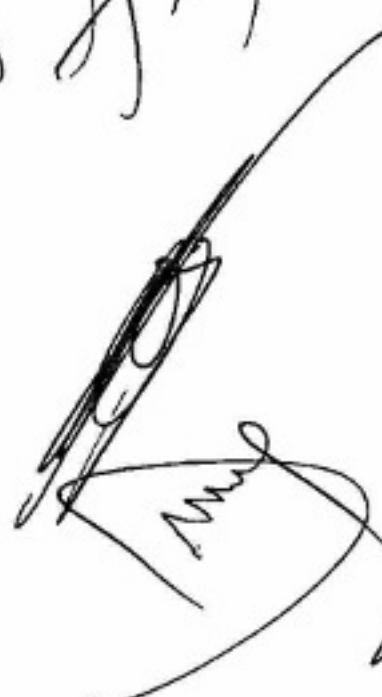








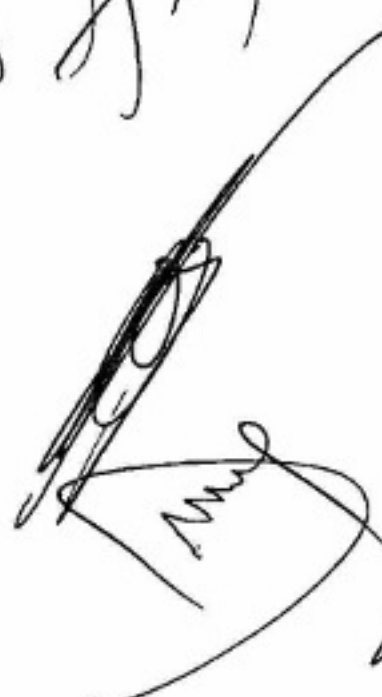








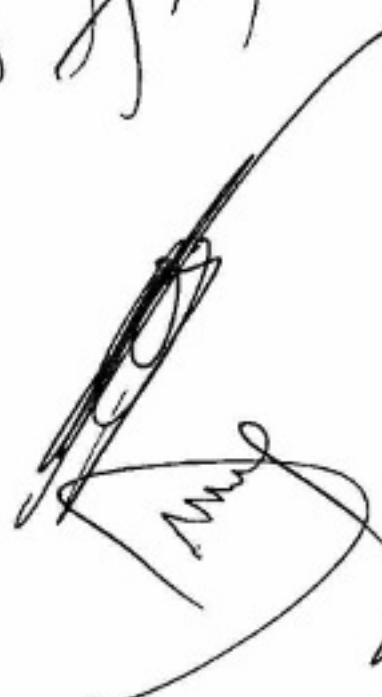








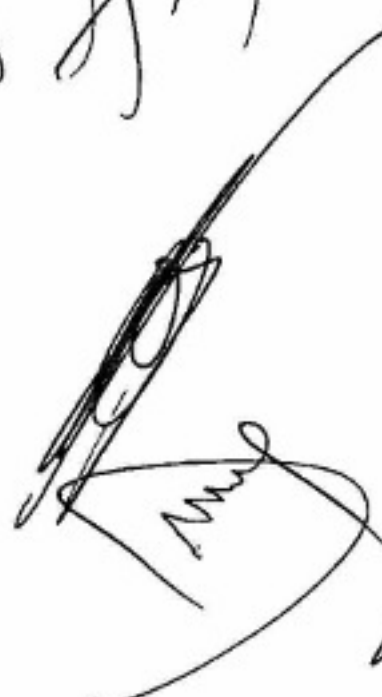








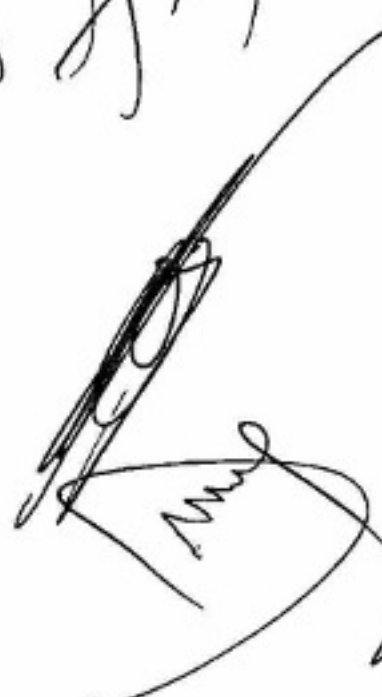








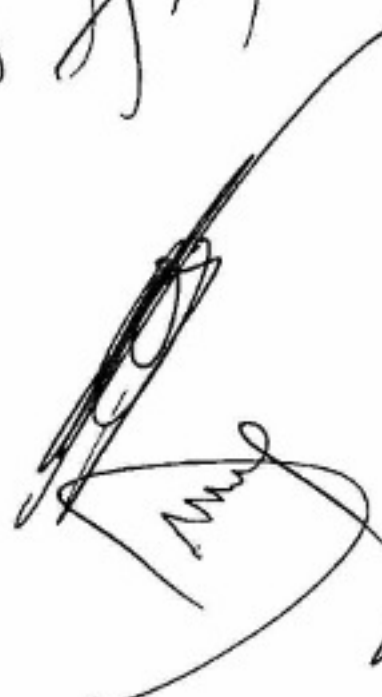








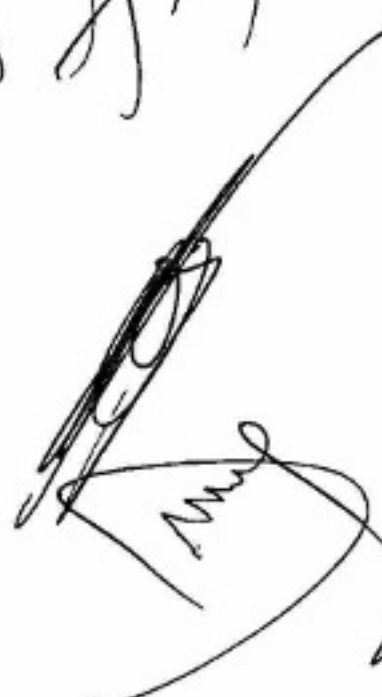








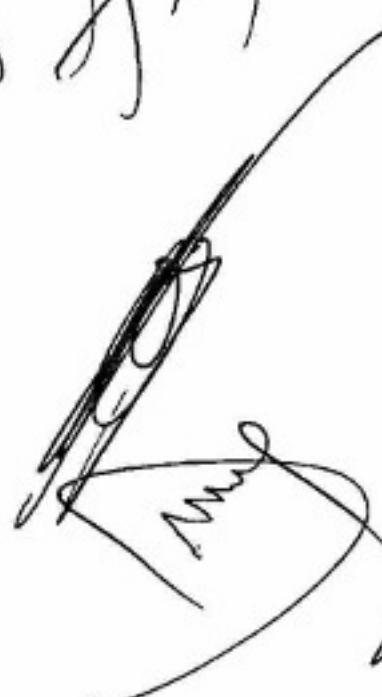








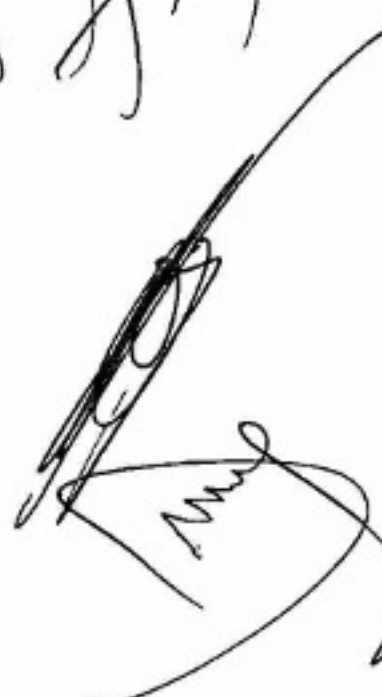








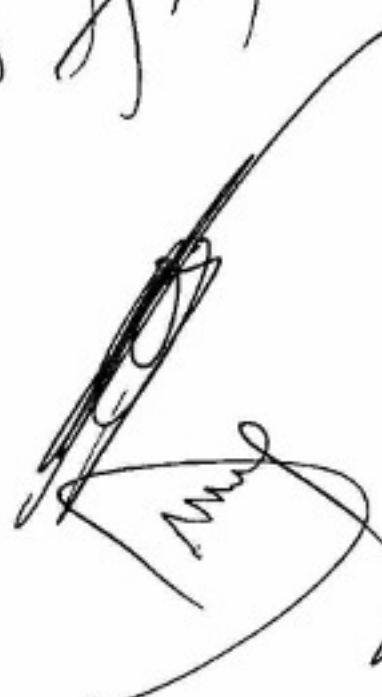








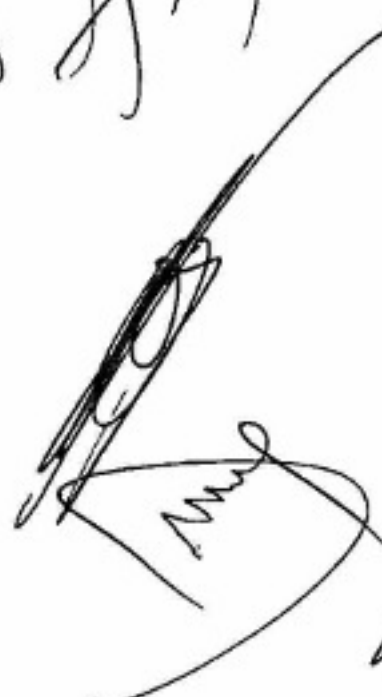








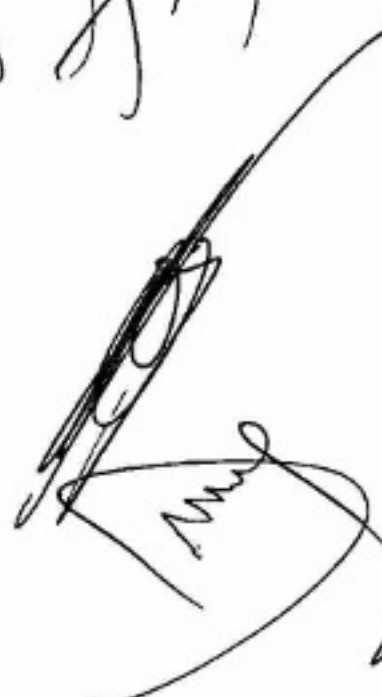








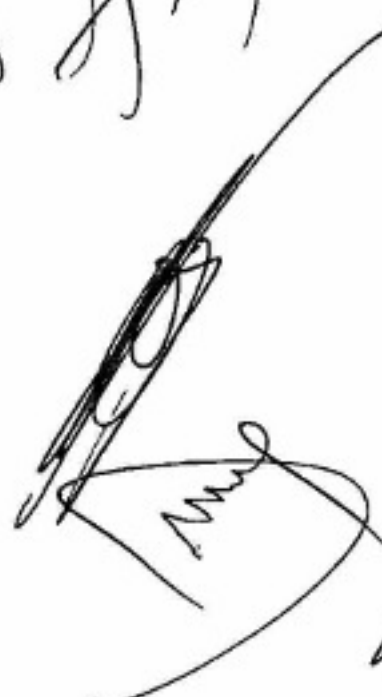








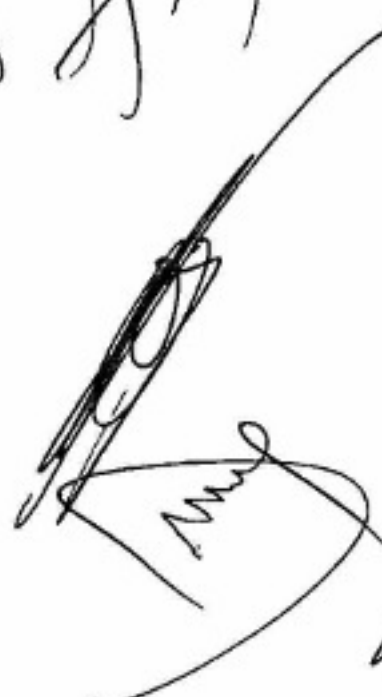








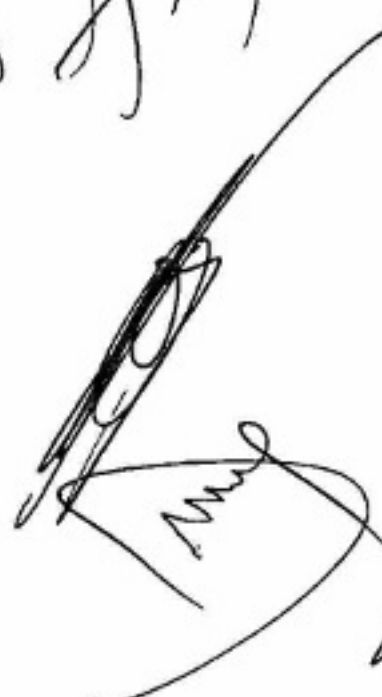








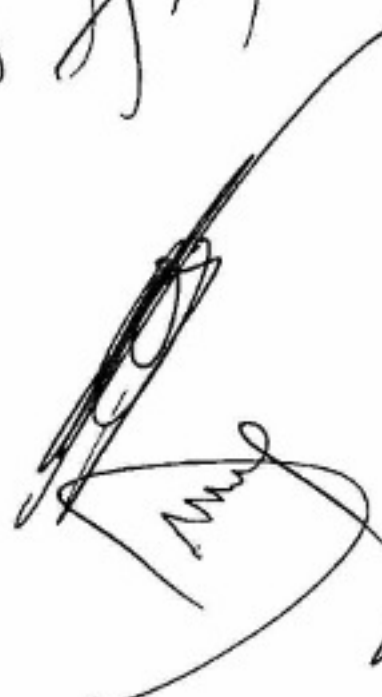








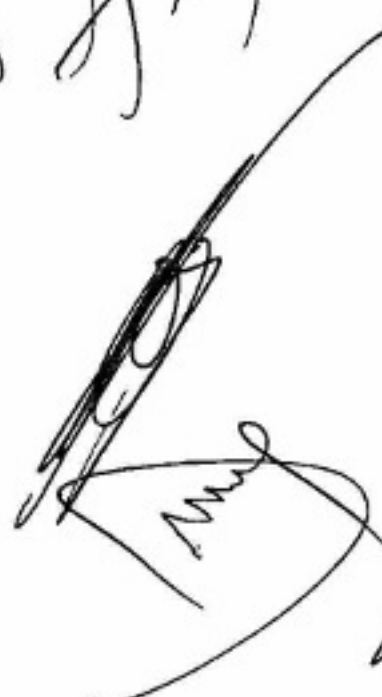








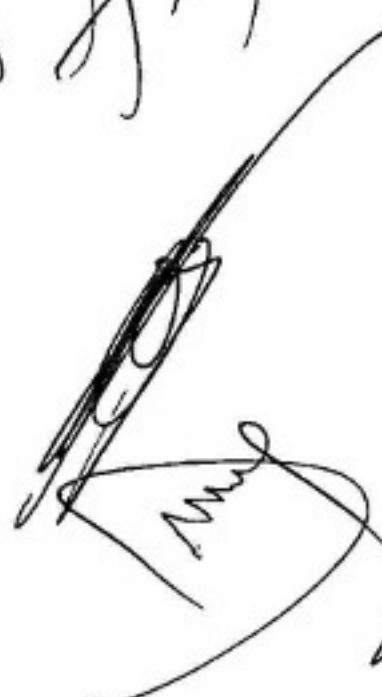








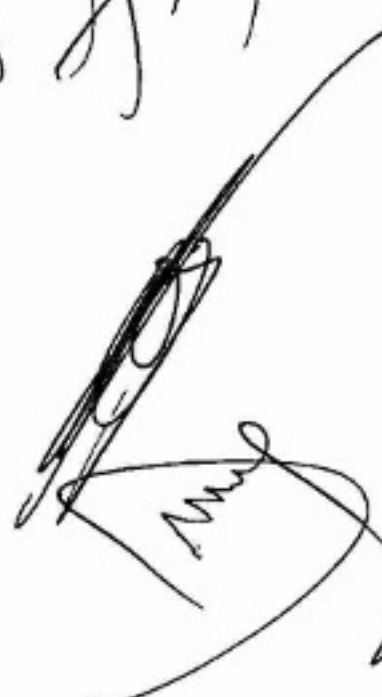








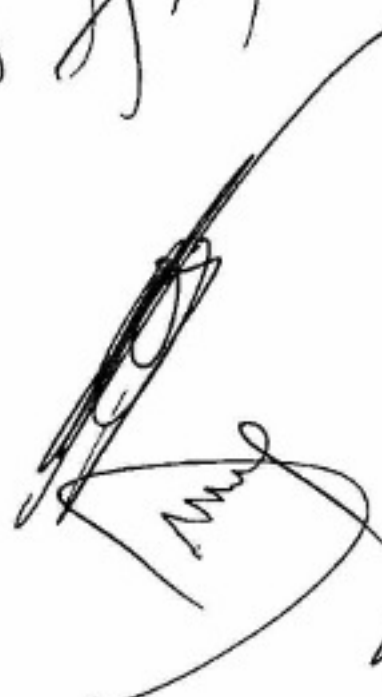








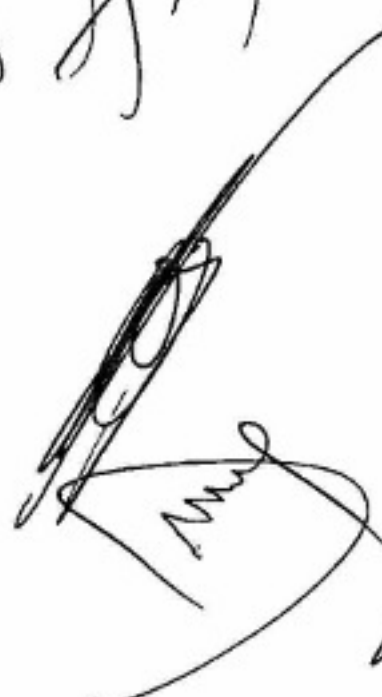








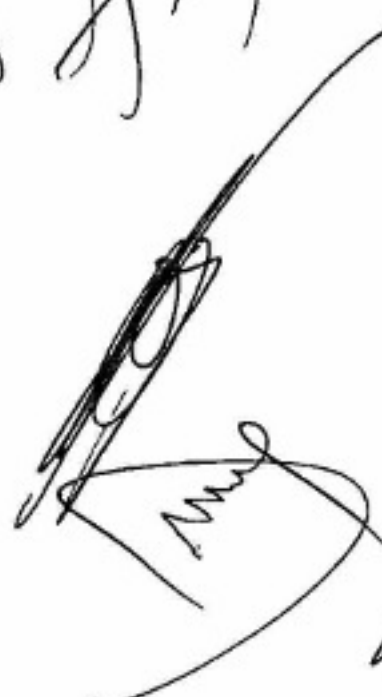








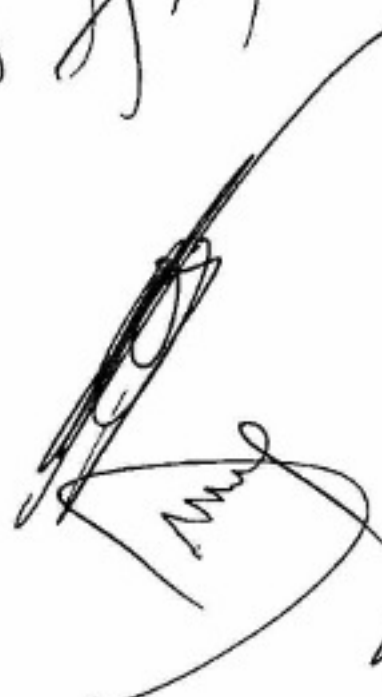








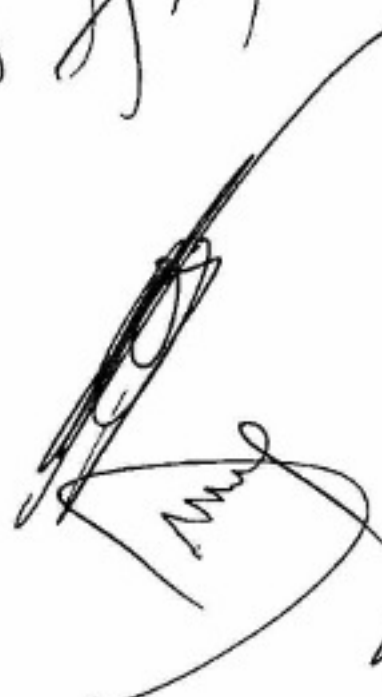








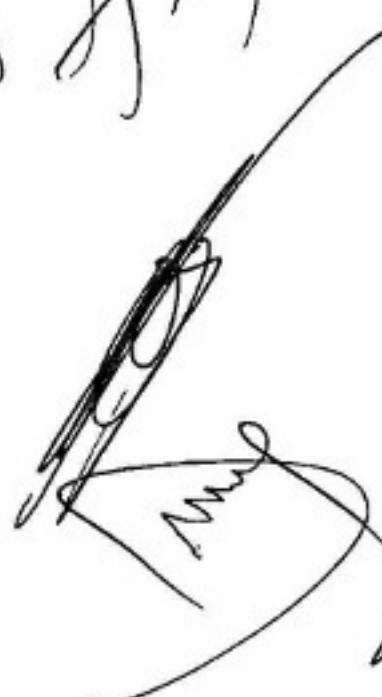








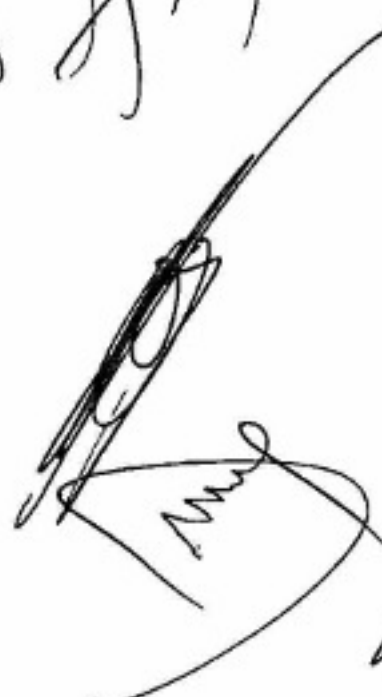








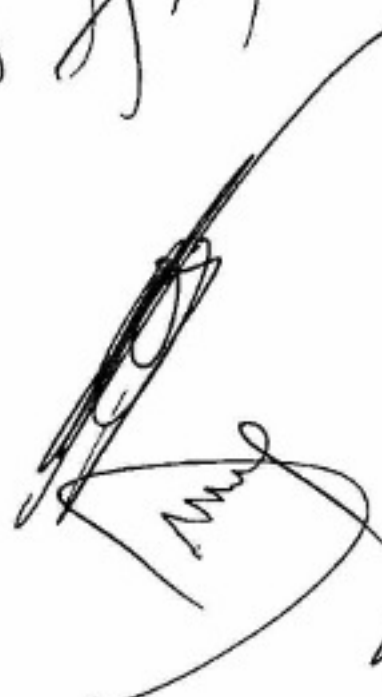








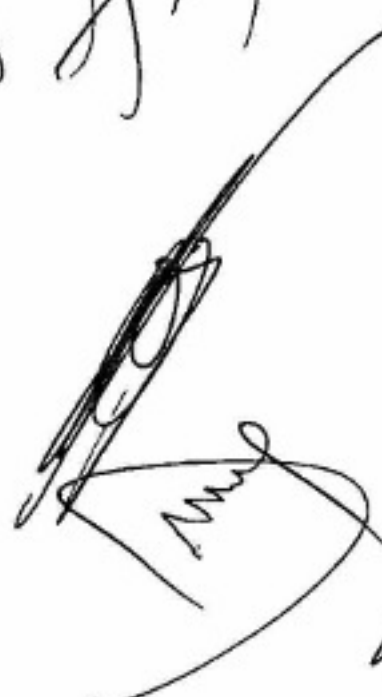








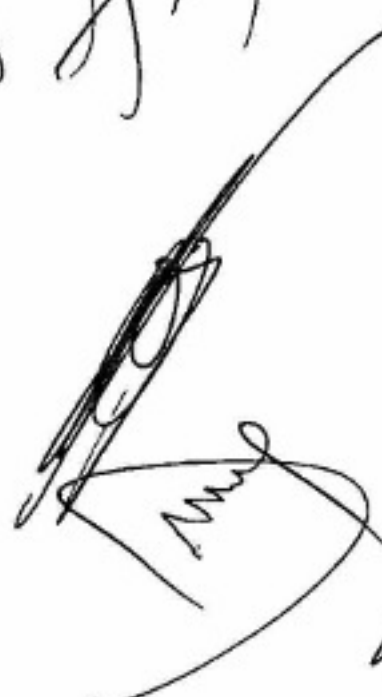








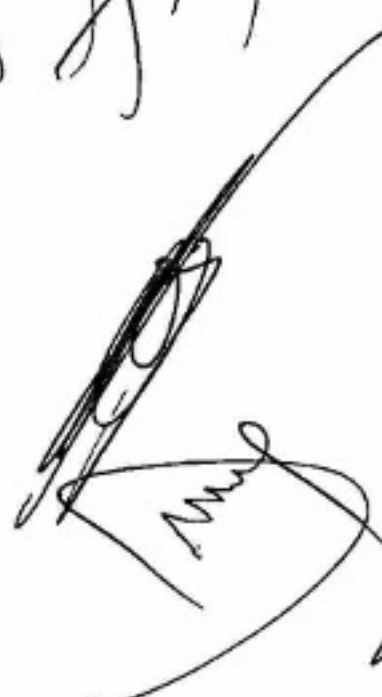








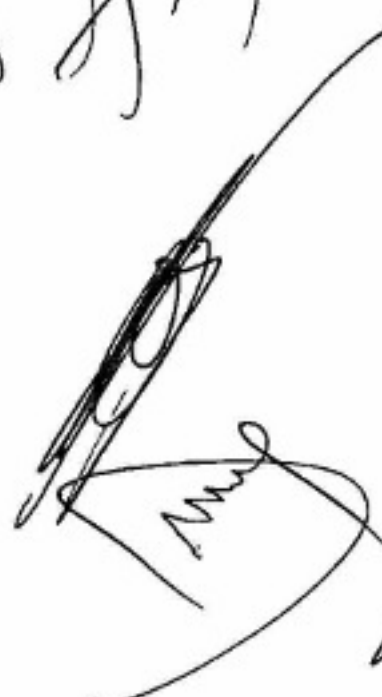
Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 536/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa ao art. 1º, que passa a contar com a seguinte redação:

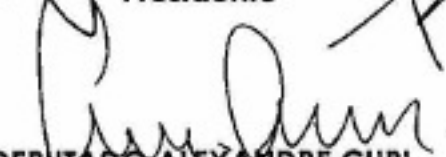
Art. 1º. Fica alterado o art. 5º da Lei 17.243, de 17 de julho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. O valor do auxílio alimentação é fixado em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e correrá a conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção desse auxílio, que será reajustado anualmente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as exigências da Lei Complementar n.º. 101/2000".

Sala das Comissões, 13 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

Presidente


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

Relator






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 536/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 1839/12-GAB e objetiva alterar a Lei Estadual nº 17.243, de 17 de julho de 2012, e fixa o valor do auxílio alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável, com Emenda Modificativa.

Procedida à análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a proposta está totalmente justificada pelo autor.

Observamos que a proposta informa que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a concessão do auxílio alimentação é fixado em R\$550,00 (quinhentos e cinquenta reais), observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, conforme estudos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE, será no montante de R\$160.150,00 (cento e sessenta e oito mil, cento e cinquenta reais) corresponde a um acréscimo de 0,6261%, tendo a referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14/12/11), conforme Informação nº 2139/2012, do Departamento Financeiro - DFI.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR







03

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DL
02
/12

PROJETO DE LEI N° 550/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 05 NOV 2012

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Empresarial de Francisco Beltrão – ACEFB, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão-PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Empresarial de Francisco Beltrão – ACEFB, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão-PR.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.

Deputado Ademair Traiano

Líder do Governo

14:44 05/11/2012 006822 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

A Associação Empresarial de Francisco Beltrão – ACEFB destaca-se pelo seu trabalho que tem por meta integrar, defender, representar e orientar os interesses da livre iniciativa, empenhando-se no fortalecimento da classe representada.

Ademais, a associação tem como finalidade propor e criar programas e órgãos visando o desenvolvimento econômico e social do município, da região e de todo o estado. E ainda, visa promover e executar diretamente projetos nas áreas de cultura, esporte, meio ambiente, turismo, educação e social.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 550/2012



Projeto de Lei nº. 550/2012
Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Empresarial de Francisco Beltrão - ACEFB, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Empresarial de Francisco Beltrão - ACEFB, com sede e foro no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a cultura, esporte, meio ambiente e educação, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

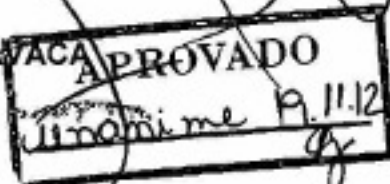
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de 11 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N° 551/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 NOV 2012

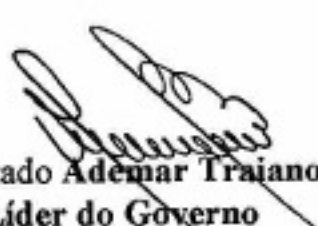

1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a SABEN – Sociedade Árabe de Beneficência do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a SABEN – Sociedade Árabe de Beneficência do Estado do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2012.


Deputado Ademar Traiano
Líder do Governo

14145 05/11/2012 006823 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

A SABEN – Sociedade Árabe de Beneficência do Estado do Paraná – tem como objetivo a instalação de Unidade Hospitalar no Município de Curitiba, de cunho filantrópico, hospital este focado no atendimento de áreas específicas, em especial as de alta complexidade, tais como, cardiologia, oncologia, cirurgia bariátrica, ortopedia, neurologia, entre outras.

A SABEN, fundada no ano de 1994, vem ao longo destes anos desenvolvendo atividades marcadamente na área da saúde, e persegue seu objetivo maior, qual seja, o da construção e instalação de Unidade Hospitalar de excelência em nosso Estado.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 551/2012

Projeto de Lei nº. 551/2012

Autor: Deputado Estadual Ademar Traiano

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Sociedade Árabe de Beneficência do Paraná - SABEN**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademar Traiano, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade Árabe de Beneficência do Paraná - SABEN**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a educação e saúde, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 53
9

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 19 de 11 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO

unânime R11/12